

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA
FACULDADE DE LETRAS

DARIANA NUNES DOS SANTOS

**CONCORDÂNCIA VERBAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: A
REALIDADE DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS ALAGOANAS**

MACEIÓ

2020

DARIANA NUNES DOS SANTOS

**CONCORDÂNCIA VERBAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: A
REALIDADE DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS ALAGOANAS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Faculdade de Letras – Universidade Federal de Alagoas, Campus A. C. Simões - Maceió, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Telma Moreira Vianna Magalhães.

Coorientador: Prof. Dr. Alan Jardel de Oliveira.

MACEIÓ

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237c Santos, Dariana Nunes dos.

Concordância verbal de número no português brasileiro : a realidade de comunidades quilombolas alagoanas / Dariana Nunes dos Santos. – 2020.

221 f. : il. color.

Orientadora: Telma Moreira Vianna Magalhães.

Tese (doutorado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2020.

Bibliografia. f. 210-219.

Anexo: f. 220-21.

1. Variação linguística. 2. Concordância verbal. 3. Sociolinguística variacionista. 4. Língua portuguesa - Brasil. 5. Quilombolas - Alagoas. I. Título.

CDU: 81'27(813.5)



Maceió, 29 de dezembro de 2020

Ao

Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura

Faculdade de Letras – Universidade Federal de Alagoas

Senhor Coordenador,

Declaro, para os devidos fins, que o trabalho de Tese intitulado "CONCORDÂNCIA VERBAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: A REALIDADE DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS ALAGOANAS", de autoria de DARIANA NUNES DOS SANTOS, está aprovado em sua versão final, por cumprir todas as recomendações feitas pelos avaliadores em banca de defesa.

Profa. Dra. Telma Moreira Vianna Magalhães
Orientadora
PPGLL / UFAL

Prof. Dr. Alan Jardel de Oliveira
Coorientador
PPGLL / UFAL

Aos afrodescendentes brasileiros.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me orientado e sustentado com sua destra fiel;

À minha família pelo apoio necessário para que eu pudesse chegar até aqui;

Aos meus amigos, de modo geral, pelas orações, torcidas e suporte emocional;

Aos meus orientadores Telma e Alan, pelas sugestões e direcionamentos durante a confecção deste trabalho;

À minha prima Adriana, por me levar e apresentar às comunidades Jussara, Mariana e Filús, em Santana do Mundaú – AL;

Aos meus parentes de Viçosa – AL, em especial à minha prima Zeneide, por me levar e apresentar às comunidades Gurgumba e Sabalangá;

Aos quilombolas investigados, pela receptividade e participação nesta pesquisa;

Aos meus alunos da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL vinculados ao Núcleo de Estudos Linguísticos – NELING, pela coleta dos dados de fala, das imagens e do material audiovisual das comunidades quilombolas investigadas neste trabalho;

À minha prima Edcarla, pela transcrição ortográfica dos dados;

Aos amigos e colegas de pós-graduação Almir e Selma, pelo trato com o pacote de programas estatísticos R e Rstudio;

Ao colega de trabalho José Crisólogo, por nos abrir as portas de sua revista, acreditando na relevância da contribuição científica de nossos artigos científicos;

Aos amigos e colegas de pós-graduação Almir, Fernando e Cibely, pelas revisões e avaliações feitas nos artigos científicos;

À colega de pós-graduação Selma, pela revisão deste trabalho;

A todos aqueles que representam o Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, pela excelência do trabalho que realizam em prol do bom andamento deste departamento;

À CNPQ, pelo financiamento desta pesquisa e pelo compromisso com a ciência produzida no Brasil;

E, por fim, a tudo e a todos que contribuíram de algum modo para a produção deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho investiga o fenômeno da concordância verbal de número (CV) no português brasileiro (PB), com base no comportamento linguístico e social de falantes de comunidades quilombolas alagoanas, a saber: Muquém, em União dos Palmares; Filús, Jussara e Mariana, em Santana do Mundaú; Gurgumba e Sabalangá, em Viçosa. Essas comunidades foram selecionadas para análise em vista da escassez de trabalhos linguísticos sobre elas e da necessidade de descrição de variedades do PB para o processo de reconstrução sócio-histórica dessa língua. Para tanto, realizamos uma coleta de dados de fala espontânea em 2009 e em 2015 nessas comunidades a partir de entrevistas individuais programadas com 12 colaboradores de cada uma delas de acordo com os critérios de seleção: sexo (feminino e masculino) e idade (de 15 a 30 anos, de 31 a 50 anos e de 51 anos em diante) – contabilizando 72 entrevistas ao todo, gravadas e transcritas ortograficamente. Partindo do pressuposto da variação entre variante explícita (presença de concordância verbal de número) e variante zero (ausência de concordância verbal de número) na fala dessas comunidades, caminhamos rumo à sua descrição e análise à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, de William Labov (2008 [1972]) com o objetivo de conferir como se dá tal processo de variação, quais fatores internos e externos ao sistema linguístico estariam condicionando o uso da variante explícita em detrimento da variante zero. Dos grupos de fatores linguísticos relacionados ao sintagma verbal, selecionamos apenas a saliência fônica do verbo, com o fator ‘verbos mais salientes’, ou seja, mais perceptíveis foneticamente na oposição singular/ plural (como *é/ são*) e o fator ‘verbos menos salientes’, isto é, menos perceptíveis foneticamente na oposição singular/ plural (como *gosta/ gostam*); dos fatores linguísticos relacionados ao sintagma nominal sujeito (SN-sujeito), selecionamos: posição do sujeito em relação ao verbo (sujeito antes do verbo e sujeito depois do verbo); elementos intervenientes entre sujeito e verbo na sentença, presença ou ausência de palavras que distanciem sujeito de verbo na sentença, (com elementos intervenientes ou sem elementos intervenientes); pessoa, que se refere à pessoa do discurso que constitui o sujeito da sentença (1ª pessoa do plural, 2ª pessoa do plural, 3ª pessoa do plural); natureza do sujeito que diz respeito ao tipo de sujeito da sentença (sujeito simples e sujeito composto); concordância nominal no sujeito (com, sem e não se aplica). Dos grupos de fatores sociais, destacamos: sexo (feminino e masculino), idade (de 15 a 30 anos, de 31 a 50 anos e de 51 anos acima), escolaridade (de 0 a 5 anos de escolarização, de 6 a 10 anos e de 11 anos em diante) e comunidade (Filús, Gurgumba, Jussara, Mariana, Muquém, Sabalangá). Nesse contexto, as variáveis que se demonstraram estatisticamente significativas para o condicionamento da variante explícita, que nesse processo também é considerada a variante padrão, foram: posição do sujeito em relação ao verbo e elementos intervenientes entre sujeito e verbo amalgamadas; concordância nominal no sujeito; saliência fônica do verbo; pessoa e natureza do sujeito agrupadas e a interação entre comunidade, sexo e idade – que responderam mais significativamente ao problema investigado juntas e não separadas.

PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística. Concordância verbal. Sociolinguística Variacionista. Português brasileiro. Quilombolas alagoanos.

ABSTRACT

This paper investigates the phenomenon of verbal number agreement (CV) in Brazilian Portuguese (PB), based on the linguistic and social behavior of speakers from quilombola communities in Alagoas, namely: Muquém, in União dos Palmares; Filús, Jussara and Mariana, in Santana do Mundaú; Gurgumba and Sabalangá, in Viçosa. These communities were selected for analysis in view of the scarcity of linguistic works on them and the need to describe varieties of PB for the process of socio-historical reconstruction of that language. To this end, we conducted a collection of spontaneous speech data in 2009 and in 2015 in these communities based on individual interviews scheduled with 12 employees of each one according to the selection criteria: sex (female and male) and age (from 15 to 30 years, from 31 to 50 years and from 51 years onwards) - counting 72 interviews in all, recorded and transcribed orthographically. Starting from the assumption of variation between explicit variants (presence of verbal number agreement) and zero variants (absence of verbal number agreement) in the speech of these communities, we move towards their description and analysis in the light of the theoretical and methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics, by William Labov (2008 [1972]) with the objective of checking how this variation process occurs, which factors internal and external to the linguistic system would be conditioning the use of the explicit variant in detriment of the zero variant. From the groups of linguistic factors related to the verb phrase, we selected only the phonic salience of the verb, with the factor 'most prominent verbs', that is, more noticeable phonetically in the singular / plural opposition (as is / are) and the factor 'less verbs salient', that is, less noticeable phonetically in singular / plural opposition (as you like / like); from the linguistic factors related to the subject noun phrase (SN-subject), we select: position of the subject in relation to the verb (subject before the verb and subject after the verb); intervening elements between subject and verb in the sentence, presence or absence of words that distance the subject from the verb in the sentence, (with intervening elements or without intervening elements); person, which refers to the person of the speech that constitutes the subject of the sentence (1st person plural, 2nd person plural, 3rd person plural); nature of the subject with regard to the type of subject of the sentence (simple subject and compound subject); nominal agreement in the subject (with, without and does not apply). From the groups of social factors, we highlight: sex (female and male), age (from 15 to 30 years, from 31 to 50 years and

from 51 years old), education (from 0 to 5 years of schooling, from 6 to 10 years) and from 11 years onwards) and community (Filús, Gurgumba, Jussara, Mariana, Muquém, Sabalangá). In this context, the variables that proved to be statistically significant for the conditioning of the explicit variant, which in this process is also considered the standard variant, were: subject's position in relation to the verb and intervening elements between amalgamated subject and verb; nominal agreement in the subject; phonic salience of the verb; grouped person and nature and the interaction between community, sex and age - which responded more significantly to the problem investigated together and not separately.

KEYWORDS: Linguistic variation. Verbal agreement. Varionist Sociolinguistics. Brazilian portuguese. Quilombolas from Alagoas.

RESUMEN

Este artículo investiga el fenómeno de la concordancia verbal de números (CV) en portugués brasileño (PB), basado en el comportamiento lingüístico y social de hablantes de comunidades quilombolas en Alagoas, a saber: Muquém, en União dos Palmares; Filús, Jussara y Mariana, en Santana do Mundaú; Gurgumba y Sabalangá, en Viçosa. Estas comunidades fueron seleccionadas para el análisis en vista de la escasez de trabajos lingüísticos sobre ellas y la necesidad de describir variedades de PB para el proceso de reconstrucción socio-histórica de esa lengua. Para ello, realizamos una recolección de datos de habla espontánea en 2009 y en 2015 en estas comunidades a partir de entrevistas individuales programadas a 12 empleados de cada una según los criterios de selección: sexo (femenino y masculino) y edad (a partir de 15 a 30 años, de 31 a 50 años y de 51 años en adelante) - contando 72 entrevistas en total, grabadas y transcritas ortográficamente. Partiendo del supuesto de variación entre variante explícita (presencia de concordancia verbal de números) y variantes cero (ausencia de concordancia verbal de números) en el habla de estas comunidades, avanzamos hacia su descripción y análisis a la luz de los supuestos teóricos y metodológicos de la Sociolingüística Variacionista, de William Labov (2008 [1972]) con el objetivo de comprobar cómo se da este proceso de variación, qué factores internos y externos al sistema lingüístico estarían condicionando el uso de la variante explícita en detrimento de la variante cero. De los grupos de factores lingüísticos relacionados con el sintagma verbal, seleccionamos solo la prominencia fónica del verbo, con el factor 'verbos más prominentes', es decir, más notable fonéticamente en la oposición singular / plural (como es / son) y el factor 'menos verbos salient', es decir, menos notable fonéticamente en la oposición singular / plural (como quieras / gustes); de los factores lingüísticos relacionados con el sintagma nominal del sujeto (SN-sujeto), seleccionamos: posición del sujeto en relación con el verbo (sujeto antes del verbo y sujeto después del verbo); elementos intermedios entre sujeto y verbo en la oración, presencia o ausencia de palabras que alejan al sujeto del verbo en la oración, (con elementos intermedios o sin elementos intermedios); persona, que se refiere a la persona del discurso que constituye el sujeto de la oración (1ª persona del plural, 2ª persona del plural, 3ª persona del plural); naturaleza del sujeto con respecto al tipo de sujeto de la oración (sujeto simple y sujeto compuesto); acuerdo nominal en el tema (con, sin y no se aplica). De los grupos de factores sociales, destacamos: sexo (femenino y masculino), edad (de 15 a 30 años, de 31 a 50 años y de 51 años), educación (de 0 a 5 años de escolaridad, de 6 a 10 años) y a partir de los 11 años) y comunidad (Filús, Gurgumba, Jussara, Mariana, Muquém, Sabalangá). En este contexto, las variables que resultaron ser estadísticamente significativas para el condicionamiento de la variante explícita, que en este proceso también se considera la variante estándar, fueron: posición del sujeto en relación al verbo y elementos intervinientes entre sujeto y verbo amalgamados; acuerdo nominal en el tema; prominencia fónica del verbo; persona y naturaleza agrupadas y la interacción entre comunidad, sexo y edad, que respondieron de manera más significativa al problema investigado en conjunto y no por separado.

PALABRAS CLAVE: Variación lingüística. Acuerdo verbal. Sociolingüística varionista. Portugués brasileño. Quilombolas de Alagoas.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Barro massapê retirado na região.....	96
Imagem 2: Peças colocadas para secar.....	96
Imagem 3: Senhor Edson, artesão local.....	97
Imagem 4: Artesanato de Muquém.....	07
Imagem 5: Dona Irinéia e seu esposo Antônio, artesãos de Muquém.....	07
Imagem 6: Visão de Muquém antes da enchente de 2010.....	98
Imagem 7: Casa de taipa.....	99
Imagem 8: Casa de alvenaria.....	99
Imagem 9: Forno à lenha para queimar peças de artesanato.....	100
Imagem 10: Galpão de artesanato de Muquém.....	100
Imagem 11: Novo Galpão de artesanato de Muquém.....	100
Imagem 12: Escola de Ensino Fundamental Pedro Pereira da Silva.....	101
Imagem 13: Nova Escola de Ensino Fundamental Pedro Pereira da Silva..	102
Imagem 14: Posto de Saúde local.....	103
Imagem 15: Muquém após a enchente de 2010.....	104
Imagem 16: Primeira escola de Filús, Dra. Bernadete.....	106
Imagem 17: Escola Municipal de Ensino Fundamental Ulisses Souza de Mendonça	107
Imagem 18: Ideia geral da comunidade.....	107
Imagem 19: Criança albina.....	107
Imagem 20: Água nossa de cada dia.....	108
Imagem 21: Maquinário para trabalho agrícola.....	111
Imagem 22: Casa de Jussara.....	122
Imagem 23: Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio C. Barbosa.....	113

Imagem 24: Matéria-prima para a fabricação do artesanato local.....	114
Imagem 25: Artesanato de Jussara.....	114
Imagem 26: Ideia geral da comunidade.....	116
Imagem 27: Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pureza da Silva.....	116
Imagem 28: Ideia geral de Gurgumba.....	119
Imagem 29: Rio que banha Gurgumba.....	120
Imagem 30: Casa de Gurgumba.....	122
Imagem 31: Visão panorâmica das casas de Gurgumba.....	122
Imagem 32: Primeiras casas de Sabalangá.....	123
Imagem 33: Igreja Católica de Sabalangá.....	124
Imagem 34: Escola Municipal de Ensino Fundamental desativada de Sabalangá.....	124
Imagem 35: Posto de segurança desativado de Sabalangá.....	124
Imagem 36: Escola de Sabalangá.....	125
Imagem 37: Escola Municipal de Artes e Música de Sabalangá.....	125
Imagem 38: Subestação de Energia.....	125
Imagem 39: Posto de Saúde em construção de Sabalangá.....	126
Imagem 40: Matadouro.....	126
Imagem 41: Local de tratamento de dejetos.....	126
Imagem 42: Praça Padre Cícero de Sabalangá.....	127
Imagem 43: Estátua de Padre Cícero.....	134
Imagem 44: Casa de Oração.....	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro dos dados populacionais das comunidades conforme o ITERAL.....	90
Quadro 2: Quadro da data de certificação das comunidades quilombolas segundo a FCP.....	91
Quadro 3: Quadro da nomenclatura adotada nesta pesquisa para o armazenamento de dados de fala espontânea das comunidades quilombolas.....	146
Quadro 4: Quadro de organização das pastas dos arquivos de áudio.....	147
Quadro 5: Quadro de codificação das variáveis	150

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Região Serrana dos Quilombos.....	67
Figura 2: Mapa da Região Planalto da Borborema.....	68
Figura 3: Mapa das comunidades quilombolas de Alagoas.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gráfico da porcentagem de comunidades quilombolas certificadas pela FCP por região do Brasil.....	85
Gráfico 2: Gráfico do percentual do nível de escolaridade das comunidades quilombolas.....	157
Gráfico 3: Gráfico do percentual de concordância verbal das comunidades quilombolas alagoanas.....	187
Gráfico 4: Gráfico da variável saliência fônica atuando na concordância verbal.....	197
Gráfico 5: Gráfico da variável pessoa e natureza do sujeito amalgamadas.....	199
Gráfico 6: Gráfico da variável concordância nominal no sujeito.....	201
Gráfico 7: Gráfico da variável posição do sujeito e elementos intervenientes agrupadas.....	203
Gráfico 8: Gráfico de interação sexo*idade*comunidade.....	204

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela do IBGE sobre desembarque de africanos no Brasil entre os séculos XVI e XVIII.....	74
Tabela 2: Tabela do quantitativo de comunidades quilombolas certificadas pela FCP por região brasileira.....	81
Tabela 3: Tabela do quantitativo de famílias quilombolas por município alagoano conforme o ITERAL, a FCP e o Cadúnico.....	84
Tabela 4: Tabela de estratificação da amostra.....	142
Tabela 5: Tabela da variável escolaridade por comunidade quilombola.....	156
Tabela 6: Tabela do grupo de fatores sexo correlacionado ao grupo de fatores escolaridade.....	158
Tabela 7: Tabela do grupo de fatores idade correlacionado ao grupo de fatores escolaridade.....	159
Tabela 8: Tabela de variáveis independentes significativas para o processo variável de concordância verbal.....	194
Tabela 9: Tabela da variável saliência fônica atuando na concordância verbal.....	196
Tabela 10: Tabela da variável pessoa e natureza do sujeito amalgamadas.....	198
Tabela 11: Tabela da variável concordância nominal no sujeito.....	200
Tabela 12: Tabela da variável posição do sujeito e elementos intervenientes agrupadas.....	202

Sumário

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Identificação e delimitação do objeto de estudo	22
1.2	Por que comunidades quilombolas alagoanas?	30
1.3	Justificativa, objetivos e hipóteses	33
2	Revisão da Literatura	39
2.1	O que mostram trabalhos sociolinguísticos sobre a CV no PB?	39
2.2	O que mostram trabalhos sociolinguísticos sobre o português falado por africanos?	45
2.3	O que mostram trabalhos sociolinguísticos sobre o PB falado em Alagoas em relação à CV?	47
2.4	O que mostram trabalhos sociolinguísticos sobre a CV na fala de comunidades quilombolas brasileiras?	49
3	SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA	53
3.1	O processo de Transmissão linguística irregular e a polarização sociolinguística do PB58	
3.2	A importância de estudos sociolinguísticos	60
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
4.1	O ambiente de pesquisa	64
4.2	Contextualização da pesquisa	71
4.2.1	Desbravando os brasis – um olhar sobre comunidades de quilombo	71
4.2.1.1	Comunidade quilombola Muquém	89
4.2.1.2	Comunidade quilombola Filús	102
4.2.1.3	Comunidade quilombola Jussara	107
4.2.1.4	Comunidade quilombola Mariana	112
4.2.1.5	Comunidade quilombola Gurgumba	115
4.2.1.6	Comunidade quilombola Sabalangá	119
4.3	Algumas considerações sobre a realidade de comunidades quilombolas alagoanas	128
4.4	Constituição do <i>corpus</i>	135
4.5	Transcrição, codificação e quantificação dos dados	143
4.6	A variável escolaridade – uma análise à parte	152
4.7	R: para uma análise multivariada dos dados	158
5	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	164
5.1	A variável pessoa	164
5.2	A variável natureza do sujeito	167

5.3	A variável posição	170
5.4	A variável elementos intervenientes entre sujeito e verbo	171
5.5	A variável concordância nominal no sujeito	172
5.6	A variável saliência fônica	174
5.7	A variável sexo	179
5.8	A variável idade	180
5.9	A variável comunidade	181
5.10	A variável escolaridade	182
5.11	Variável dependente.....	182
5.12	As variáveis estatisticamente significativas	190
5.13	Saliência Fônica.....	191
5.14	Pessoa e natureza do sujeito amalgamadas (PN)	193
5.15	Concordância nominal no sujeito	196
5.16	Posição do sujeito e elementos intervenientes agrupadas (PE).....	197
5.17	Interação entre comunidade*sexo*idade	200
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
	REFERÊNCIAS	204
	Anexo 1 – Ficha pessoal do colaborador.....	214
	Anexo 2 – Roteiro-guia para as entrevistas individuais programadas	214

1 INTRODUÇÃO

A variação na realização da concordância verbal vem sendo alvo de investigação por diversos linguistas brasileiros, como por exemplo: Baxter (2009), Baxter, Lucchesi & Silva (2009), Brandão & Vieira (2012), Cardoso (2005), Gonçalves (2007), Lucchesi (2009), Monguilhott (2001; 2009), Naro (1981), Naro & Scherre (2007), Rodrigues (2004), Rubio (2008; 2010), Santos (2013), Santos (2010), Silva (2005), Souza (2009) e Vieira (2019). Este trabalho, portanto, nasce da necessidade de descrever, analisar e conhecer o padrão da CV do português falado pelas comunidades quilombolas que compõem os *corpora* desta pesquisa.

A teoria Sociolinguística Variacionista se apresenta como campo teórico-metodológico adequado para tratar desse caso de variação. Tendo como principal mentor o linguista americano William Labov. Ela vem ganhando espaço nos estudos linguísticos desde a década de 60, inicialmente em território estadunidense, sendo sua maior contribuição a postulação do caráter heterogêneo das línguas. Tal abordagem aprimora conceitos relevantes para o estudo da linguagem emaranhada ao contexto social, como a concepção de variação ordenada; o estudo da mudança linguística também por meio de fatores sociais; e o entendimento de que o estudo das variedades linguísticas de uma determinada língua representa diversos estágios da mudança linguística, sendo assim, a um só tempo sincrônico e diacrônico.

Dentre as preocupações básicas desse campo teórico estão: a) reverberar sobre a concepção de sistema linguístico como sendo heterogêneo e plural para poder atender às necessidades de uma comunidade de fala igualmente heterogênea e plural; b) estudar os processos de mudança linguística observáveis em uma comunidade de fala por meio do comportamento linguístico de seus falantes e como esses processos se atualizam constantemente, tendo em vista que toda mudança implica variação, mas nem toda variação implica necessariamente mudança em curso (cf. LABOV, 2008 [1972] e WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006).

A concordância verbal, em evidência desde a década de 70 no Brasil, tem motivado linguistas a investigar como se dá esse processo de variação que orbita entre a possibilidade de aplicar marcas explícitas de plural no verbo e no sintagma nominal sujeito da sentença, fato tradicionalmente reconhecido como concordância;

ou sinalizar marcas explícitas de plural apenas no sintagma nominal sujeito e omiti-las no verbo, opção considerada como não-concordância pela tradição gramatical. Vejamos as sentenças (1) e (2)¹:

(1) Variante explícita:

“MeuS paiS falavaM muito”² [GUFA2015B]

(2) Variante zero:

“EssaS duaS mulher0 fazia0 boneca” [FIFI2015A]

Na sentença em (1), as marcas explícitas de plural ocorrem no sintagma nominal sujeito (determinante -meuS + nome -paiS) e no verbo da sentença (falavaM) – escolha correspondente ao que se conhece tradicionalmente como concordância padrão. Já na sentença em (2), as marcas explícitas de plural ocorrem no sintagma nominal sujeito (determinantes -essaS + -duaS + menos no nome -mulheR), mas não ocorre no verbo (faziA) – escolha considerada como concordância não padrão³.

É relevante salientar que a variação entre variante explícita e variante zero é um fenômeno sociolinguístico que ocorre na fala de falantes de PB indiscriminadamente. Homens e mulheres de todas as faixas etárias e níveis socioeconômicos ora fazem concordância, ora não fazem. Isso acontece tanto na modalidade falada quanto na modalidade escrita da língua, pois nenhum falante faz concordância de número em 100% das vezes em que constrói sentenças em português brasileiro.

Trata-se de um caso típico de ‘variação binária’, duas formas diferentes de se transmitir a mesma informação. Ou seja, tanto na variante explícita (1) quanto na variante zero (2) as informações linguísticas são basicamente as mesmas e qualquer

¹ Temos ciência de que as sentenças (1) e (2) não resumem o processo de variação de concordância verbal em português brasileiro; que abrange uma gama maior de possibilidades de realização; nos levando assim, a considerar que existem padrões de concordância verbal no português brasileiro, e não apenas um padrão.

² Essa sentença, assim como a maioria das usadas neste trabalho, faz parte do nosso banco de dados. Entre colchetes estão as informações sobre a comunidade do falante (GU -Gurgumba e FI – Filús, na segunda sentença); seguida do sexo (F -feminino); da idade (A -adulta, na primeira sentença e I -idosa, na segunda); do ano de coleta de dados (2015 para ambas) e da nomenclatura (B ou A para indicar segunda ou primeira gravação, respectivamente).

³ O fato de não ter marcas de concordância em todos os elementos concordantes do sintagma sentencial, não significa que não há concordância! Significa, apenas, que alguns dos elementos do sintagma não portam a marca morfológica de concordância! Observe que nenhum falante interpreta o exemplo em (2) como singular.

falante do PB compreende que se trata de mais de uma pessoa que falava muito ou que fazia boneca, respectivamente, independentemente do verbo concordar ou não com o seu sujeito⁴.

Tais escolhas linguísticas são motivadas tanto por fatores internos ao sistema linguístico quanto por fatores externos a ele. Como fatores linguísticos, selecionamos:

- posição do sujeito em relação ao verbo na sentença ('sujeito antes do verbo' e 'sujeito depois do verbo');
- elementos intervenientes entre sujeito e verbo na sentença ('com elementos intervenientes entre sujeito e verbo' e 'sem elementos intervenientes entre sujeito e verbo');
- pessoa do sujeito ('1ª pessoa do plural', '2ª pessoa do plural' e '3ª pessoa do plural');
- natureza do sujeito ('sujeito simples' e 'sujeito composto');
- concordância nominal no sujeito ('com concordância nominal no sujeito' e 'sem concordância nominal no sujeito');
- e saliência fônica do verbo ('verbos mais salientes na oposição singular/ plural' e 'verbos menos salientes na oposição singular/ plural').

Como fatores sociais, delimitamos: sexo (feminino e masculino); idade (de 15 a 30 anos, de 31 a 50 anos e de 51 anos em diante), escolaridade⁵ (de 0 a 5 anos de escolarização, de 6 a 10 anos de escolarização e de 11 anos acima) e comunidade quilombola do falante (Filús, Gurgumba, Jussara, Mariana, Muquém e Sabalanga).

Trabalhos com esta perspectiva devem verificar como se dá o processo de variação entre marcas e ausências de concordância verbal na fala da população estudada; além de apresentar quais contextos, linguísticos e sociais, são favoráveis para a aplicação da variante explícita em detrimento da variante zero.

⁴ O numeral "duas" reforça essa ideia. E mesmo assim, o falante não coloca a marca de concordância no verbo.

⁵ Para o grupo de fatores social 'escolaridade' realizamos uma análise qualitativa à parte relacionando-o à comunidade, sexo e idade do falante na tentativa de verificarmos a sua relevância para o condicionamento da variante padrão (marcas explícitas de plural no sujeito e no verbo da sentença).

Pesquisas de cunho quantitativo com essa abordagem tendem a se valer de raciocínio linguístico e estatístico para a explicação do fenômeno variável. No entanto, para chegar ao processo de análise é necessária a realização de coleta de dados de fala espontânea por meio de pesquisa empírica, seguido da transcrição ortográfica dos dados, armazenamento, organização em banco de dados, codificação e quantificação.

Para o processo de textualização, organizamos o texto em três partes complementares: a primeira esclarece alguns pontos sobre a fundamentação teórica utilizada e aponta alguns caminhos para a explicação do fenômeno variável de concordância verbal em português brasileiro; a segunda trata de questões relacionadas aos procedimentos metodológicos empregados; a terceira e última se dedica à descrição e análise dos dados. O que vem a seguir são as considerações finais, as referências e os anexos.

1.1 Identificação e delimitação do objeto de estudo

Nesta seção, abordamos o fenômeno sociolinguístico de concordância verbal em português brasileiro, desde a sua concepção, circunscrevendo o seu contexto de variação e apontando os caminhos de análise.

Numa perspectiva tradicional, a concordância verbal é entendida como a solidariedade entre sujeito e verbo numa mesma sentença de forma que o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito para situá-lo no tempo. Para o linguista brasileiro Ataliba Teixeira de Castilho (2010), a concordância é a conformidade morfológica entre uma classe (o verbo) e seu escopo (o sujeito) que implica na redundância de formas, ou seja, na marcação de plural no sujeito e também no verbo, como em:

(3) Variante explícita:

“Eles VÃO para Mundaú” [FIMA2015]

“Nós num erraMOS” [FIMA2015]

Em contrapartida, linguistas como Naro e Scherre (2007, p. 49) dizem que variedades não padrão do português do Brasil apresentam, de forma generalizada,

fenômenos de concordância variável, cuja origem suscita controvérsia. São exemplos a concordância variável de número verbo/ sujeito, a concordância variável de número entre os elementos do sintagma nominal e a concordância variável de número no sintagma predicativo.

Ainda segundo os autores (1998, p.1),

Diferentemente do português europeu, o português vernacular do Brasil apresenta variação sistemática nos processos de concordância de número, exibindo variante explícita e variantes zero (0) de plural em elementos verbais e nominais (...).

Conforme visto, o português do Brasil apresenta variação entre variante explícita e variantes zero na concordância de número. Neste trabalho, a análise é restringida ao caso de concordância do verbo com o sujeito, com o intuito de conhecer, descrever e analisar o padrão de concordância verbal de quilombolas alagoanos, além de nos preocuparmos se tal variação seria um traço da contribuição de línguas africanas para o processo de formação do PB (terceira tese), ou não. Conforme vemos:

(4) Variante zero:

“MinhaS menina0 gostava0 de festinha dos menino0 da escola” [FIFI2015A]

“MeuS filho0 estuda0” [FIFI2015B2]

Um dos primeiros estudiosos a se debruçar sobre o português brasileiro falado em Alagoas foi Mario Marroquim, em seu livro intitulado *A língua do nordeste: Alagoas e Pernambuco*, de (2008 [1934]:77), no qual já discorre sobre o fenômeno variável de CV nessa variedade do PB:

Em matéria de gênero, número e grau, as classes cultas seguem a boa língua. As concordâncias são as que determina a gramática, nem perpetraram os solecismos vulgares e habituais do povo iletrado. Apenas há umas singularidades na formação dos graus, que são comuns a uns e outros.

O povo tem, sim, uma maneira própria de construir a frase e uma concordância particular, profundamente diversa da portuguesa.

Há, porém, um rumo lógico dentro da modificação dialetal. A mentalidade primitiva do povo iletrado exige um vocabulário reduzido, em harmonia com o seu horizonte limitadíssimo.

Ele joga com os seus poucos elementos linguísticos no sentido de simplificar e atenuar o esforço da memória.

Quatrocentos anos de abandono, sem assistência social de qualquer natureza, fechados no isolamento de suas grotas e de sua ignorância, foram tempo suficiente para que os matutos constituíssem o seu linguajar, com características próprias e uma gramática consuetudinária a que todos obedecem. Marroquim.

Pelos excertos, fica claro o reconhecimento da regra variável de CV na fala de nordestinos, como sendo uma característica linguística do português popular falado por uma classe ‘ignorante’ – aspecto diverso do que considera como “a boa língua” falada pelas classes cultas. A norma falada pelo povo, em relação à concordância, é traduzida como sendo “profundamente diversa da portuguesa”, como resultado de uma “mentalidade primitiva” de um povo esquecido, “iletrado” e com “vocabulário reduzido”⁶.

Marroquim (2008) segue relatando que:

- em relação ao número, no dialeto nordestino, ele é indicado apenas pelo determinante (“Quando aS mulher0 estava0 aqui” [FIF12015B2])⁷;
- em relação ao verbo, há uma simplificação na conjugação verbal, o que o autor chama de “ação niveladora” (Eu vou, Você vai, Ele ou Ela vai, A gente vai, Vocês vai, Eles ou Elas vai);
- como resultado do contato linguístico, há o reconhecimento da contribuição do português europeu arcaico, de línguas indígenas, como as de origem tupi, e de línguas africanas, porém tal contribuição é resumida ao nível do léxico⁸ (respectivamente, tocaia e macumba, por exemplo);
- em relação à sintaxe, o estudioso admite que nesse campo “o homem imprime a sua marca, traça o sulco de sua personalidade”, daí ele argumenta que se deve levar em consideração o lado social do falante (como nível socioeconômico, por exemplo). Mas, mesmo assim, a sua proposta de consideração do social acaba reforçando o preconceito vigente em relação ao “matuto nordestino” e ao seu dialeto.

⁶ Termos que consideramos inapropriados do ponto de vista linguístico – uma vez que trabalhos sociolinguísticos sobre o PB têm demonstrado que as escolhas linguísticas dos falantes podem ser motivadas tanto por fatores linguísticos quanto por fatores sociais e tal vocabulário serve apenas para reforçar o preconceito linguístico e social arraigado em nossa sociedade.

⁷ Exemplos nossos, ora dos nossos corpora, ora criados para ilustração.

⁸ Ao contrário do que propunha Marroquim (2008), as contribuições do contato linguístico podem se estender ao nível morfossintático, como pretendemos investigar neste trabalho.

Conforme visto, a problematização do contexto social ontem e hoje nos estudos sobre a linguagem tem se resumido à análise de categorias sociais para explicar o linguístico, sem uma base forte em alguma teoria social, mas por meio de um “sociologismo linguístico” que de fato em nada descreve e analisa a complexa e intrínseca relação entre língua e sociedade como um todo – isto tem sido alvo de várias críticas por linguistas contemporâneos, dentre eles, Bagno (2011).

Lucchesi (2015), defende que o Brasil passa por uma polarização sociolinguística entre uma norma sociolinguística da elite letrada e uma norma sociolinguística da população socialmente marginalizada. O que o autor chama de norma sociolinguística diz respeito à oposição sociolinguística entre as classes sociais no país, que vai além de questões meramente linguísticas atingindo patamares sociais. Ou nos termos do próprio autor (2015:33-36):

O conceito de norma sociolinguística é aqui proposto para capturar o fato de que a oposição sociolinguística entre as classes sociais não se dá apenas em função da diferença no comportamento linguístico dos seus membros, mas igualmente em função da maneira pela qual esses membros avaliam os diversos usos da língua e de como as mudanças linguísticas se propagam em cada segmento social.

De acordo com sua visão, “a estrutura sociolinguística deve ser vista sempre como a resultante de uma rede de correlações que se estende da infraestrutura socioeconômica à superestrutura político-ideológica”, Lucchesi (2015); conceito que vai além da perspectiva laboviana de que a heterogeneidade linguística reflete as condições sociais do uso da língua numa percepção de que “língua e sociedade caminham juntas e se influenciam mutuamente”.

Dessa forma, Lucchesi (2015:204) sistematiza “os processos de variação e mudança que caracterizam a sociedade brasileira” da seguinte forma: a) uma norma culta mais flexível e dinâmica, em decorrência do processo de industrialização, de urbanização, do avanço da indústria cultural e da proliferação dos meios de comunicação de massa; e b) uma norma popular, com “forte tendência à assimilação de formas linguísticas correntes na norma culta, especialmente as que gozam de prestígio social, como as regras de concordância nominal e verbal”.

Conforme o autor (2015:204),

Se essas mesmas tendências divergentes de mudança – a flexibilização de usos na norma culta vis-à-vis à assimilação das formas de prestígio na norma popular – constituem a base da polarização sociolinguística do Brasil, na medida em que definem dois conjuntos qualitativamente distintos (em termos de padrões de uso, sistema de avaliação e tendências de mudança), elas também atuam no sentido de promover um nivelamento linguístico que tende a atenuar a própria polarização.

Nesse sentido, Lucchesi (2015:218) define como tal polarização sociolinguística pode ser classificada em normas⁹, como: a) português afro-brasileiro; b) português popular rural; c) português popular rural (que seria uma variedade do PB falada por falantes oriundos da zona rural e que estariam nas periferias das grandes cidades falando uma língua que ainda apresenta vestígios linguísticos do falar rural do interior); d) português popular urbano do interior; e) português popular urbano das grandes cidades e f) português popular urbano das grandes cidades.

Porém, o que nos interessa mesmo é que, de acordo com Lucchesi (2015:246-264) a concordância verbal é um dos processos do PB que está no cerne dessa polarização. E, de acordo com o mesmo autor, “os resultados de análises sociolinguísticas sobre esse fenômeno revelam dois processos distintos de variação e de mudança”, a saber: a) “um processo de variação estável nos segmentos urbanos intermediários” e b) “um processo de incremento do uso da regra de CV nos segmentos populares do campo e da cidade”.

Conforme o linguista, para a variação no emprego da regra de CV da 3ª pessoa do plural quando o sujeito está realizado foneticamente, os contextos estruturais favoráveis são:

- “sujeito realizado imediatamente antes do verbo”, como em: “**Os mais velho morreram** tudo” [FIFI2015B1];
- “maior diferença morfofonológica entre a forma do plural e a forma do singular do verbo”, isto é, a saliência fônica, como em: “Aí eles num *vieram* mais não” [FIFA2015B] – (singular veio/ plural vieram).

A proposição de Lucchesi (2015:254) para a norma popular rural é a de que se trata de um “indicador social, observando-se apenas uma gradação social, com os

⁹ Dentre as quais, esperamos que a norma do PB falado pelos afrodescendentes investigados seja a do português afro-brasileiro.

falantes mais jovens, com alguma escolaridade e com maior contato com a cultura urbana, mas não apresentando ainda uma variação estilística consistente”. Nesse sentido, o linguista afirma que tanto a avaliação positiva da regra de CV quanto o preconceito contra a não aplicação da regra “nada mais são do que o reflexo da distribuição sociolinguística da variável e não decorrente de algum valor linguístico intrínseco da regra”.

Para Lucchesi (2015:247) “a força do estigma que se abate sobre as formas mais características da fala popular assenta em um sistema econômico excludente, baseado na superexploração da força de trabalho” – o que, segundo o autor, “alimenta um sistema de avaliação social da variação linguística preconceituoso e discriminatório, que atua como um poderoso instrumento de dominação ideológica”, legitimando a manutenção de privilégios, de um lado; e a exclusão social, do outro.

Assim, “a assimilação da ideologia dominante por parte dos demais grupos altera o seu comportamento linguístico”, conforme Lucchesi (2015:255). Esse ponto de vista corrobora ao pensamento laboviano, segundo o qual a variedade linguística das classes dominadas tende a se desestruturar diante da variedade linguística das classes dominantes. Nesse processo de nivelamento linguístico, nos termos de Lucchesi (2015), configura-se uma mudança de cima para baixo, isto é, uma mudança que corresponde à assimilação de variantes socialmente prestigiadas pelas camadas populares.

Em nosso ponto de vista, sendo o falante o organismo vivo responsável pelas variações e mudanças que ocorrem na língua¹⁰, que por sua vez é um fenômeno social passível de variação e mudança; o fenômeno do nivelamento linguístico descrito acima corresponderia também a uma questão de identidade, ou melhor de identidades no plural; de consciência de classe; de pertencimento; de inserção nos espaços sociais e no mercado de trabalho – uma questão acima de tudo de poder, nesse abissal da luta de classes que impera em nossa sociedade.

¹⁰ Além de fatores outros, como aspectos geográficos, históricos e o avanço da tecnologia, por exemplo.

Como as avaliações que se dão à variante explícita (avaliação social positiva) ou à variante zero (avaliação social negativa)¹¹ são vitais para o sucesso ou para o fracasso do indivíduo falante na escalada da pirâmide social, é compreensível que a tendência nas variedades do PB, de uma forma geral, seja a de implementação da regra (variante explícita) – o que se configura como um processo de ‘mudança em curso’, conforme a nomenclatura sociolinguística.

Outro linguista brasileiro, que acrescenta alguns pontos relevantes à esta discussão é o Ataliba T. de Castilho, em sua *Nova gramática do português brasileiro* (2010:197-224), na qual aborda o fenômeno da CV como fazendo parte da diversidade linguística brasileira, decorrente de seu complexo processo de formação em contato com línguas indígenas nativas e línguas africanas transplantadas.

Assim, o autor destaca dois falares brasileiros, a saber: o português brasileiro do Norte e o português brasileiro do Sul. Dentre os quais o primeiro apresentaria uma simplificação da concordância verbal e o segundo apresentaria marcas redundantes de concordância na fala culta – redundantes no sentido de abundância de marcas de plural, no verbo e nos elementos do SN-sujeito.

Em relação à simplificação da concordância observada no português brasileiro do Norte – correspondente ao que mais tarde o autor irá denominar de português brasileiro popular (PBP) em oposição ao português brasileiro culto (PBC). Castilho (2010:206-209) apresenta alguns contextos que, segundo ele, seriam mais favoráveis para a aplicação da regra de CV no PBP, como por exemplo:

- saliência fônica entre a forma do singular e a forma do plural do verbo, como em: “Vocês *vão* passar lá” [FIFA2015B] – (singular vai/ plural vão -mais saliente) e “As menina num *esperam* mais” [GUF12015A] – (singular espera/ plural esperam -menos saliente);
- proximidade entre o verbo e o sujeito na sentença, como em: “**Eles estudam**” [GUF12015A];

¹¹ Em trabalhos posteriores, pretendemos investigar o que estudos sobre avaliações mostram em relação ao fenômeno variável de CV.

- sujeito exposto e colocado antes do verbo, evitando-se o sujeito posposto, como em: “**As pessoas faziam** seus lanchinhos” [SAFA2015A];
- paralelismo linguístico, também conhecido como paralelismo formal, que parte da premissa de que a aplicação de marcas de plural em todos os elementos do sujeito leva à aplicação de marcas de plural no verbo, como em: “Antigamente a**S** pessoa**S** trabalhava**M** muito na roça” [JUFJ2015B];
- e o nível sociocultural dos falantes, ou seja, quanto maior o nível, mais favorável se torna a aplicação da regra (falantes mais escolarizados e com níveis socioeconômicos mais altos tendem a fazer mais concordância).

Como visto, Castilho (2010:197-224) reconhece a variação entre formas marcadas de CV e formas não marcadas, estabelece alguns contextos favoráveis à aplicação da variante explícita, mas não entra no mérito da discussão sociolinguística sobre o que isto pode representar em PB, se um caso de variação ou se um caso de mudança linguística.

Em se tratando de redundância, o linguista Marcos Bagno em sua *Gramática pedagógica do português brasileiro* (2011), trata do fenômeno variável da CV como sendo pertencente ao leque das mudanças linguísticas que vem ocorrendo no PB. Para esse autor (2011:146-147),

a mudança linguística é um processo sociocultural e sociocognitivo, ou seja, um processo que tem origem na interação entre a dinâmica social da comunidade de fala e o processamento da língua no cérebro por parte dos indivíduos em interação sociocomunicativa.

Assim, uma das forças que estaria diretamente ligada a esse processo seria a força da ‘economia linguística’ – definida como “um termo que recobre uma variada gama de processos que se caracterizam por representar mecanismos de mudança” na tentativa de “poupar memória” e “preencher lacunas na gramática da língua”, conferir Bagno (2011). Nesse patamar, um dos processos abarcados pela economia linguística seria o da concordância verbal no português popular, com a eliminação das marcas redundantes de plural na relação verbo-sujeito.

Conforme problematizado por vários linguistas, Bagno (2011:541) diz que tal fenômeno de variação não se encontra livre de avaliação social, pois de um lado, os “falantes urbanos defensores da tradição gramatical” avaliam o enxugamento das marcas redundantes de plural como sendo um “empobrecimento” da língua e um “atraso” cultural dos seus falantes. Por outro lado, os menos conservadores e menos tradicionais, avaliam o mesmo fenômeno como sendo um “avanço” e uma “inovação” em relação ao processo da mudança linguística.

Focando nos principais contextos linguísticos demarcados pelo autor como condicionantes da variação explícita, destacam-se:

- a “generalização do índice de pessoa você” que, nos termos de Bagno (2011:645), “se transformou no mais empregado índice de 2ª pessoa do plural, substituindo quase que totalmente o tu como forma de tratamento íntimo, informal”, conforme os exemplos: “**Vocês** *viram* uma veiota” [FIFA2015B] e “**Vocês** *vão fazer* um negócio mais” [FIMA2015A];
- a gramaticalização do ‘a gente’ como 1ª pessoa do plural, como em: “**A gente** *planta* macaxeira banana”¹².

1.2 Por que comunidades quilombolas alagoanas?

Os primeiros passos em direção à realização desta pesquisa foram dados em 2013, com a nossa dissertação de mestrado intitulada “A concordância verbal na fala de afrodescendentes da comunidade quilombola Muquém, União dos Palmares – Alagoas”, que propôs uma descrição do fenômeno variável de concordância nessa comunidade, apresentando alguns contextos linguísticos e sociais que se demonstraram relevantes (ou não) para a aplicação da variante padrão.

Em 2014, sentimos a necessidade de ampliação do *corpus*, bem como da pesquisa, e, para tanto, tivemos que nos preparar para nos submeter às questões éticas que envolvem pesquisas com seres humanos, conforme Abreu (2014):

A coleta de dados para constituição de *corpora* para pesquisas em linguística, bem como nas demais ciências humanas e sociais, está subordinada às

¹² Exemplo nosso, criado para ilustração.

questões ético-legais constantes em diplomas normativos brasileiros, além de estar diretamente vinculada às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012.

A Resolução 466/10 adotada pelo Comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas – CEP/ UFAL entende que uma pesquisa realizada com seres humanos seja nas Ciências Médicas ou nas Ciências Humanas apresenta caráter interventivo em maior ou menor grau para os seus colaboradores, trazendo incômodos, riscos e benefícios que devem ser previstos e minimizados pelos pesquisadores.

Assim, um estudo dessa natureza deve apresentar garantias éticas aos seus participantes de modo a conferir ao trabalho que será feito o caráter de cientificidade esperado comprometido com valores éticos, como:

- O total conhecimento do trabalho realizado: objetivo central, relevância, resultados esperados, começo e término da pesquisa, metodologia, em que consiste a sua participação e como ela será conduzida;
- Esclarecimentos sobre os possíveis riscos e incômodos que poderão sentir com a sua participação, sendo eles: a inibição e o constrangimento decorrentes da presença de um gravador e do pesquisador durante o processo da coleta de dados;
- Esclarecimentos sobre os possíveis benefícios que deverão esperar com a sua participação, mesmo que não diretamente, sobre a sua total autonomia para se recusar a participar da pesquisa a qualquer momento sem que isso lhe traga prejuízos ou penalidades, sobre a sua total liberdade para pedir maiores informações sobre a pesquisa em cada uma das etapas do estudo;
- A garantia de que as informações conseguidas através da participação não permitirão a identificação dos envolvidos, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto; que o estudo não acarretará nenhuma despesa para o sujeito da pesquisa; que os colaboradores deverão ser tratados por qualquer dano causado e comprovado que venham a sofrer com a

participação na pesquisa e que cada participante receberá uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – T.C.L.E.

Em 2015, submetemos o projeto de pesquisa com seres humanos ao CEP/UFAL através da Plataforma Brasil – criada e gerida pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)/ Ministério da Saúde – Governo Federal. A esse respeito Duarte (2009) apud Abreu (2014) chama a atenção para a diferença entre ‘pesquisa em seres humanos’ e ‘pesquisa com seres humanos’. Pois, enquanto as ciências médicas realizam pesquisas interventivas, *em* seres humanos, as ciências humanas realizam pesquisas *com* seres humanos, procedimentos investigativos que não lhes afetam biológica ou fisicamente.

Dessa forma, o autor propõe “a desvinculação das suas normas éticas do âmbito do Ministério da Saúde para o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a criação de comitês específicos para avaliar e autorizar os projetos de pesquisas nessas áreas”, conferir Abreu (2014). A expectativa é de que por meio desse processo aconteça uma desburocratização dos critérios e condições para se realizar pesquisas na área das ciências humanas, com seres humanos.

A pesquisa de campo foi realizada em parceria com a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) por meio do Núcleo de Estudos Linguísticos (NELING) com o projeto “Para o conhecimento linguístico e sociocultural de comunidades quilombolas alagoanas” que, por sua vez, encontrava-se filiado ao projeto “O conhecimento linguístico e sociocultural da comunidade quilombola Muquém, em União dos Palmares - AL”, coordenado pela professora doutora Maria Denilda Moura, também responsável pelo Programa de Estudos linguísticos (PRELIN) da FALE-UFAL.

Para a realização da pesquisa empírica, ofertamos a disciplina eletiva de Sociolinguística Variacionista para alunos da UNEAL vinculados ao NELING; a realização de palestras sobre a teoria e a metodologia da variação linguística; workshops sobre coleta e tratamento de dados; oficinas de entrevista, transcrição, fotografia e documentário. Somente depois dos conhecimentos básicos sobre a pesquisa sociolinguística é que adentramos em campo com os alunos para a coleta de dados.

Pois, conforme Almeida e Campoy (2005), a Sociolinguística Variacionista é empírica, obtém dados científicos reais, e baseia sua teoria em dados linguísticos e não na especulação ou na intuição, partindo do princípio de que a variação linguística é socialmente condicionada. Assim, segundo esses autores, o principal objetivo deste campo teórico é o de obter uma descrição completa e representativa da variedade linguística dos falantes de uma determinada comunidade de fala.

1.3 Justificativa, objetivos e hipóteses

Em vista da abundância de trabalhos sobre CV no PB, focamos na população quilombola da Região Serrana dos Quilombos – com os municípios de Santana do Mundaú (comunidades Filús, Jussara e Mariana) e União dos Palmares (comunidade Muquém); e da Região do Planalto da Borborema, com o município de Viçosa (comunidades Gurgumba e Sabalangá) – por serem ainda muito pouco estudadas do ponto de vista linguístico e poderem apresentar vestígios da contribuição de línguas africanas, em especial de origem banto, para o seu processo de formação.

Trabalhos dessa natureza são relevantes do ponto de vista linguístico para o desenvolvimento do escopo da Sociolinguística Variacionista; assim como, para o projeto de construção da história do português brasileiro e para a descrição e análise de variedades do PB, sobretudo daquelas ainda pouco estudadas, como é o caso da variedade falada em Alagoas. Nesse sentido, tem-se uma contribuição inovadora, no que diz respeito ao comportamento sintático de concordância verbal de quilombolas alagoanas, pois desconhecemos outras investidas com este recorte.

Esperamos que este trabalho venha a contribuir de forma significativa para o conhecimento do comportamento sintático de concordância verbal de quilombolas alagoanas, assim como, para a discussão sobre o processo de formação do português brasileiro a partir da perspectiva que leva em conta a contribuição de línguas indígenas e africanas para a sua construção.

Objetivo central

Apresentar uma análise variacionista do fenômeno de concordância verbal no português brasileiro falado por comunidades quilombolas alagoanas na tentativa de

identificar e descrever os contextos linguísticos e sociais favorecedores da aplicação da variante padrão (marcas explícitas de CV).

Assim, com base no que apresenta a literatura sobre o fenômeno em estudo, somado ao nosso raciocínio linguístico e estatístico, à nossa intuição de falante nativo e às condições estabelecidas pela coleta de dados, destacamos para esta análise os seguintes grupos de fatores linguísticos e sociais:

1. Em relação ao sintagma verbal:

- Saliência fônica.

2. Em relação ao SN-sujeito:

- Posição do sujeito em relação ao verbo na sentença;
- Elementos intervenientes entre sujeito e verbo;
- Pessoa;
- Natureza do sujeito;
- Concordância nominal entre os elementos que compõem o SN-sujeito da sentença.

3. Em relação às pressões sociais sobre o sistema linguístico:

- Sexo;
- Idade;
- Escolaridade;
- Comunidade.

Objetivos específicos

- Identificar os diferentes pontos de vista sobre o fenômeno variável de CV no PB apontados pela literatura e averiguar qual deles explica melhor o caso de variação vivido pelos afrodescendentes estudados;
- Identificar os percentuais de uso de aplicação de marcas explícitas de CV no PB apontados pela revisão de literatura e comparar com os resultados encontrados neste trabalho na tentativa de verificar se as

comunidades quilombolas alagoanas apresentam comportamento linguístico semelhante ou destoante dos demais;

- Identificar quais grupos de fatores apresentam relevância estatística apontada pela literatura na tentativa de comparar com os resultados encontrados neste trabalho e verificar em que contextos a variação em CV no PB falado por afrodescendentes se assemelha ou se diferencia dos demais;
- Investigar se a hipótese da polarização sociolinguística brasileira de Dante Lucchesi (2006) – de que o processo de formação do PB se configurou entre uma *norma culta*, originada de uma elite escolarizada e uma *norma popular*, derivada da maioria da população brasileira, desprovida de educação formal – é a que melhor explica os resultados encontrados neste trabalho;
- Investigar se, por se tratar da análise variacionista do PB falado por quilombolas, há vestígios da contribuição de línguas africanas de origem banto para a sintaxe dessa língua.

Hipóteses

Lucchesi (2006) apresenta como explicação possível para o processo de formação do português brasileiro a tese da *Transmissão linguística irregular* seguida de um processo chamado de *polarização sociolinguística do PB*¹³. Segundo o autor, o cerne da questão seria o contato entre línguas em território brasileiro desde o seu processo de colonização: as diversas línguas dos nativos indígenas, a língua do colonizador (português europeu) e as línguas transplantadas para cá por meio da escravização de negros africanos.

Lucchesi (2006) defende que a história sociolinguística do Brasil passou por um processo de polarização, entre o português falado pela pequena elite brasileira concentrada nos centros urbanos e fiel aos modelos de uso da língua provenientes de Portugal e o português falado por contingentes de indígenas aculturados e africanos

¹³ Perspectiva que será melhor explicada no capítulo posterior.

escravizados que adquiriram a língua portuguesa em condições precárias e nativizaram esse português defectivo aos seus descendentes mestiços e endógenos.

Dessa forma, conforme o linguista, o abismo sócio, econômico e cultural ao qual foi submetida a sociedade brasileira se instaurou já no Brasil-colônia e se estendeu ao Brasil-República ocasionando, além das consequências sociais, influências linguísticas que acabaram se acentuando entre uma *norma culta*, usada pela elite brasileira que teve garantido desde o princípio o acesso à escolaridade e aos demais direitos à cidadania, bem como, aos bens de consumo; e uma *norma popular*, usada pelo resto da população, que teve todos esses acessos negados.

Com base em Lucchesi (2006), acreditamos que o processo de variação de CV ocorre nas duas normas sociolinguísticas do português brasileiro, mas a frequência tende a ser maior na norma popular, justamente pelo acesso restrito à escolaridade formal. Assim, esperamos que os resultados obtidos neste trabalho apresentem baixos níveis de aplicação de concordância verbal – já que estudamos comunidades negras com ascendência africana.

Com relação aos grupos de fatores, linguísticos e sociais, pré-estabelecidos, pretendemos verificar a validade ou não das predições criadas, elaboradas a partir de resultados de trabalhos que vem sendo feitos sobre concordância em PB nos últimos anos, de nosso conhecimento linguístico e de nossa intuição de falante nativo, seguindo a ordem dada:

- Em relação ao sintagma verbal, é consenso entre os linguistas que altos níveis de saliência fônica favorecem à aplicação da regra variável de concordância por serem mais perceptíveis foneticamente aos falantes na oposição singular/plural dos verbos;
- No que diz respeito ao SN-sujeito: a) como a ordem canônica de formação de sentenças em PB é sujeito-verbo-objeto (a chamada ordem SVO) supomos, conforme aponta a literatura, que sujeito anteposto ao verbo condiciona a variante padrão, enquanto sujeito posposto não condiciona;
- No que se trata da variável b) ‘elementos intervenientes entre sujeito e verbo na sentença’, é sensato supor que sujeitos próximos aos verbos

condicionam a variante padrão, enquanto o contexto contrário, sujeitos distantes dos verbos não condiciona;

- Ainda em relação às variáveis ‘posição’ e ‘elementos’, supomos que sujeitos antepostos e próximos dos verbos representam o contexto mais favorável para a aplicação da concordância; enquanto sujeitos pospostos e distantes dos verbos não favorecem à aplicação da concordância;
- Em se tratando da variável c) pessoa, intuímos que a terceira pessoa do plural ‘eles/elas’ por ser mais recorrente no banco de dados será também o contexto condicionante da variante padrão;
- No caso da variável d) natureza do sujeito, supomos que SN-sujeito simples nucleado por ‘substantivo’ ou pela terceira pessoa do plural é o contexto mais condicionante da variante padrão;
- Para finalizar, as variáveis que dizem respeito ao SN-sujeito, temos a variável e) concordância nominal no sujeito, na qual supomos que marcas explícitas de plural no sujeito levam a marcação de concordância no verbo da sentença, atendendo a perspectiva teórica de que “marcas levam a marcas” e “zeros levam a zeros”;
- Com relação às variáveis sociais adotadas, supomos o esperado em trabalhos sociolinguísticos: a) falantes do sexo feminino devem fazer mais concordância por conta do papel subalterno que ainda é relegado à mulher na sociedade brasileira e como a opção por variantes consideradas padrão podem trazer um censo de autoafirmação e valorização pessoal e profissional, elas tendem a fazer mais concordância que os homens;
- No que se refere à faixa-etária, variável b), intuímos que falantes das faixas etárias mais jovens tendem a fazer mais uso da variante padrão – uma vez que a idade se entrecruza com o grupo de fatores escolaridade e pleno exercício da atividade profissional;
- Já em se tratando da variável c) comunidade, entendemos que falantes de comunidades mais urbanizadas ou com maior contato com falantes do centro urbano e com acesso a meios de comunicação de massa tendem a fazer mais concordância do que falantes de comunidades mais

isoladas, com menos contato social e com menos acesso a meios midiáticos.

2 Revisão da Literatura

2.1 O que mostram trabalhos sociolinguísticos sobre a CV no PB?

Naro e Scherre (1998) ao se debruçarem sobre o português vernacular do Brasil, mostram que ele “apresenta variação sistemática nos processos de concordância de número”. Em sua análise sobre construções sintáticas com base no *Corpus Censo* do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, verificaram que “o aumento da saliência do material fônico na oposição singular/ plural dos verbos aumenta as chances da variante explícita de plural”.

Assim, o nível de oposição acentuada de saliência fônica em suas três categorias de análise se demonstrou mais significativo para o condicionamento da variante padrão, com (tá/ tão), (bateu/ bateram) e (veio/ vieram) apresentando os pesos relativos mais altos: PR. de .68, .78 e .85. conforme visto, contextos mais salientes condicionaram a aplicação da variante explícita.

No mesmo estudo, Naro e Scherre (1998) ao controlarem a variável independente linguística ‘posição do sujeito’, com quatro contextos de análise: ‘sujeito imediatamente anteposto’, ‘sujeito anteposto separado do verbo’ (por 1 a 4 sílabas), ‘sujeito anteposto separado do verbo’ (por 5 sílabas ou mais) e ‘sujeito posposto’; identificaram que ‘sujeito imediatamente anteposto ao verbo’ favorece a variante explícita, enquanto o contexto contrário, sujeito anteposto distante do verbo ou posposto a desfavorece.

Com base no controle das variáveis sociais: ‘sexo’, ‘idade’ e ‘escolaridade’, Naro e Scherre (1998) verificaram que ‘mulheres mais escolarizadas’ são as que mais fazem concordância; já em relação à idade, os autores mostraram que ‘pessoas em idade profissionalmente produtiva’ são também as que mais preferem a variante de prestígio, chegando à conclusão de que se trata de um caso de variação estável.

Naro e Scherre (1998), ao refletirem sobre a CV na escrita padrão, chegam à conclusão de que:

(...) a concordância verbo/sujeito é sempre regida pelo(s) núcleo(s) do sujeito quando (1) o sujeito for de um só núcleo de estrutura sintagmática simples

anteposto ao verbo ou (2) quando o sujeito for de dois núcleos antepostos ao verbo com pelo menos um de seus núcleos no plural.

Rodrigues (2004), em seu trabalho sobre CV em relação à história do PB, no qual analisa construções com sujeitos sintáticos de primeira (nós) e de terceira pessoa (eles/elas) do plural, mostra que níveis mais altos de saliência fônica condicionam a variante padrão.

Naro e Scherre (2006), em seu trabalho sobre mudança linguística e concordância de número no PB, com a finalidade de refletir sobre as variáveis independentes 'escolaridade' e 'saliência fônica' em relação aos processos de mudança dessa língua, mostram um aumento da concordância verbal na fala do Rio de Janeiro, comparando três bancos de dados distintos, com crescimento percentual de 11% entre uma amostra de 1980 e duas amostras de 2000.

Em relação ao “efeito estatístico da escola sobre o uso da CV”, em 1980 e em 2000, os mesmos autores observaram que falantes cariocas mais escolarizados (de 9 a 11 anos de escolarização formal) tendem a fazer mais uso da variante explícita, com PR. de .53 e .78, respectivamente – enquanto falantes menos escolarizados (de 1 a 4 anos de escolaridade) fazem menos concordância.

Em relação à saliência fônica, os autores verificaram que contextos com verbos mais salientes são os mais favoráveis para o uso da variante explícita, com PR. de .72 na amostra de 1980; e PR. de .66 e .65 nas amostras do ano 2000. Comparando o efeito da saliência entre os níveis de escolaridade estudados, Naro e Scherre (2006, p. 118) perceberam a evidência da relevância de contextos mais salientes para o condicionamento da variante padrão, mas também:

uma mudança regular na direção da redução do distanciamento entre os pesos relativos dos fatores em função do aumento de anos de escolarização dos falantes, ou seja, indica que o aumento da concordância em função de exposição à fala de prestígio implica diminuição do efeito da saliência fônica. Além da diminuição, cumpre observar que a saliência fônica não foi selecionada como estatisticamente significativa para o grupo de falantes de 9 a 11 anos de escolarização, nem na concordância nominal nem na verbal para a amostra 2000-C, embora ainda haja diferença nos pesos relativos na ordem esperada, mais acentuada na concordância nominal do que na concordância verbal.

Naro e Scherre (1993), em seu estudo sobre o paralelismo formal na CV do português popular brasileiro, verificaram que ‘marcas de plural no último elemento

flexional do SN-sujeito' levam a marcas de plural no verbo; no contexto contrário, se o último elemento flexional do sintagma sujeito apresentar zero, o verbo tende a exibir a variante zero.

Monguilhott (2001), em seu trabalho sobre a variação na terceira pessoa do plural na fala de Florianópolis, verificou que o percentual de CV desses falantes foi de 79%, contra 21% da variante zero; e os contextos linguísticos e sociais favorecedores da variante padrão, foram:

- Saliência fônica, com os contextos de oposição acentuada como mais condicionantes da variante explícita, (1. tá/ tão) com PR. de .88; (3. é/ são) com PR. de .75 e (2. Bateu/ bateram) com PR. de .65, na sequência hierárquica;
- Em relação à 'posição do sujeito' na sentença, a autora observou que 'sujeito anteposto ao verbo' foi o contexto mais condicionante da variante padrão, com PR. de .58, contra PR. de .17 para o fator 'sujeito posposto'. Seguindo com a análise, a variável 'paralelismo formal' se demonstrou significativa nos contextos: 'presença de plural no último elemento do SN-sujeito' (PR. de .54) e 'presença de numeral no último elemento' (PR. de .53), contra o contexto "ausência de plural no último elemento" (PR. de .32) – o menos significante para a variante explícita de CV.
- A variável 'tipo de sujeito' mostrou que sujeitos preenchidos pronominalmente são condicionantes da variante explícita de CV, com PR. de .59. Já a variável linguística 'material interveniente' não se demonstrou estatisticamente significativa para o processo de CV.
- 'Escolaridade' condicionou a variante padrão com o contexto '11 anos de escolarização formal' (PR. de .57) contra o contexto '4 anos de escolaridade' (PR. de .44).
- Quanto à variável 'idade' entrecruzada com a variável 'escolaridade', apontou que falantes mais jovens e mais idosos apresentaram diferenças mais significativas em relação ao uso de CV, com jovens fazendo mais concordância e velhos fazendo menos concordância, isto pela influência do grupo de fatores escolaridade na faixa etária jovial.

Rubio (2008), em seu estudo sobre a CV na região noroeste de São Paulo, avaliou que o percentual de uso da concordância varia de região para região, com 70% em São João do Rio Preto (Região Noroeste); 45% em Araraquara (Região Central) e 25% em São Carlos (Região Central). E os grupos de fatores mais significativos para o processo variável de CV foram:

- Paralelismo formal, nível oracional (marcas de concordância no sujeito levam a marcas de concordância no verbo), assim, o contexto mais favorável para a variante explícita foi 'presença de plural no último elemento do SN', com PR. de .56, já o contexto menos significativo foi o oposto 'ausência de plural no último elemento do SN', com PR. de .17; e nível discursivo (marcas de plural em verbos anteriores levam a marcas de plural verbos posteriores), nesse quadro, os fatores 'verbo anterior com marca de plural' e 'verbo isolado ou primeiro' foram os mais favoráveis para a variante explícita de CV, com PR. de .64 e PR. de .50, respectivamente;
- Escolaridade, com quatro categorias de análise (Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Ensino superior), dentre as quais os níveis mais altos de escolarização formal foram também os mais relevantes para o processo em estudo, com PR. de .73 para superior e PR. de .52 para médio;
- Saliência fônica, analisada em três níveis, mínimo, médio e máximo, apontou que o nível máximo de saliência (verbos mais salientes) foi o mais significativo para o processo de CV, com PR. de .72, seguido do nível médio, com PR. de .62;
- Posição do sujeito, selecionou os contextos denominados de 'pré-verbal distante de 0 a 2 sílabas do sintagma verbal' e 'pré-verbal distante de 3 a 10 sílabas do sintagma verbal', como condicionantes da variante explícita, com PR. de .53 e .50, respectivamente. Já a posição 'pós-verbal' foi a menos significativa para o condicionamento da variante padrão, com PR. de .10;
- Idade, com cinco faixas etárias (de 7 a 15 anos; de 16 a 25 anos; de 26 a 35 anos; de 36 a 55 anos; e de 56 anos em diante), apontou que falantes da última faixa foram os que mais fizeram concordância, com PR. de .57; seguidos da penúltima faixa, com PR. de .56; e falantes de 16 a 25 anos, com PR. de .50;
- Sexo selecionou 'feminino' (PR. de .53) como condicionante da variante padrão.

- E, por fim, tipo de sujeito selecionou 'sintagma nominal pleno composto com núcleo adjacente no plural como o mais condicionante da variante explícita, com o disparado PR. de .79 em relação ao contexto menos significativo 'pronomes relativos na categoria de sujeito', com PR. de .42.

Souza (2009), em seu trabalho sobre a CV na fala de Salvador, mostrou que variáveis como: 'escolaridade', 'sexo', 'idade', 'realização e posição do sujeito', 'concordância nominal no sujeito', 'paralelismo formal' e 'saliência fônica' (dentre outras) se demonstraram relevantes para o favorecimento da variante explícita:

- O fator 'nível superior' foi o que mais condicionou a variante padrão, com Pr. de .85, dentre os níveis fundamental e médio;
- Mulheres fizeram mais concordância que homens, com PR. de .55;
- Falantes mais velhos foram os que mais aplicaram a CV, com PR. De .69 para a faixa acima de 65 anos e .53 para a faixa de 45 a 55 anos;
- Sujeitos retomados por pronomes relativos foram os que mais favoreceram a CV, com PR. de .65;
- Concordância nominal no SN-sujeito levou a concordância no verbo, com PR. de .63;
- Níveis mais altos de saliência entre as formas singular e plural dos verbos levaram à aplicação da variante explícita, como: (é/ são) com PR. de .84; (sumiu/ sumiram) com PR. de .76; e (dá/ dão) com PR. de .69.

Cardoso (2005), em seu trabalho sobre a CV no indivíduo, apontou como variáveis significativas 'a saliência fônica', 'o paralelismo formal', 'adjacência entre núcleo do sujeito e verbo' (posição do sujeito), e 'pessoa' (dentre outras):

- Oposições mais acentuadas de saliência favoreceram a variante explícita, como (comprou/ compraram) com PR. de .86, (é/ são) com PR. de 82, (vai/ vão) e (recebeu/ receberam) com PR. de .77, e (disse/ disseram) com PR. de .74;
- Marcas de plural no SN-sujeito levaram a marcas de plural no verbo da sentença, com PR. de .62; bem como, marcas de plural no verbo anterior levaram a marcas de plural no verbo posterior, com PR. de .72;

- Sujeito imediatamente anteposto ao verbo condicionou a variante padrão, com PR. de .66, seguido de sujeito anteposto com até 5 sílabas de distância do verbo, PR. de .62 e sujeito oculto recuperado pelo contexto, com PR. de .54;
- E terceira pessoa do plural na posição de sujeito, com PR. de .71.

Araújo (2014), em seu estudo sobre a CV no PB falado em Feira de Santana – BA; verificou a ocorrência de 94% de CV contra 6% de ocorrência da variante zero; e a relevância dos contextos abaixo para o condicionamento da variante padrão:

- Sexo, com mulheres fazendo mais concordância que os homens, PR. de .75;
- Realização e posição do sujeito, com sujeito retomado por pronome relativo como fator mais relevante para a variante explícita (PR. de .63), seguido de sujeito imediatamente antes do verbo (PR. de .62), enquanto que o fator considerado menos condicionante, foi sujeito posposto imediatamente ou não (PR. de .10);
- Idade, com os mais idosos (terceira faixa etária, de três) sendo os falantes que mais fizeram concordância (PR. de .88), e os adultos (45 a 55 anos) aqueles que menos condicionaram o uso da variante explícita (PR. de .31); dentre outros.

Monguilhott (2009), em seu estudo sincrônico e diacrônico sobre a CV de terceira pessoa do plural (3PP) no PB e no PE, mostrou que a variante padrão apresentou um valor percentual mais significativo (80,6%) do que a variante não-padrão (19,4%) e os contextos abaixo como sendo condicionantes da variante explícita:

- Oposições mais acentuadas de saliência (PR. de .70);
- Plural no último elemento do SN-sujeito levou a marcas de plural no verbo (PR. de .60);
- Sujeito antes do verbo (PR. de .57);
- Sujeitos preenchidos pronominalmente – pronome pessoal (PR. de .89), pronome indefinido + quantificador (PR. de .82); e sujeito nulo (PR. de .84);
- Jovens com ensino superior fazendo mais concordância (PR. de .74) seguidos de velhos com a mesma escolaridade (PR. de .52);
- Mulheres fazendo mais CV que homens (85%).

Conforme vimos, pelos resultados apontados em alguns importantes trabalhos sobre a concordância verbal no português do Brasil, existe variação em todas as variedades pesquisadas acima entre variante explícita (concordância) e variante zero (não concordância). E alguns fatores internos ao sistema linguístico e externos a ele parecem ser condicionantes da variante padrão, como: altos níveis de saliência fônica na oposição singular/ plural; concordância nominal no sujeito leva a concordância verbal; sujeito imediatamente anteposto ao verbo; sujeitos preenchidos por pronomes; falantes do sexo feminino tendem a fazer mais concordância; assim como, falantes mais escolarizados entre as faixas jovem e idoso.

2.2 O que mostram trabalhos sociolinguísticos sobre o português falado por africanos?

Brandão & Vieira (2012), em seu trabalho sobre concordância nominal e verbal no português do Brasil e de São Tomé, mostraram que a concordância verbal variável não é somente uma prerrogativa do PB, uma vez que o português de Angola (PA), o português de Moçambique (PM) e o português de São Tomé (PT) também apresentam variação entre variante explícita e variante zero.

Compondo esse quadro de variação de 3PP nas três línguas acima mencionadas, tem-se a variável 'escolaridade', quanto maior o nível de escolarização, maior a tendência de uso da variante explícita; a variável 'saliência fônica', com verbos menos salientes selecionando a variante não padrão e verbos mais salientes selecionando a variante padrão; e a variável 'posição do sujeito', com sujeitos pospostos desfavorecendo a variante padrão, enquanto sujeitos antepostos e próximos ao verbo favoreceram a variante explícita.

Araújo (2010), em seu estudo sobre o uso variável de CV no PB e no português angolano, mostrou que, no que se refere à 1PP e a 3PP, a realização do sujeito na sentença (considerando sujeito explícito e sujeito nulo), a saliência fônica (paroxítona e proparoxítona), a correlação com o pronome sujeito (nós, a gente e não se aplica), o sexo (feminino, masculino), a língua nativa (africanas e portuguesa) e a idade (jovem, mediana e idosa), os contextos mais favoráveis para o condicionamento da

variante explícita foram: 'sujeito nulo'¹⁴ favorecendo a variante padrão em 100% dos casos e pronome 'nós' na posição de sujeito.

Vieira (2017), em seu trabalho sobre a CV de 3PP no português de São Tomé e Príncipe, apontou que em 90,5% dos casos houve a marcação de plural, contra 9,5% de não marcação de plural; e os contextos mais favoráveis para a variante explícita foram: 'nível superior' (dentre os níveis fundamental e médio), com PR. de .82; mulheres fizeram mais concordância que homens, com PR. de .64, contra .40 dos homens; marcas de plural no SN-sujeito levaram a marcas de plural no sintagma verbal (paralelismo formal), com PR. de .53; e sujeito antes do verbo condicionou a variante padrão, com PR. de .54.

Baxter & Lopes (2011), em seu trabalho sobre a CV no português dos Tongas, de São Tomé (África), verificaram que falantes mais jovens (de 20 a 40 anos), entre falantes mais velhos de 41 a 60 anos e de 61 anos em diante, fizeram mais concordância, com PR. de .84; altos níveis de saliência fônica e sujeito anteposto e adjacente ao verbo também favoreceram o aparecimento da variante explícita.

Figueiredo (2009), em seu estudo sobre o SN plural do português de São Tomé, no qual compara a comunidade de Almojarife em São Tomé com a comunidade de helvécia na Bahia, mostrou que a primeira tem um percentual de uso maior de CV, com PR. de .54 contra .45.

Conforme observado, a variação entre variante explícita e variante zero na CV estende-se ao português falado em território africano, com fatores condicionantes linguísticos e sociais condicionantes da variante padrão, semelhantes aos que ocorrem na sintaxe do PB, como: altos níveis de saliência fônica, sujeito antes do verbo, sujeitos preenchidos por pronomes, idade jovial e altos níveis de escolaridade. Porém, ao pesquisar sobre análises sociolinguísticas de CV no português falado por africanos sentimos a necessidade de mais fontes de referências para a realização de estudos comparativos mais detalhados¹⁵.

¹⁴ Uma questão que nos deixou curiosos foi a de como saber se há ou não concordância quando o sujeito é nulo?

¹⁵ Os poucos trabalhos sobre CV nos países africanos de língua portuguesa que mencionamos, mostram que o apagamento da marca de plural parece ser mais frequente no PB. Isto traz uma questão relevante para a discussão que deixaremos para um trabalho posterior.

2.3 O que mostram trabalhos sociolinguísticos sobre o PB falado em Alagoas em relação à CV?

Feitosa & Vitória (2018), em seu trabalho sobre 'nós' e 'a gente' na fala do sertão alagoano apontam que "o morfema -mos favorece a realização de nós (80%) com PR. de .98, esse fator tende a inibir a realização de 'a gente' – que é mais frequente com o verbo na 3PS, apresentando um percentual de 93% e um PR. de .76". Verificaram, ainda, que a variante conservadora 'nós' é avaliada positivamente pelos falantes como sendo mais formal e prestigiada.

De forma resumida, o estudo mostrou que apesar de 'a gente' ser mais frequente na posição de sujeito, foi 'nós' que disparadamente recebeu uma avaliação positiva por parte dos falantes.

Vieira (2019), em seu estudo sobre a CV na fala de Coruripe, município alagoano, após controlar as variáveis escolaridade, saliência fônica, posição do sujeito, faixa etária, sexo e distância entre sujeito e verbo; verificou que a variante explícita lidera a briga na concorrência com a variante zero, 69% contra 31%, respectivamente; e os contextos mais significativos para o condicionamento da variante padrão foram:

- Escolaridade, em primeiro lugar, com o fator 'falantes de nível superior' (dentre falantes com Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio) fazendo mais concordância, com PR. de .72; já o fator que menos favoreceu a CV na amostra analisada foi 'falantes de nível fundamental 2', com PR. de .28 – mostrando a relevância da escolarização formal para o domínio de variantes de prestígio;
- Saliência fônica, segunda selecionada como relevante do ponto de vista estatístico, contextos mais salientes se demonstraram estatisticamente mais significativos para o condicionamento da variante explícita, com PR. de .61 do que contextos menos salientes, com PR. de .41;
- Posição do sujeito, em terceiro lugar, selecionou o contexto 'sujeito anteposto' como mais significativo, com PR. de .52, em oposição ao contexto 'sujeito posposto' com PR. de .25;
- Faixa etária, na sequência, selecionou o fator 'jovens' (PR. de .65) como sendo o mais condicionante da variante explícita.

No trabalho de Santos (2013), que estudou a concordância verbal na fala da comunidade quilombola Muquém, em União dos Palmares - AL, foi observado que não houve muita diferença percentual entre variante explícita (54%) e variante zero (46%), apresentando-se um quadro de variação estável na comunidade; no qual, dentre os grupos de fatores estudados, aqueles que demonstraram significância estatística foram:

- Relação número-pessoa com o fator 'a gente' na posição de sujeito dominando o condicionamento da variante padrão (PR. de .92), entre contextos com primeira pessoa do plural e terceira pessoa do plural;
- Elementos intervenientes apontou o fator 'ausência de elementos' entre sujeito e verbo como condicionante da variante padrão (PR. de .56);
- Idade, com três faixas etárias referentes as fases jovem, adulta e idosa, selecionou os fatores 'jovens' e 'adultos' como condicionantes da variante padrão, com PR. de .59 e .46, respectivamente;
- Escolaridade, analisada qualitativamente, mostrou que níveis mais altos de escolaridade tendem a favorecer a aplicação da variante explícita, como nível médio, seguido de nível fundamental completo ou em curso.

Santos (2010), em sua análise sociolinguística sobre a concordância do verbo com o sujeito na fala de menores carentes de entidades filantrópicas de Maceió, mostrou que os fatores 'primeira pessoa do singular' na posição de sujeito (PR. de .97), 'ausência de elementos' entre sujeito e verbo (PR. de .60), 'mais de cinco anos de permanência' na entidade filantrópica (PR. de .65), 'sujeito antes do verbo' (PR. de .52) e 'final do ciclo fundamental' em oposição aos falantes que estão iniciando o processo de escolarização (PR. de .56); foram os contextos mais favoráveis para a variante explícita.

Vitório (2017, p. 87-88) em seu estudo sobre "Crenças e atitudes linguísticas quanto ao uso dos pronomes 'nós' e 'a gente' na cidade de Maceió/ AL" afirma que:

os falantes não só acreditam usar o pronome *nós*, como também julgam melhor o seu uso, restringindo o uso de *a gente* a situações menos formais, o que sugere que, do ponto de vista da avaliação social, tal variação é um fenômeno linguístico do tipo marcador, razoavelmente sensível a avaliação social e que tal avaliação é fortemente dependente da concordância estabelecida com esses pronomes.

No que diz respeito à concordância verbal estabelecida com essas formas pronominais, verificamos que as crenças e atitudes linguísticas dos maceioenses coadunam com o comportamento linguístico da comunidade de fala, tendo em vista que *nós + 1PP* e *a gente + 3PS* são as variantes preferidas pelos falantes. Os dados também mostram que tanto a variação na concordância com o pronome *nós* quanto a variação na concordância com o pronome *a gente* constituem fenômenos linguísticos do tipo estereótipo, fortemente sensíveis à avaliação social, com as variantes *nós + 3PS* e *a gente + 1PP* sendo as formas que os falantes não usariam e acham ruins. No entanto, os dados também sugerem que o uso de *nós + 3PS* é mais aceitável que o uso de *a gente + 1PP*.

De modo geral, nesses trabalhos, a relação do verbo com o sujeito se configurou como contexto favorável para a aplicação da regra variável de CV quando ambos estão próximos na sentença e o sujeito vem foneticamente realizado antes do verbo, em conformidade com a ordem canônica da sentença em PB que é SVO – sujeito-verbo-objeto; a faixa-etária mais jovem que cruza com o pleno exercício da escolaridade e da vida profissional do falante também se apresentou como condicionante da variante-padrão, além de altos níveis de saliência fônica, e sujeitos preenchidos pronominalmente.

2.4 O que mostram trabalhos sociolinguísticos sobre a CV na fala de comunidades quilombolas brasileiras?

Baxter, Lucchesi & Silva (2009) em seu clássico estudo sobre a concordância verbal em comunidades quilombolas da Bahia, em relação à 3PP, verificaram que “nas comunidades rurais afro-brasileiras do interior do Estado da Bahia, o nível de aplicação da regra de concordância é da ordem de 16%”; com níveis altos (PR. de .78) e intermediários (PR. de 69) de saliência fônica condicionando a variante padrão, bem como, marcas explícitas de concordância nominal no sujeito (PR. de .74) favorecendo a aplicação da CV; sujeito nulo (PR. de .61) e sujeito posposto (PR. de .51) selecionando a variante explícita.

Além de verificarem, por meio da variável idade, que o fenômeno variável de CV nas comunidades estudadas “apontam para um processo de mudança em curso, com o incremento da aplicação da regra de concordância na fala dos mais novos, numa proporção significativa”, com PR. de .62 na primeira faixa etária – de 20 a 40 anos de idade.

Já ao compararem o uso percentual de CV nas três comunidades estudadas, Rio de Contas, Helvécia e Cinzento, a primeira demonstrou um PR. de .67 liderando o ranking de comunidade que mais aplica a regra variável de CV – isto porque, segundo os autores, Rio de Contas teria um grande fluxo turístico; enquanto Helvécia e Cinzento, além de sua condição de precariedade, maior isolamento, pouca atratividade turística e êxodo rural podem estar influenciando nos baixos índices de CV dessas comunidades, PR. de .47 e .43, respectivamente.

Outro fator importante do referido trabalho, é o fato de os homens liderarem a mudança em curso (PR. de .56) e não as mulheres (PR. de .45) como ocorre nos grandes centros urbanos.

Carmo (2015), em seu estudo sobre comunidades rurais baianas, verificou que nas comunidades Barra (Bananal) e Mato Grosso, do Rio de Contas; Tapera, Lagoa do Inácio e Casinhas, em Jeremoabo; o percentual do uso de CV é de 41,6% contra 58,4% de uso de variante zero; nos contextos:

- A presença da desinência verbal -mos condicionou o uso da variante padrão na comunidade de Lagoa do Inácio, com PR. de .65 e na comunidade de Tapera, com PR. de .62;
- E sujeito imediatamente antes do verbo condicionou a variante padrão em todas as comunidades investigadas.

Silva (2017), em seu trabalho sobre a CV em comunidades quilombolas de Alcântara (MA), verificou que, na comunidade de Itamatatiua, a concordância intermediária (Elas andavo, Elas comio, Elas falo, exemplos da autora) liderou a aplicação de CV, com percentual de 80%, enquanto que a aplicação padrão de CV ficou em último lugar no ranking com apenas 3,5% de uso; na comunidade de Mamuna a concordância intermediária também liderou o percentual de uso da CV, com 60%, contra 28% da aplicação da CV padrão. Juntando a concordância intermediária com a concordância padrão os números percentuais sobem em Itamatatiua para 83,5%; e para 88% em Mamuna.

Silva (2003), em seu trabalho sobre a CV em Cinzento, comunidade quilombola de Salvador – Bahia, verificou que os contextos linguísticos e extralinguísticos mais favoráveis para o condicionamento da variante explícita foram:

- Com concordância nominal no SN-sujeito, com PR. de .84;
- Nível de escolaridade ‘alfabetizados’, com PR. de .58, contra .31 de ‘não-alfabetizados’;
- Níveis mais altos de saliência fônica, com PR. de .81 (é/ são), .78 (foi/ foram) e .61 (vai/ vão);
- E jovens a frente do processo, com PR. de .60 contra PR. de .43 de idosos.

Petter & Zanoni (2005), em seu trabalho sobre variação e mudança na concordância de gênero e de número nos quilombos do Vale da Ribeira, verificaram que em relação à CV de número, o valor percentual de aplicação da variante padrão foi de 90% em oposição ao valor percentual de não aplicação de CV, com 10% de ocorrência.

Cangirana e Gonçalves (2017), em seu estudo sobre a CV na 3PP no português popular da comunidade rural de Rio das Rãs, na Bahia, observaram que em 85,9% dos casos ocorreu a variante zero, enquanto que em apenas 14,1% deles ocorreu a variante explícita, com os mais jovens (25 a 30 anos) fazendo mais concordância que adultos e idosos, com valor percentual de 18,7% contra 7,4% dos idosos.

Cangirana e Gonçalves (2020), mostraram que as variáveis consideradas estatisticamente relevantes para a CV na mesma comunidade, foram: ‘realização e posição do sujeito’, com os contextos ‘sujeito não realizado’ (PR. de .90) e ‘sujeito anteposto’ (PR. de .68) sendo condicionantes da variante padrão; ‘concordância nominal no sujeito’, com o contexto ‘com concordância no SN’ (PR. de .57) favorecendo a aplicação da variante padrão; ‘idade’, com primeira faixa etária, de 25 a 35 anos, (PR. de .57) sendo o contexto mais favorável para a aplicação da CV, seguido da segunda faixa etária, de 45 a 55 anos (PR. de .53); e ‘sexo’, com as mulheres fazendo mais concordância (PR. de .61) em relação aos homens.

Almeida (2006), em seu trabalho sobre a CV na comunidade de São Miguel dos Pretos, em Restinga Seca – RS, verificou a ocorrência de 61% da variante não-padrão

e 39% da variante padrão; jovens fizeram mais concordância (40% com PR. de .67) em contraposição aos velhos (16% com PR. de .37); altos níveis de saliência fônica favoreceram a variante explícita (93% com PR. de .79); sujeito antes do verbo selecionou a variante explícita (84% com PR. de .56); e sujeito expresso por pronome pessoal do caso reto condicionou o aparecimento da variante padrão (88% com PR. de .59).

Silva (2005), em seu estudo sobre a CV de 3PP no português popular do Brasil nas comunidades de Cinzento, Poções e Morrinhos, analisou que “realização e posição do sujeito (fator ‘sujeito anteposto ao verbo’ com PR. de .54 foi o mais significativo), ‘concordância nominal no sujeito’ (fator ‘com concordância nominal’ com PR. de .89 foi o mais significativo), saliência fônica (fatores com nível acentuado de saliência foram os mais significativos, (é/ são) com PR. de .87, (bateu/ bateram) com PR. de .80 e (vai/ vão) com PR. de .72); ‘sexo’ (homens fizeram mais concordância, com PR. de .57); ‘idade’ (faixa etária 1 (20 a 40 anos) e 2 (41 a 60 anos) fizeram mais concordância, ambas com PR. de .54), ‘escolaridade’ (fator ‘escolarização precária’ em oposição à ‘nenhuma escolarização’ foi mais significativo, com PR. de .58) e ‘comunidade’ (‘Urbana’ (Poções - Sede), com PR. de .66 seguida de ‘Rural’ (Morrinhos), com PR. de .52), dentre outros contextos que não nos interessa nesta análise.

3 SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Neste capítulo, abordamos alguns dos principais conceitos da teoria Sociolinguística Variacionista, de William Labov (2008 [1972] e Weinreich, Labov e Herzog, 2006), que se referem basicamente à abordagem da diversidade linguística como característica essencial e comum a todas as línguas; à postulação do caráter eminentemente heterogêneo do sistema linguístico como algo natural e sistematizável; e, por fim, à concepção de variação e de mudança linguísticas como representação de estágios da língua que são coexistentes (sincronia e diacronia).

3.1 Linguística do mundo real

A Sociolinguística Variacionista surgiu na década de 60 nos Estados Unidos e sua maior contribuição para a Linguística Moderna é o postulado do caráter heterogêneo das línguas e a abordagem do sistema linguístico entrelaçado ao contexto social. Seu principal mentor é o linguista americano William Labov, atualmente com pouco mais de 90 anos de idade, cuja tese de doutorado sobre um fenômeno de mudança fonética na fala de moradores da ilha de Martha's Vineyard foi responsável pelo desenho desse novo ramo da Linguística.

Além de desenvolver o escopo teórico-metodológico da Sociolinguística e popularizá-la entre linguistas de todo o mundo, o trabalho de Labov tem dado importantes contribuições desde então para os estudos nessa área, além de servir como argumento teórico para a quebra do preconceito linguístico – uma vez que trata a variação e a mudança linguísticas como algo sistemático e passível de ser estudado nos moldes da pesquisa empírica, e não como algo caótico e assistemático.

Sendo o caráter social dos fatos linguísticos e sua variabilidade o foco da Sociolinguística, o seu objeto de estudo não poderia deixar de ser a fala (parole) entendida como 'vernáculo', ou seja, a língua despreocupada do cotidiano, com que conversamos com os amigos e familiares em contextos de descontração, quando prestamos o mínimo de atenção possível ao como estamos falando, esse é o material básico para a análise sociolinguística.

Nesse quadro, tanto os fenômenos de mudança quanto os fenômenos de variação linguística costumam ser condicionados também por fatores externos ao sistema linguístico, isto é, por fatores de ordem social. Dessa forma, como a língua é um sistema de possibilidades, a variação linguística se configura como duas ou mais formas de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade, e cada uma dessas formas é chamada de ‘variante’, conferir Tarallo (1986).

A concordância verbal em português brasileiro, em que o falante diz: a) “Os menino vão para a escola” [GUFJ2015A] (variante explícita) ou b) “Os menino vai para a escola”¹⁶ (variante zero) qualquer falante nativo do PB compreende que se trata de mais de um menino que vai para a escola, independentemente de o verbo estar no plural (vÃO) para concordar com o sintagma nominal sujeito (oS menino) ou no singular (vAI) não concordando com o seu sujeito – é um exemplo de variação linguística em PB. Porém, nem todos os fatos da língua estão sujeitos à variação, sendo o próprio sistema linguístico o responsável por determinar o que pode e o que não pode variar.

Para Walker (2013), aqui cabe uma questão: “onde é que o falante tem uma escolha entre as formas concorrentes?” A reflexão sobre uma resposta satisfatória a esta pergunta irá delimitar o chamado ‘envelope de variação’, ou seja, a circunscrição do contexto variável que determina onde a variação pode acontecer e onde a variação não pode acontecer no sistema linguístico observado.

De acordo com o autor, a formulação de regras variáveis depende de raciocínio linguístico e estatístico. Assim, na análise de variação, as hipóteses são formuladas a partir de dois pilares: a) fatores internos ao sistema linguístico – linguagem-interna; e b) fatores externos ao sistema linguístico – linguagem-externa. O que nos referimos na nomenclatura utilizada pela sociolinguística como ‘variável linguística’ na análise de variação refere-se normalmente à ‘variável dependente’ nas estatísticas. Já as ‘variáveis independentes’ são os elementos contextuais, linguísticos e sociais, cujo efeito sobre a variável dependente estamos testando.

Para Walker (2013),

¹⁶ Exemplo nosso, criado para ilustração.

tipicamente, esses grupos de fatores são decididos no início do projeto de investigação e influenciam diretamente o recrutamento de falantes. Fatores sociais são delimitados antes da coleta de dados. Já os fatores linguísticos, são geralmente delimitados depois da coleta. Porém, ambos podem sofrer alterações durante o decorrer da pesquisa.

Assim, os fatores internos devem estar supostamente relacionados ao fenômeno linguístico em estudo e isso pode ser determinado – com base na premissa de que “a análise de variação é um método e não uma teoria da linguagem”; por meio da análise de estudos anteriores sobre o assunto, da experiência de campo, do raciocínio linguístico e matemático, da intuição de falante e das previsões feitas por teorias linguísticas, de preferência, teorias voltadas para a variação e para a mudança linguísticas.

Uma vez que, segundo ele, em análise de variação desejamos medir em dados numéricos, matematicamente testados, a influência e a relevância de cada variável independente (social e linguística) sobre a variável dependente (no caso aqui, a concordância verbal no PB falado em comunidades quilombolas alagoanas) através de sua frequência, porcentagem, peso relativo, variância, significância, dentre outros; na tentativa de descrever e analisar os padrões comportamentais da variável em questão.

É importante salientar que todo processo de mudança se origina de uma variação, mas nem toda variação ocasiona uma mudança efetiva na língua. Assim, a análise sociolinguística deve apontar se o fenômeno em estudo se trata da relação de contemporaneidade entre variantes concorrentes, ‘variante padrão’ VS. ‘variante não-padrão’, ou se trata de uma ‘mudança em progresso’, ou seja, a vitória concreta de uma variante sobre a outra.

Nesse contexto, as variantes linguísticas podem tomar proporções de ‘variantes de prestígio’ – geralmente as variantes mais conservadoras e também consideradas padrão; ou de ‘variantes estigmatizadas’ – geralmente as variantes mais inovadoras e também consideradas não-padrão. É comum que as variantes de prestígio sejam associadas às classes dominantes da sociedade enquanto as variantes estigmatizadas sejam associadas às camadas populares, cujo estigma, na verdade, representa os preconceitos sociais atribuídos aos grupos marginalizados que aí se encontram.

Segundo o próprio Labov (2008 [1972]), uma variante adquire prestígio se for associada a um falante ou grupo social de *status* considerado superior, dessa forma, ela pode passar a ser imitada por outras pessoas de classe inferior, pois a variante linguística da classe dominante tende a se impor como marca de prestígio, determinando a atitude dos falantes dos grupos dominados, no sentido de levá-los a supervalorizar a variedade da classe dominante e estigmatizar a sua própria variedade linguística. Nesse sentido, o preconceito linguístico se configura como o julgamento depreciativo da variedade linguística do outro ou da sua própria.

A variável dependente que estamos analisando neste trabalho é a concordância verbal na fala de comunidades quilombolas alagoanas e o nosso envelope de variação leva em consideração fatores internos ao sistema linguístico (também chamados de ‘variáveis independentes linguísticas’ ou ‘grupos de fatores linguísticos’) e fatores externos ao sistema linguístico (também chamados de ‘variáveis independentes sociais’ ou ‘grupos de fatores sociais’) – como não poderia ser diferente em se tratando de um estudo sociolinguístico.

Os grupos de fatores linguísticos selecionados para esta análise são: posição do sujeito em relação ao verbo (antes e depois); elementos intervenientes entre sujeito e verbo na sentença (com ou sem); pessoa (1ª pessoa do plural, 2ª pessoa do plural, 3ª pessoa do plural); natureza do sujeito (sujeito simples e sujeito composto); concordância nominal no sujeito (com, sem e não se aplica); e saliência fônica do verbo (mais saliente e menos saliente).

Já os grupos de fatores sociais são: sexo (feminino e masculino); idade (primeira faixa etária -de 15 a 30 anos; segunda faixa etária -de 31 a 50 anos e terceira faixa etária -de 51 anos em diante), escolaridade (de 0 a 5 anos de escolarização, de 6 a 10 anos e de 11 anos em diante) e comunidade (Filús; Gurgumba; Jussara; Mariana; Muquém e Sabalangá). Todos esses grupos de fatores, linguísticos e sociais, selecionados a partir de revisão da literatura sobre a CV no PB servirão para medir em dados quantitativos a relevância de cada variável independente sobre a variável dependente, na tentativa de elucidar o caso de variação em questão.

O maior objetivo de estudos dessa natureza é o de verificar se o fenômeno analisado é um caso de ‘variação estável’ ou de ‘mudança em curso’, conforme dito

anteriormente. Assim, deve-se analisar se o quadro de variação tende a durar por um longo tempo – uma vez que não se verifica a tendência de supremacia de uma variante sobre a outra; ou se implica um processo de mudança em favor de uma das variantes identificadas, contexto no qual a variante vencedora tende a tornar seu uso categórico na comunidade de fala observada enquanto a variante derrotada tende a entrar em desuso.

A Sociolinguística chegou ao Brasil na década de 70 e tem servido como mola propulsora para a construção sócio-histórica do português brasileiro, bem como para a descrição e análise de fenômenos sociolinguísticos em praticamente todas as suas variedades através de trabalhos relevantes, dentre os quais o fenômeno da concordância verbal se destaca por ser um dos processos mais utilizados para se propor teses sobre o processo de formação dessa língua.

Para Baxter, Lucchesi & Silva (2009, p.331),

A concordância verbal de número e pessoa ao lado da concordância nominal de número são os aspectos da gramática da língua portuguesa no Brasil que exibem os mais amplos processos de variação, distinguindo qualitativamente a variante brasileira do português da variante europeia, onde tal variação é, na melhor das hipóteses, residual e periférica. Para além de ser um dos pontos mais focalizados pelas análises sociolinguísticas, a concordância verbal está no centro dos debates acerca da relevância do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira.

Como dito, a relevância de trabalhos sobre a concordância verbal do português brasileiro reside na possibilidade de se trazer maiores esclarecimentos sobre o processo de formação dessa língua – o que tem levado linguistas do país a se debruçarem sobre a questão no sentido de apontar alguns caminhos teóricos, que, de acordo com Naro & Scherre (2007, p.13) se concentram em três hipóteses básicas:

- (i) “hipótese da ancianidade da língua, na qual o PB seria uma continuação do português arcaico, com poucas alterações”;
- (ii) hipótese da emergência de uma nova gramática do português, na qual o PB teria passado a construir uma nova gramática a partir do século XIX;
- (iii) “hipótese crioulística, na qual algumas características do PB teriam decorrido de um período de falares crioulos e semicrioulos de base africana” – em virtude do contato entre línguas.

3.1 O processo de Transmissão linguística irregular e a polarização sociolinguística do PB

Como visto na seção anterior, há alguns caminhos teóricos que tentam explicar o processo de formação do português do Brasil levando-se em consideração as suas particularidades históricas e sociais. O objetivo aqui não é o de detalhar essas perspectivas teóricas uma a uma, já que existe vasta literatura sobre o assunto e linguistas como Naro e Scherre (2007) e Baxter, Lucchesi & Ribeiro (2009) trazendo seus pontos de vistas de forma pormenorizada sobre cada uma delas, ‘deriva secular’ ou ‘transmissão linguística irregular’, respectivamente.

Porém, consideramos relevante apresentar alguns dos aspectos da corrente teórica que procura explicar o processo de formação do PB, levando em consideração o contato com línguas ameríndias e africanas – perspectiva com a qual nos identificamos neste trabalho.

Lucchesi (2009), afirma que o português do Brasil apresenta diferenças estruturais significativas em relação ao português de Portugal (PE) que levaram gerativistas a compreenderem que se tratam de gramáticas distintas; considerando-se aspectos morfossintáticos, o paradigma da flexão verbal, a cliticização, o parâmetro do sujeito nulo e o movimento na formação das orações interrogativas – “casos em que o PE conserva as características assentes entre as línguas românicas, enquanto o PB exhibe mudanças que afetam esses parâmetros em função de valores não marcados, típicas dos processos de crioulização”.

Para o autor, o contato dos colonizadores europeus com mais de mil línguas indígenas autóctones no Brasil e cerca de duzentas línguas africanas transplantadas para o território brasileiro através da chegada dos negros africanos em condições de escravidão foi o principal parâmetro histórico para a contextualização das mudanças linguísticas que afetaram o PB.

Somado a isto, Lucchesi (2009) pensa na realidade linguística brasileira como um sistema polarizado entre uma ‘norma culta’ e uma ‘norma popular’; em vista das condições de exploração às quais esteve exposto o povo brasileiro desde o processo de colonização e que criaram desigualdades sociais impensáveis levando uma minoria a ser detentora do poder, das riquezas e da produção dos bens de consumo; e relegando à maioria o pouco ou nenhum acesso aos bens de consumo, aos serviços e aos direitos sociais básicos.

Assim, conforme o linguista, a tal norma dita culta estaria relacionada à elite brasileira, ao privilégio da formação escolar e ao pleno acesso aos bens de consumo, aos serviços e aos direitos sociais. Já a norma dita popular, se definiria pelos padrões de comportamento linguístico das camadas populares, lesadas em seus direitos, excluídas e marginalizadas.

Para Lucchesi (2009) a chamada ‘polarização sociolinguística brasileira’, entre uma minoria (elite) e uma maioria (camadas populares), separadas pelos “círculos restritos dos pequenos centros urbanos, que cultivavam a língua e as boas maneiras d’além mar; e pelas vastas regiões do interior do país, onde o português passava por grandes alterações” – o linguista irá chamar de processo de ‘transmissão linguística irregular’.

Segundo o autor, tal processo seria decorrente de:

situações de contato entre línguas abrupto, massivo e radical, compreendendo a aquisição precária do português por parte dos índios e dos africanos, sua socialização entre esses segmentos e sua nativização, a partir dos modelos defectivos, entre os descendentes endógamos e mestiços desses índios aculturados e africanos escravizados.

Baxter & Lucchesi (2009), acrescentam à discussão:

o processo de nativização da língua dominante ocorre de maneira irregular no sentido de que os dados linguísticos primários de que as crianças que nascem nessas situações dispõem para desenvolver a sua língua materna provem praticamente de versões de segunda língua desenvolvidas entre falantes adultos das outras línguas, que apresentam lacunas e reanálises em relação aos seus mecanismos gramaticais.

Por essa razão o processo de transmissão linguística nesse contexto é chamado de ‘irregular’ e no cerne dessa questão encontra-se a variação na concordância de número (nominal e verbal), “que teria se originado no processo de transmissão linguística irregular ocorrido na base da pirâmide das sociedades colonial e do Império, e daí teria se difundido tornando-se um fenômeno verificável em todos os extratos da sociedade brasileira”, conferir Lucchesi (2009).

De modo geral, em vista do processo histórico e social de formação da sociedade brasileira, teria sido o negro africano e não o índio – em grande parte dizimado pelos europeus, recluso a regiões interioranas de mata fechada e litorânea; o responsável pela difusão do português por todo o território brasileiro, levando-a inicialmente a um processo de pidginização ou crioulização ao tomar como superstrato o PE somado ao substrato das línguas africanas; e, posteriormente a um processo de

descrioulização pelos nativos afrodescendentes obrigados pelas pressões sociais massificantes da sociedade brasileira do século XIX a abandonar suas línguas nativas para adotar o português como língua oficial.

Nesse sentido, os impactos da transmissão linguística irregular para o processo de formação do PB, segundo Lucchesi (2009), seriam caracterizados fundamentalmente pela simplificação e/ ou eliminação de certas estruturas gramaticais, isto é, pelo aumento na frequência de uso das formas não marcadas (vestígio da contribuição da sintaxe de línguas africanas para o processo de formação do PB), e sua generalização paradigmática (em todas as variedades do PB, sobretudo nas variedades populares atuais) com ênfase na variação massiva no emprego das regras de concordância nominal e verbal.

3.2A importância de estudos sociolinguísticos

Scherre (2012) fala sobre a importância de pesquisas sociolinguísticas para a compreensão de processos do português brasileiro e aponta algumas tendências gerais dessa língua, tanto na modalidade falada quanto na modalidade escrita, dentre as quais: “uso variável de CV com variante zero generalizada na fala com sujeito depois do verbo”.

Lucchesi (2016) enfatiza a importância de se estudar a fala de comunidades quilombolas do Brasil para a compreensão da formação histórica da realidade linguística brasileira. Para o autor, o contato entre o português europeu, as línguas dos nativos indígenas e as línguas dos africanos já no processo de colonização do Brasil deve ser levado em consideração ao se estudar as nuances dessa língua: pesquisando-se a documentação histórica disponível e investigando possíveis resquícios da contribuição de línguas africanas (LAs) para o PB.

Nesse sentido, a análise linguística da fala de comunidades quilombolas assume vital importância para a garimpagem de vestígios de LAs para o processo de formação do PB que o levaram a se distinguir em muitos aspectos do português de Portugal, adquirindo características e traços linguísticos próprios. Assim, como a população negra em condições de escravidão foi distribuída por todo o território

nacional de forma irregular, essas condições podem ter favorecido a difusão do PB pelos afrodescendentes.

Nesse contexto, comunidades quilombolas são decorrentes da tentativa de fuga ao regime escravocrata brasileiro, assim, no início de sua formação, elas eram grupos isolados e atualmente elas podem conter ainda elementos que apontem para a possível contribuição de LAs – é aí que reside a importância de se investigar a fala desse povo, enquanto não são absorvidos por fenômenos sociais de massificação¹⁷.

Para Lucchesi (2009), a teoria da ‘transmissão linguística irregular’ acompanhada de uma polarização sociolinguística do português brasileiro seria a perspectiva mais coerente para a explicação do processo de formação do português. Com base nisso, os africanos, trazidos para o Brasil em condições de escravidão, teriam adquirido o português europeu de forma deturpada, justamente por conta das relações de poder estabelecidas entre explorador VS. explorado; e o nativizado entre os seus descendentes, não mais africanos, mas agora afrodescendentes sendo levados para todas as regiões desse país a fim de gerar riquezas por meio do trabalho escravo.

Assim, conforme mesmo autor, a elite brasileira teria tido o privilégio de adquirir o português mais próximo daquele falado em Portugal e daí surgiu a norma culta brasileira; já a maior parte da população, que só teve acesso ao português defectivo falado pelos afrodescendentes originou a norma popular do PB.

Porém, por conta de um processo que Lucchesi vai chamar de ‘nivelamento linguístico’, nas últimas décadas da história desse país, as línguas africanas que adentraram no Brasil por meio do processo de escravidão ao qual os negros foram submetidos não tiveram outra alternativa que não se tornarem cada vez mais restritas a contextos (religiosos) e a populações muito específicas (comunidades quilombolas), isto por conta da influência de fatores externos, como a globalização, os meios de comunicação de massa, o deslocamento dessa população da zona rural para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, do impacto da

¹⁷ Nesse quesito, não podemos perder de vista que existem comunidades quilombolas mais próximas dos centros urbanos e outras mais afastadas.

escolarização formal, de um maior contato com falantes dos centros urbanos, para citar alguns.

Assim, possíveis marcas ou características linguísticas mais evidentes da contribuição de línguas africanas para a formação do PB – pensando num potencial processo de crioulização dessa língua; tendem a desaparecer. Apesar de esse ponto de vista levantar grande discussão, Lucchesi defende que um dos fenômenos que está no centro dessa questão é o da concordância verbal, tendo sido afetada pelo profundo processo de mestiçagem da população brasileira.

Nessa conjuntura, ainda carente de maiores esclarecimentos, o estudo da língua falada em comunidades de quilombo, sobretudo nas mais isoladas, ganha relevância no sentido de tentar trazer luz acerca do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira, conforme Lucchesi (2016).

Fato é que a crioulização do PB pelos afrodescendentes e a posterior descrioulização, nos termos de Lucchesi (2016), por conta das forças globalizantes decorrentes das políticas neoliberais da sociedade contemporânea, já desde o final do século XIX, forçaram essa população a eliminar possíveis evidências empíricas mais significativas para a verificação do nível de crioulização que o português sofreu no Brasil.

Contudo, estudar comunidades quilombolas pode trazer informações empíricas sobre o processo de formação dessa língua. Nesse caminho, esperamos contribuir com as pesquisas sociolinguísticas que vem sendo feitas até o momento.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos os princípios norteadores desta pesquisa, como: ambiente pesquisado; contextualização da pesquisa; definição e principais características de comunidades de quilombo; apresentação de cada uma das comunidades investigadas: localização, população, descrição do ambiente, origens e características socioculturais, *modus vivendi* e relações familiares; constituição do *corpus*; processo detalhado de armazenamento e tratamento dos dados e critérios de seleção da variante padrão

Procedimentos metodológicos adotados:

- Pesquisa sobre aspectos linguísticos, históricos e socioculturais dessas comunidades por meio do relato de seus próprios moradores;
- Elaboração de roteiro-guia para as entrevistas individuais programadas;
- Elaboração de ficha pessoal do colaborador;
- Seleção de colaboradores para a composição das células delimitadas para esta pesquisa de acordo com os fatores sexo (masculino e feminino), idade (de 15 a 30 anos, de 31 a 50 anos e de 51 anos em diante) e maior conhecimento da história da comunidade;
- Coleta de dados de fala espontânea a partir da realização de entrevistas individuais programadas;
- Coleta de material visual e audiovisual apenas como registro iconográfico das comunidades;
- Transcrição ortográfica dos dados;
- Armazenamento dos dados;
- Criação de banco de dados;
- Codificação dos dados;
- Quantificação dos dados;
- Análise dos dados e discussão dos resultados;
- Disponibilização do banco de dados na internet;
- Seleção e edição do material visual e audiovisual coletado para divulgação.

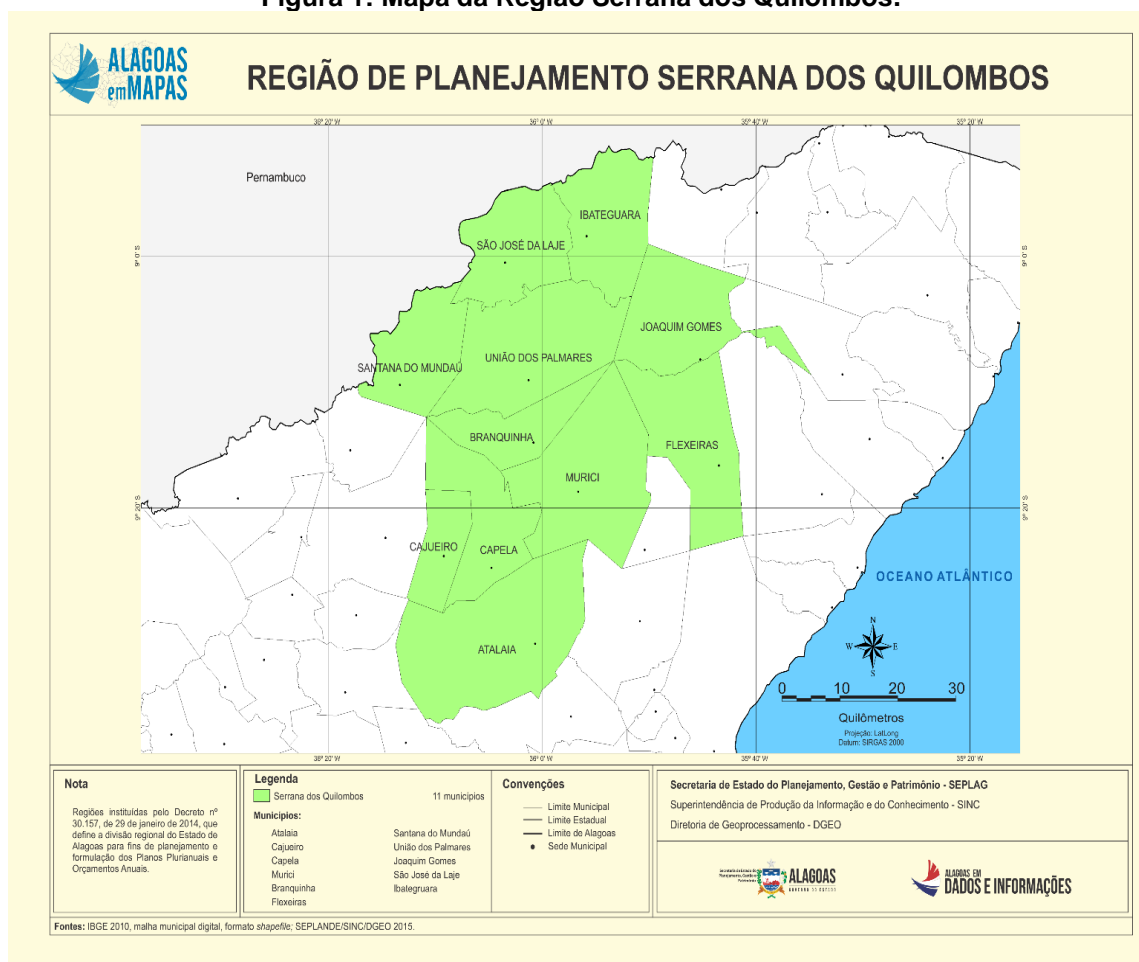
4.1 O ambiente de pesquisa

A chamada Região Serrana dos Quilombos se destaca no cenário internacional especialmente por abrigar o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, no município de União dos Palmares, Patrimônio Cultural do Mercosul – único parque temático voltado à cultura negra do Brasil. O local é conhecido historicamente por refugiar o Quilombo dos Palmares, principal e mais imponente reduto de resistência e luta contra a sociedade escravocrata de sua época incorporado na figura de seu representante mais influente: Zumbi dos Palmares. Sem contar suas belas paisagens e relevância que teve o cultivo da cana-de-açúcar para a economia do estado, que hoje vem perdendo expressividade e dando lugar a fruticultura, principalmente no município de Santana do Mundaú com o cultivo da laranja, dentre outros.

A região tem como polo as cidades de União dos Palmares, em primeiro lugar, e em segundo, Murici e Atalaia que, do ponto de vista econômico apresentam aspectos muito semelhantes – uma vez que as fontes de sobrevivência mais significativas são o contrato de trabalho temporário com as prefeituras municipais ou os comércios locais, que se encontram ainda cambaleantes por conta da crise econômica brasileira e mundial. Nesse contexto, não se enquadra o grupo de pessoas que sobrevive de concursos públicos, benefícios sociais, trabalhos ou serviços autônomos, dentre outros.

Atualmente a área como um todo reclama um baixo índice de crescimento demográfico, 4,20% segundo indicadores regionais dados pelo estado, e, nesse sentido, se torna vital a atenção dos governos para a construção de políticas de desenvolvimento regional que busquem soluções no sentido de contribuir com a diversificação da produtividade do lugar para o melhoramento de sua economia. Uma saída interessante seria o incentivo ao turismo em algumas de suas vertentes: cultural e ecológico, por exemplo, trabalho que vem sendo desenvolvido por algumas empresas privadas em parceria com o governo, mas ainda a passos lentos. Para ilustrar a localização geográfica da região, vejamos o mapa:

Figura 1: Mapa da Região Serrana dos Quilombos.

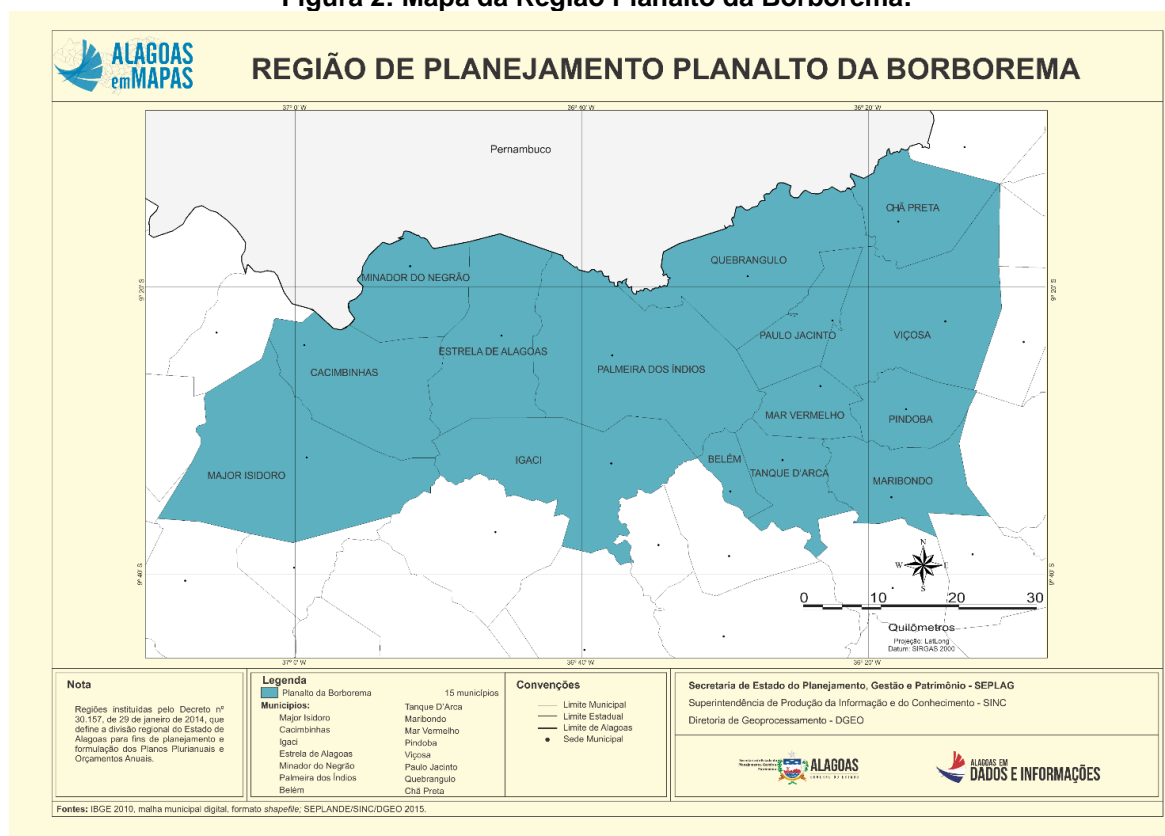


Fonte: Alagoas em dados e informações: Região de Planejamento Serrana dos Quilombos. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/no/dataset/d8f3ac16-6441-4f45-8c69-a2fc5a4ff8a6/resource/7b273617-d9fb-4a16-8d82-a02d7745ed04/download/regiaoplanejamentoagreste.png>. Acessado em julho de 2020.

Pela visualização da Figura 1, vemos que a chamada Região Serrana dos Quilombos compreende os municípios alagoanos de Atalaia, Branquinha, Cajueiro, Capela, Flexeiras, Iateguara, Joaquim Gomes, Murici, Santana do Mundaú, São José da Laje e União dos Palmares; dentre os quais, investigamos apenas dois, que são Santana do Mundaú e União dos Palmares.

O município de Viçosa se encontra na Região Planalto da Borborema também conhecida como Serra da Borborema que compreende os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em solo alagoano, a região abriga os municípios de Belém, Cacimbinhas, Chã Preta, Estrela de Alagoas, Igaci, Major Isidoro, Mar Vermelho, Marimbondo, Minador do Negrão, Palmeira dos índios, Paulo Jacinto, Pindoba, Quebrangulo, Tanque D'arca e Viçosa. Vejamos o mapa como forma de ilustração:

Figura 2: Mapa da Região Planalto da Borborema.



Fonte: Alagoas em dados e informações: Região de Planejamento Planalto da Borborema. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/fi/dataset/mapas-de-caracterizacao-territorial/resource/298454cd-0df6-424e-a5e1-04c7a1caa16a>. Acessado em julho de 2020.

Pela observação da Figura 2, vemos que a cidade de Palmeira dos Índios se localiza no centro da região, coincidência ou não, também é considerada como polo da localidade, cuja principal fonte econômica é a pecuária de leite – o que movimenta o PIB local.

Nesta seção, discutimos alguns aspectos que estiveram diante dos nossos olhos durante as visitas realizadas nas comunidades quilombolas das regiões citadas acima, no período de 2009 e 2015. Iniciamos uma discussão que vai desde alguns pressupostos teóricos e metodológicos básicos da Sociolinguística até questões relacionadas à descrição dessas comunidades.

Nessa direção, Oliveira (1996) diz que talvez a primeira experiência do pesquisador de campo esteja na domesticação teórica de seu olhar. Diante disso, nos deparamos com a proposta de Labov (2008 [1972]), descrita por Almeida e Campoy (2005), como sendo a de fazer uma “linguística do mundo real” ou “linguística de campo”, também qualificada pelos autores como “linguística materialista”, no sentido

de que o linguista deve sair para a 'rua' e fazer trabalhos empíricos sobre a língua tal como ela é usada por pessoas normais (reais) em contextos sociais autênticos e legítimos da vida cotidiana. Assim, para esses autores, a tarefa da Sociolinguística é a de buscar a heterogeneidade da fala e a atuação real do falante sobre o sistema linguístico.

Almeida e Campoy (2005) estabelecem as principais diferenças entre a linguística teórica, que eles chamam de "linguística de poltrona" ou "linguística de gabinete", por se prestar ao "estudo teórico e introspectivo da linguagem realizado sem sair do escritório", já que centra sua análise na "homogeneidade do sistema linguístico e na competência de um falante ideal pela natureza supostamente incontrolável do desempenho linguístico – a fala"; e a linguística do mundo real que, segundo eles, se preocupa com 'a gramaticalidade da fala cotidiana'; com 'a variação na fala e na comunidade'; com 'as dificuldades para captar e registrar o vernáculo, que nos termos de Labov (2008 [1972]), é a língua utilizada em situações sócio comunicativas reais; e com 'as especificidades das formas sintáticas'.

Os autores elegem a perspectiva de estudo da linguística de campo como sendo mais apropriada para os estudos linguísticos, porém, ressaltam que ambas, a linguística do mundo real e a linguística de gabinete, são relevantes e imprescindíveis para aqueles que esperam fazer análises linguísticas significativas, corroborando ao ponto de vista do próprio Labov (2008 [1972]). Dessa forma, essas duas abordagens passam a ser vistas como complementares e não necessariamente excludentes, devendo sempre se ressaltar a importância de cada uma delas para os estudos da linguagem e não a supremacia de uma sobre a outra.

Toda essa discussão sobre linguística do mundo real e linguística de gabinete, nos termos de Almeida e Campoy (2005), serve como embasamento para que nós discutamos um ponto que consideramos especialmente interessante: o fato de a Sociolinguística Variacionista ser considerada uma linguística do mundo real em contraposição à linguística teórica que é vista como sendo uma linguística de gabinete. Em nosso ponto de vista, ambas as linguísticas podem ser consideradas de gabinete, em determinado momento e em certa medida, uma vez que não se faz sociolinguística sem estudo e trabalho prévio, 'no gabinete', para que somente dessa

forma seja possível o “sair para a rua e fazer trabalho empírico”, tarefa que só pode ser feita depois do momento teórico vivido no ‘escritório’.

Geertz apud Oliveira (1996) separa a investigação empírica do trabalho do etnólogo em duas etapas: *being there* ‘estando lá’ e *being here* ‘estando aqui’. Semelhantemente, consideramos que o sociolinguista inicia seu estudo ‘no gabinete’, com a pesquisa e revisão bibliográfica sobre o fenômeno linguístico e a comunidade de fala a ser pesquisada e, em seguida, vem todas as etapas já conhecidas por qualquer pesquisador(a), fichamento, resenha, textualização do projeto de pesquisa, bem como a textualização do projeto a ser enviado ao comitê de ética em pesquisa, a decisão pelo tipo de questionário e a sua redação, por exemplo.

É no momento do ‘estando aqui’ que se toma decisões importantes em relação à pesquisa, como por exemplo: quantos colaboradores serão necessários para a análise pretendida; o perfil que eles devem ter (sexo, faixa etária, nível de escolaridade, origem e localização, nível socioeconômico, entre outros); a abordagem mais apropriada para a coleta de dados; os equipamentos a serem utilizados e o manuseio eficiente desse material para uma coleta de dados satisfatória; a passagem pelo comitê de ética em pesquisa, etc. tudo isto é feito no ‘escritório’ antes de pormos os pés fora dele para podermos realizar a chamada linguística do mundo real.

Desse modo, o ‘estando aqui’, fazendo a linguística de gabinete é imprescindível para a realização do ‘estando lá’, ou seja, da realização da linguística de campo. A linguística do mundo real deve ser entendida pela abordagem que faz dos fenômenos linguísticos emaranhados ao contexto social e não pelo trabalho que realiza ao estudar linguagem. Afinal de contas, começamos nosso exercício no gabinete e voltamos para ele com todo o material coletado na pesquisa de campo, ‘estando lá’, para a realização da análise dos dados, textualização do trabalho e finalização da pesquisa. É também no ambiente do escritório, ‘estando aqui’, que os trabalhos acadêmicos são apresentados, defendidos, discutidos e servem como ponte para teorizações que fazem avançar a ciência daquilo que é e só pode ser apreendido ‘estando lá’, na rua, no campo, em contato direto com os falantes da vida real.

O ‘estando aqui’ é o momento mais apropriado para o treinamento teórico do olhar, como diz Oliveira (1996). Afinal de contas, é preciso estar com o olhar muito

bem domesticado teoricamente para a realização de uma pesquisa empírica, pois é a partir daí que teremos condições de minimizar os impactos causados pela nossa presença e pelo olhar lançado ao objeto observado, que inevitavelmente sofrerá um processo de refração. A difícil apreensão do objeto de estudo é algo a ser enfrentado e vencido pelo pesquisador com a consciência de que o dado sempre resultará da interação entre pesquisador e pesquisado, de dois mundos, o mundo do pesquisador e o mundo do nativo, assim não podemos esperar um dado ‘puro’, mas sim um dado ‘real’, único resultado possível da interação entre observador e observado.

Em consonância com este pensamento, Labov (2008 [1972]), propõe o termo “paradoxo do observador” que consiste na expectativa do linguista de chegar ao vernáculo da comunidade de fala estudada e, ao mesmo tempo, na impossibilidade de atingi-lo pelo impacto de sua presença no ato da coleta de dados. Como forma de superação desta problemática, o autor sugere um trabalho sutil do pesquisador que leve o colaborador da pesquisa, durante a coleta de dados, a lugares mentais (memórias) que alcancem níveis emocionais tão altos que a pessoa se distancie do contexto de entrevista para reviver aquelas emoções passadas. Para isto, o teórico propõe o trabalho com narrativas pessoais, que, segundo ele, podem fazer com que o pesquisado deixe de se preocupar com o monitoramento de sua fala enquanto concede a entrevista gravada ao pesquisador para focar na história de vida que escolheu contar e nas emoções ligadas a esta narrativa.

Com isto, o trabalho do pesquisador, assim como o trabalho do etnógrafo, tem início com o que Oliveira (1996) chama de “observação participante”, uma vez que o observador interfere no mundo do observado(a) a tal ponto que o dado coletado na pesquisa de campo será sempre o resultado da interação entre os dois. Diante disso, Geertz apud Oliveira (1996) propõe o seguinte questionamento ao etnógrafo, e que faz todo o sentido para nós, linguistas, ‘o que acontece com a realidade observada no campo quando ela é embarcada para fora?’.

Ou seja, o que acontece com a realidade observada quando ela passa pelo filtro da observação participante do pesquisador e é descrita no “estando aqui”, no ‘escritório’, no ‘gabinete’ fora do ambiente de campo? Até que ponto a descrição dos fatos observados pode ser considerada confiável? Isto nos leva a uma outra problemática: o compromisso do pesquisador com uma descrição compatível dos

fatos apreendidos na realidade observada. Este deve ser um compromisso ético do pesquisador, pré-estabelecido desde a textualização do projeto e passando pela submissão ao comitê de ética em pesquisa, não só com a academia; mas, sobretudo, com o pesquisado, compromisso este firmado no campo, no “estando lá”, durante a coleta de dados.

Diante disso, um dos desafios que se apresenta à nossa frente é o de superarmos “o paradoxo do observador” compreendendo que o dado, objeto do comportamento linguístico observável dos falantes investigados, é o resultado da interação entre dois mundos e que retratar a ‘realidade observada no campo’ é sempre retratar a realidade de um encontro, nesse sentido estamos fazendo linguística do mundo real, da fala situada em um contexto sócio comunicativo específico e não dissociada dele.

Assim, um trabalho sociolinguístico não deixa de ser um trabalho sobre um encontro de dois mundos, o mundo do pesquisador e o mundo do pesquisado. De todo modo, isto não nos distancia de compreendermos o sistema linguístico em sua estrutura e características internas, pelo contrário, nos aproxima sobremaneira da língua tal como acreditamos que ela é: real, multifacetada, dinâmica, variável e social.

Nesse ínterim, difícil é para o pesquisador se distanciar do mundo do pesquisado – uma vez que vislumbra a sua realidade e escolhe a melhor forma de apreendê-la antes de adentrar ao campo, no “estando aqui”; mergulha em seu universo, que muitas vezes lhe é exterior, no “estando lá”; e, outra vez retorna a ele quando se encontra “no escritório” descrevendo a realidade observável do outro. Em certa medida, tal apreensão acaba fazendo do mundo do outro o seu próprio mundo, pois, muitas vezes, essa experiência de apropriação dura bem mais que o tempo de realização da pesquisa. Por outro lado, uma coisa também é certa: a realidade observável do pesquisado nunca mais será a mesma depois do olhar auspicioso (no sentido de promissor) do pesquisador.

O que veremos nas subseções a seguir é a realidade observada através de nossos olhos. A experiência do contato e da visita ao mundo do outro que, em nosso caso, é o mundo de quilombolas alagoanos. Para isto, procuramos pôr em xeque aquilo que julgamos trazer de novo para a discussão, no sentido de contribuir com os

trabalhos sociolinguísticos realizados no Brasil: (i) a observação feita durante a pesquisa de campo (na subseção posterior) e (ii) a descrição e análise dos dados (na última seção desse trabalho).

4.2 Contextualização da pesquisa

Em nossa dissertação de mestrado (2013) – que tratou da concordância verbal na fala da comunidade quilombola Muquém, utilizamos o *corpus* de Moura (2009) composto por 12 entrevistas gravadas e transcritas ortograficamente. Em 2014/ 2015, por ocasião do nosso doutorado, sentimos a necessidade de ampliação desse banco de dados com o objetivo de verificarmos o comportamento sintático de CV nessa e em outras comunidades quilombolas de Alagoas. Dessa maneira, expandimos o leque de investigação para 72 entrevistas ao todo; progredimos de uma para seis comunidades quilombolas; além de alargarmos os grupos de fatores estudados, de cinco para sete. Vejamos a seguir os detalhes dessa nova empreitada.

4.2.1 Desbravando os brasis – um olhar sobre comunidades de quilombo

Nesta subseção, tratamos um pouco de questões históricas, socioeconômicas e culturais ligadas a afrodescendentes alagoanos. Nos interessa mostrar um pouco do que foi capturado pelo nosso olhar, um Brasil frequentemente esquecido e colocado à margem, que dificilmente aparece nos noticiários e, muitas vezes, só é lembrado quando se aproxima o Dia da Consciência Negra, data comemorada nacionalmente como marco da luta e da resistência desse povo.

Começando com um pouco de história, nos reportamos à chegada dos africanos em situação de escravidão ao Brasil, suas origens e distribuição irregular por todo o território nacional, pois consideramos relevante para esta pesquisa conhecermos um pouco sobre a ancestralidade dos afrodescendentes pesquisados, na perspectiva de que somente lembrando o passado é que podemos compreender o presente. Para isto selecionamos alguns autores, diante da vasta literatura existente sobre o assunto, na tentativa de compreendermos melhor como se

deu esse processo. A começar pelo que mostra dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vulgo IBGE, na Tabela 1:

Tabela 1: Tabela do IBGE sobre desembarque de africanos no Brasil entre os séculos XVI e XVIII.

Desembarque estimado de africanos no Brasil - Séculos XVI-XVIII - Períodos 1531-1575 a 1771-1780

Períodos	No período
1531-1575	10000
1576-1600	40000
1601-1625	100000
1626-1650	100000
1651-1670	185000
1676-1700	175000
1701-1710	153700
1711-1720	139000
1721-1730	146300
1731-1740	166100
1741-1750	185100
1751-1760	169400
1761-1770	164600
1771-1780	161300
Total	1895500

[Voltar ao gráfico](#)

Fonte: Brasil 500 anos - Território brasileiro e povoamento: estatísticas do povoamento. Disponível em <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros.html>. Acessado em julho de 2020.

A partir da leitura da Tabela 1, podemos observar um pouco do que representou em termos numéricos a presença negra na história do nosso país. Somando todos esses números, desde 1500 a 1780, temos um quantitativo de 1895500 negros africanos que desembarcaram em território brasileiro. Ainda conforme dados do IBGE, em 1855 a população total do Brasil era estimada em 7.829.000, e o povo africano e afrodescendente representava uma fatia significativa da sociedade da época, em alguns momentos superior à população branca.

Nos últimos anos, há uma crescente explosão da população autodeclarada negra e parda no Brasil. De acordo com o citado instituto de pesquisa, a região nordeste foi uma das que mais teve uma crescente da população preta e parda em

todo o país, 11,9% e 62,5%, respectivamente. Vejamos a seguir um apanhado de dados históricos sobre a presença negra no Brasil e em Alagoas.

Segundo Melo de Araújo (1988, p.22-89),

Os primeiros escravos parecem ter sido introduzidos no Novo-Mundo, em 1502, em virtude de um Édito Real que permitiu transportar da Espanha à hispaniola (Haiti e São Domingos) negros escravos dos cristãos, para trabalhos de mineração.

Companhias portuguesas, espanholas, inglesas, holandesas, francesas... inundaram de escravos os vários portos dos tráficos-Ocidentais, da terra firme, das Guianas, do Brasil... de onde foram redistribuídos para os proprietários de açúcar, de café, de algodão, de fumo... para os trabalhos de mineração e demais tarefas. No Brasil, negros escravos foram introduzidos logo depois do descobrimento.

O tráfico foi intenso, do século XVI ao XIX. Os negros vieram da Guiné, de Cabo-Verde, de São Tomé, da Canga, da Costa da Mina e da Costa dos Escravos, de Moçambique... e abarrotaram os mercados de escravos do Rio, Bahia, Recife, São Luís do Maranhão, desses portos se distribuindo para os vários pontos do país.

Qual a procedência do negro africano? Esta é uma indagação de resposta talvez impossível. A Provisão de 18 de março de 1662 fala de negócios de Angola, certamente da área de cultura *banto*; já a Provisão de 1º de abril de 1680 fala de negros da Costa de *Guiné*, portanto, de provável origem *sudanesa*.

Para o sertão ficou o escravo-de-confiança, o negro fiel, companheiro de trabalho. Ficou também a mãe-negra, mãe-de-leite, contadeira de histórias de trancoso e responsável pelo "pavor cósmico" de que falava Graça Aranha.

Assim, compreendemos que, em conformidade com o que aponta o IBGE, o autor acima também mostra que a partir de 1500 os primeiros negros africanos escravizados começaram a ser transplantados para o chamado Novo Mundo com o objetivo de trabalhar nas atividades de mineração, na cana de açúcar, no cultivo do café, do algodão, do fumo e etc., com este intuito essa população foi distribuída por todo o país.

Conforme Ramos (1934-1940, p.19-22),

Quais as tribos africanas entradas no Brasil? Por muito tempo tem lavrado grande confusão a respeito, supondo alguns dos nossos mais autorizados historiadores, que foram negros "*bantus*" os que entraram no Brasil, exclusivamente para uns, em maior número, para outros. Assim, os negros escravos no Brasil teriam provindo dos "Congos", "Cabindas" e "Angolas" da África ocidental, e dos "Macaos" e "Angicos", da Costa oriental.

Na figura do mapa mostra que o grupo dos sudaneses foi introduzido inicialmente nos mercados de escravos da Bahia, de lá espalhando-se pelas

plantações do recôncavo e secundariamente por outros pontos do Brasil. Os *bantus* foram introduzidos em Pernambuco (estendendo-se a Alagoas), Rio de Janeiro (estendendo-se ao Estado do Rio, Minas e S. Paulo) e Maranhão (estendendo-se ao litoral paraense), de onde se irradiaram posteriormente para vários pontos do território brasileiro.

“*Sudaneses*” e “*bantus*” entrados no Brasil aqui se fundiram uns com os outros, constituindo uma população escrava que progressivamente se foi amalgamando aos demais contingentes da população brasileira --- em cruzamentos biológicos e interinfluências de ordem psico-socio-lógica.

Diante do dito, vemos que os negros trazidos para o Brasil em condições de escravidão têm, principalmente, origem banto e sudanesa – em conformidade com Melo de Araújo (1988: p. 93) que diz: “deve-se, porém, salientar que a colonização africana no Brasil se realizou principalmente com elementos *bântus* e *sudaneses*, gente de áreas agrícolas e pastorais. Bem alimentada a leite, carne e vegetais”.

De acordo com Rodrigues (1977, p.13-21),

(...) Na América Latina, em particular no Brasil, a raça negra, predominando muitas vezes pela superioridade numérica, incorporou-se à população local no mais amplo e franco mestiçamento.

É escusado discutir sobre a data precisa em que começou a introdução de escravos negros no Brasil. De quase meio século antes do seu descobrimento datava o comércio de escravos africanos na Europa, e Portugal era a sua sede. A escravidão negra no Brasil é, pois, contemporânea da sua colonização.

Localidades dos negros que foram trazidos para o Brasil: litoral da África (de Cabo Verde ao sul do Cabo da Boa Esperança); Moçambique; Guiné; Congo; Costa da Mina.

Aqui aponta-se a superioridade numérica da população negra já no processo de colonização do Brasil, em relação às populações branca e indígena.

Segundo Querino,

Os africanos, aqui introduzidos, pertenciam a diversas tribos, como fossem: Cambinda, Benin, Gêge, Savarú, Maquí, Mendobi, Cotopori, Daxá, Angola, Massambique, Tápa, Filanin, Egbá, Iorubá, Efon, ou cara queimada, Quêto, Ige-bú, Ótá, Oió, Iabaci, Congo, Galinha, Aussá, Ige-chá, Barbá, Mina, Oondô Nagô, Bona, Calabar, Bornô, Gimun, a gente predileta ou preferida dos olhadores etc., tribos de que temos aqui ainda alguns representantes, (...) (1955, p. 36-37).

Assim, podemos ter uma ideia da diversidade cultural que invadiu o Brasil desde a sua época de colônia – em virtude da convivência de diferentes etnias: as diversas tribos de nativos indígenas que aqui habitavam; a chegada do branco

européu e a transplantação de diversas tribos de negros africanos em situação de escravidão – fato que data do início da colonização portuguesa.

Continuando, como essas tribos compreendem muitos países e idiomas, Castro (2005) segue dizendo que as línguas dessas localidades de maior importância no Brasil foram *quicongo*, *quimbundo* e *umbundo*, de origem banto; *ioruba* e *ewe-fon*, de origem sudanesa. Segundo a autora, uma das principais características dessas línguas é “(...) o sistema de classes que funciona por meio de prefixos que se ordenam em pares (cl. 1/2, cl. 3/4, etc), para exprimir a oposição singular e plural dos nomes, o aumentativo, o diminutivo, o locativo, o infinitivo dos verbos (...)”. Conforme o ponto de vista dessa autora, o PB surgiu a partir da fusão dessas línguas com o português europeu, sendo possível verificar as *interferências* das línguas africanas no vocabulário, na morfologia, na sintaxe e, também, na fonologia do português do Brasil.

Com foco na região nordeste, mais precisamente no estado de Alagoas, alvo desta pesquisa, consideramos relevante discutir brevemente sobre como se deu esse processo de povoamento levando-se em consideração não só a chegada do branco e do negro, mas também, a presença dos nativos indígenas que aqui se encontravam. Para tentar descrever esse ponto de encontro num dado momento histórico e espaço geográfico, começamos com o ponto de vista de Altavila (1988), que aponta para a chegada dos portugueses ao Brasil como sendo em terras alagoanas. Segundo o autor, a primeira região avistada juntamente com seus habitantes primitivos pelo donatário Duarte Coelho (ano, p.9-10) foi o território que hoje compreende este estado, vejamos os excertos abaixo:

Apesar de alguns historiadores admitirem o descobrimento do Brasil como ocorrido aos 3 de maio de 1500, o certo é que esse acontecimento propositado verificou-se no dia 22 de abril, conforme o que se deduz da carta de Pero Vaz Caminha, que viajava em uma das caravelas da armada de Cabral, e em que dá a El-rei D. Manoel a notícia da descoberta do nosso país.

O primeiro ponto avistado pela frota portuguesa é de se presumir que tenha sido um dos cabeços da Serra da Nacêa, no município alagoano de Anadia. Esta é a nossa opinião, fundamentada no erudito historiador pernambucano Fernandes Gama e em Alexandre Von Humbolt, os quais afirmam que as primeiras terras avistadas pela armada portuguesa estavam localizadas a 10º de latitude sul, por consequência, entre Jequiá e Coruripe.

E é numa descrição de um reconhecimento feito na região próxima ao fundeadouro da esquadra, constante na carta de Vaz de Caminha, que vamos encontrar um reforço a esta tese: ... e então o Capitão passou o rio, com todos nós outros, e fomos até uma lagoa grande de água doce, que está junto com

a praia, porque toda aquela ribeira do mar é apaulada por cima, e sai água por muitos lugares.

O rio de que trata Caminha presumimos que seja o Coruripe; quanto à lagoa grande, seriam então as diversas lagoas localizadas um pouco antes da foz do rio Poxim, - por conseguinte, adiante do curso d'água mencionado na carta que se reúnem por vários canais, confundindo-se finalmente com as águas do aludido rio Poxim, região esta, como não poderia deixar de ser, muito pantanosa (apaulada), daí, talvez, a expressão "é apaulada por cima, e sai a água por muitos lugares.

Assim, conforme o autor, a descrição do primeiro ponto visto pela frota portuguesa ao adentrar em território brasileiro, descrito e relatado por Pero Vaz de Caminha em sua carta encaminhada à coroa portuguesa na época, poderia corresponder a rios e regiões alagoanas, como o município de Coruripe.

Complementando este cenário histórico e sociocultural, de acordo com Lima (1965, p. 154), os 'habitantes primitivos' que aqui se encontravam eram os indígenas *Caetés*, da nação *Tupi* e os *Cariris*, da nação dos *Tapuia* – considerados primeiros habitantes do estado. Porém, logo foram dizimados pelos portugueses e seus aliados, os *Tabajaras* de Pernambuco. Na sequência, temos os *Carnijós* ou *Fulni-ô*, de Águas Belas, considerados os primitivos povoadores de Santana do Ipanema; os *Cariris*, de Porto Real do Colégio; os *Sucurus* ou *Chucurus*, de Palmeira dos Índios e, ainda, outras tribos, como: *Aconãs*, *Chocós* e *Romarís* (do grupo *Cariri*). Sem contar nos assentamentos de aldeias de *Jacuípe*, *Atalaia*, *Limoeiro*, *Urucu*, *Palmeira dos Índios* e *Porto Real do Colégio*.

Junto a isto, Souza (1977) acrescenta a chegada de outros brancos europeus, além dos portugueses, os franceses, e a fundação das primeiras cidades do estado:

Os franceses, comercializando o pau-Brasil, iniciaram o povoamento, através de entrepostos e ancoradouros. Fizeram amizade com os índios para facilitar suas transações comerciais; contudo não houve sucesso no problema colonizador (SOUZA, 1977, p. 21).

O real povoamento só começou com a fundação de Penedo, a partir de 1560; foi quando o aborígine começou a se afastar, com a função do colonizador. À seguir, a fundação de Porto Calvo em 1590, deixando os índios menos dono da sua terra. Depois surgiu Santa Luzia do Norte em 1608 seguindo-se Alagoas sem 1611, contribuindo cada vez mais para a fixação do colono à terra das Alagoas (SOUZA, 1977, p. 21).

Nesse caso, a presença francesa se entrecruzou com a comercialização do Pau-Brasil e a necessidade de povoamento da região, iniciando com a fundação das primeiras cidades do estado alagoano: Penedo, Porto Calvo e Santa Luzia do Norte.

Segundo Lima (1965, p. 147), a chegada do negro em território alagoano prende-se, sobretudo, à colonização da capitania de Pernambuco, onde se desenvolveram, com seu primeiro donatário – Duarte Coelho, os engenhos de açúcar. A data de sua chegada às terras alagoanas é desconhecida; no entanto, afirmam os historiadores, que por volta de “1537, já Duarte Coelho mandava-os buscar de Loanda...”

Lima (1965, p. 147) afirma que, em resumo, os grupos dos negros trazidos para o Brasil, e assim Alagoas, foram os bantos e os sudaneses. Destes, os primeiros adaptaram-se melhor à lavoura, e os outros aos trabalhos de certo nível industrial. Além disso, Altavila (1988), mostra a presença do negro em Alagoas quando remonta ao recenseamento de (1890, p.73):

Quando a Princesa Isabel assinou o decreto da abolição definitiva da escravidão do Império do Brasil, aos 13 de maio de 1888, nas Alagoas apenas existiam, aproximadamente, 25.000 escravos e uma população livre de cerca de 485.000 habitantes, tomando-se por base o recenseamento de 1890.

Conforme citado, a presença negra em território alagoano pode ser notada a partir do século XIX, com uma divisão entre negros escravos e livres, totalizando 510.000 africanos, de acordo com o censo realizado em 1890.

Um outro detalhe importante da presença do negro em território alagoano é o fato de ela ser constantemente ligada aos ajuntamentos quilombolas de luta e resistência ao regime escravocrata da época, isto é, ao Quilombo dos Palmares. Rodrigues (1977: p. 34) afirma que “também banto foi seguramente Palmares.” Sem querer fazer um apanhado geral do que foi Palmares, em vista da variedade de material bibliográfico que existe sobre o assunto e para não fugirmos da proposta central deste estudo, faremos apenas breves esboços, quando necessário, recorrendo a uma e outra informação, na tentativa de tratarmos apenas das questões que consideramos pertinentes a esta investigação.

A esse respeito, Melo de Araújo (1988, p.30-136), diz:

Entre nós, foi frequente desde tempos antigos, e ainda hoje se reproduz, o fato de abandonarem os escravos a casa dos senhores e internarem-se pelas matas ou sertões, eximindo-se assim de fato do carteiro, embora sujeitos à vida precária e cheia de privação, contrariedades e perigos que aí puderem ou possam levar.

Essas reuniões foram denominadas quilombos ou mocambos; e os escravos assim fugidos (fossem em grande ou pequeno número) quilombolas ou calhambolas (calhambola, se lê, entre outros alv. De 3 de março de 1941; quilombalos na Provisão de 6 de março do mesmo ano, e em outros.

No Brasil tem sido isto fácil aos escravos em razão de sua extensão territorial e densas matas, enquanto procurem eles sempre a proximidade dos povoados para poderem prover às suas necessidades, ainda por via do latrocínio. É alheio do nosso propósito atual das notícias mais numerosas; é porém, por demais notável o quilombo dos Palmares, para que deixemos de mencioná-lo.

Internados nas matas, os papa-méis tornaram-se perigosos, levando a que o presidente de Alagoas na sua fala de 1º de dezembro de 1833, os taxasse de “homens que mais se assemelhavam a uma horda de antropófagos do que cidadãos, sem princípio, sem moral e sem religião, levados pelo único instinto imitador das hostes ferozes, entre as quais vivem, e favorecidos da posição onde habitam, de matas, impenetráveis (Jacuipe e suas indicações), são revoltosos e são as tropas com que temos empenhado numa luta tão perfiada, de balde o Governo tenha dado as providências ao seu alcance para os chamar à ordem.

Num trabalho com estas características, em que se registram alguns quilombos pelo Brasil, é evidente observar-se o fato. Pernambuco compreendendo os territórios de Paraíba, ao norte, e de Alagoas, ao Sul, foi uma das capitais que devido ao grande desenvolvimento da indústria, contaram com enorme população negra escravizada. Daí ter sido também considerável em toda ela o número de quilombos.

(...) O afro-negro espalhou-se pelo território alagoano desordenadamente, mas concentrou-se nos Palmares.

Quilombos já existiam no Brasil desde a centúria do descobrimento e não apenas na seguinte, como de negra se propaga. Relembrou-se já o item 13 do Regimento de 8 de março de 1588, dado por El-Rei ao Governador Geral do Brasil, Francisco Geraldês, acerca de negros de Guiné e Angola, por certo já se armavam em quilombos.

Como listou, a formação dos primeiros quilombos brasileiros remonta ao começo do século XVI, originando-se de forma clandestina com o objetivo de fugir do regime de escravidão imposto pelo colonizador, bem como, lutar e resistir contra a sujeição ao sistema aristocrata e latifundiário da época. Esses ajuntamentos de negros fugidos, brancos e indígenas, foram possíveis devido à vastidão territorial do solo brasileiro, a densidade de suas matas e a prática de latrocínios como forma de sobrevivência. Como resultado desse processo, temos hoje comunidades quilombolas espalhadas por todo o país, inclusive no estado de Alagoas – foco desta investigação.

Dadas estas informações, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), comunidades quilombolas são consideradas atualmente como grupos étnico-raciais conforme critérios de auto atribuição, com trajetória histórico-cultural própria, dotados de relações territoriais específicas e com

ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida por este povo.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), instituição ligada ao Ministério da Cidadania que, dentre outras atribuições, atua na emissão de certidões e inscrição em cadastro geral das comunidades quilombolas do país, levanta que atualmente há por volta de 3.524 grupos remanescentes de quilombos distribuídos por quase todos os estados brasileiros, com exceção de dois, Acre e Roraima, conforme dados da própria FCP. Vejamos a tabela:

Tabela 2: Tabela do quantitativo de comunidades quilombolas certificadas pela FCP por região brasileira.

Acre	0	Maranhão	835	Piauí	88	Sergipe	37
Alagoas	69	Mato grosso	78	Rio de janeiro	41	Tocantins	45
Amapá	44	Mato grosso do Sul	22	Rio grande do Norte	33		
Amazonas	8	Minas gerais	397	Rio grande do Sul	136		
Bahia	817	Pará	261	Rondônia	8		
Ceará	52	Paraíba	43	Roraima	0		
Espírito santo	42	Paraná	38	Santa Catarina	18		
Goiás	69	Pernambuco	195	São Paulo	56		
Total	3.432						

Fonte: elaboração própria, 2020.

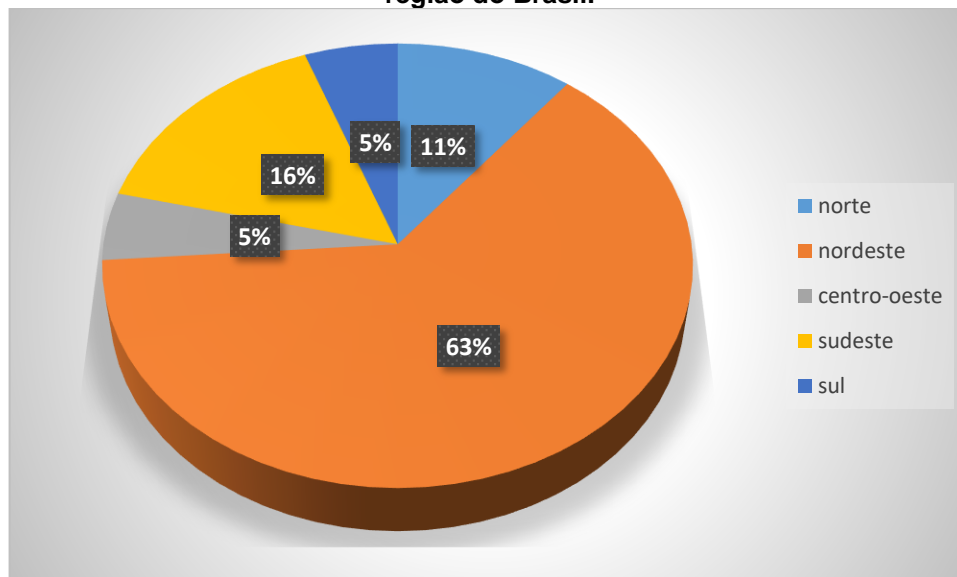
Pela apreensão dos dados dispostos na Tabela 2, vemos que os estados do Maranhão e da Bahia são os que mais apresentam comunidades quilombolas certificadas pela FCP, 835 e 817, respectivamente; enquanto que os estados do Amazonas, Rondônia e Santa Catarina, são os que menos apresentam – menos de vinte cada um. Num quadro geral, há 3.432 comunidades de quilombo certificadas em todo o país e distribuídas de forma irregular pelo território brasileiro. Assim, das aproximadamente 3.524 comunidades do país, 92 ainda necessitam de certificação e inscrição no cadastro geral – o que é absolutamente imprescindível para que esses quilombolas sejam assistidos por políticas públicas e tenham sua ancestralidade africana reconhecida.

Observando a Tabela 2 com base nas regiões do país, percebemos que na Região Norte – que compreende sete dos vinte e seis estados brasileiros; o estado do Pará concentra o maior número de comunidades, 261, enquanto os outros seis restantes somam 105 comunidades – 366 ao todo. Além disso, é também nessa região que se abrigam os dois estados que não possuem comunidades certificadas pela FCP, Acre e Roraima.

A Região Nordeste, constituída de nove estados, é a localidade com a maior concentração de quilombos certificados do país, 2.169 ao todo. Aqui se encontram também os estados do Maranhão e da Bahia que, de longe, apresentam o maior quantitativo de comunidades de todo o território brasileiro – conforme descrito anteriormente.

A Região Centro-Oeste, com três estados, soma um total de 169 comunidades certificadas; enquanto a Região Sudeste, com quatro estados, conta com 536 comunidades e a Região Sul, também com três estados, totaliza 192 comunidades. Para resumir, somando o número de comunidades certificadas nas regiões norte, centro-oeste, sul e sudeste (1.263 comunidades), ainda não superamos o quantitativo nordestino de 2.169 comunidades. Assim, a população afrodescendente com reminiscência quilombola se concentra, em primeiro lugar, na região nordeste do país, e, em segundo lugar, na região norte. Esses dados nos levam ao Gráfico 1 para uma melhor visualização dessa distribuição:

Gráfico 1: Gráfico da porcentagem de comunidades quilombolas certificadas pela FCP por região do Brasil.



Fonte: elaboração própria, 2020.

Pela leitura do Gráfico 1, fica ainda mais evidente que a Região Nordeste é a responsável por mais de 50% das comunidades certificadas em todo o território brasileiro. É provável que isto ocorra pelo fato de o Quilombo dos Palmares ter se localizado nessa região durante o regime escravocrata brasileiro – o que Décio Freitas (2004) denominou de ‘República de Palmares’, o mais expressivo ato de luta e resistência ao sistema escravista da época que surgiu no final do século XVI e durou até quase o final do século seguinte.

O estado de Alagoas que é o foco desta análise possui 102 municípios, dentre os quais 36 abrigam comunidades de quilombo certificadas pela FCP, havendo ainda aqueles em que se observa mais de uma comunidade, como: Poço das Trincheiras (3 comunidades); Pão de açúcar (2 comunidades); Taquarana (4 comunidades); Arapiraca (2 comunidades); Penedo (2 comunidades); Santana do Mundaú (3 comunidades); Igreja Nova (2 comunidades); Teotônio Vilela (2 comunidades); Água Branca (6 comunidades); Olho D’água das Flores (3 comunidades); Palestina (2 comunidades); Pariconha (3 comunidades); Traipu (4 comunidades); Viçosa (2 comunidades); Passo de Camaragibe (2 comunidades); São José da Tapera (2 comunidades); Jacaré dos Homens (4 comunidades); Canapi (3 comunidades) – totalizando 69 comunidades.

Assim, vemos que quase 40% dos municípios de Alagoas têm comunidades quilombolas certificadas pela FCP – fato que consideramos relevante diante da

história de luta e resistência negra contra o regime escravocrata brasileiro. Vejamos a seguir o mapa da localização dessas comunidades no território alagoano:

Figura 3: Mapa das comunidades quilombolas de Alagoas.



Fonte: Mapa das Comunidades quilombolas de Alagoas. Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – ITERAL, 2011. Disponível em <http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/Mapa%20das%20Comunidades%20Quilombolas-2011.JPG/view>. Acessado em julho de 2020.

Cada ponto vermelho da Figura 3 representa a localização de uma comunidade quilombola do estado, identificada pelo nome e pelo município ao qual faz parte. Neste mapa encontramos as seis comunidades estudadas nesta pesquisa, uma vez que todas elas já passaram pelo processo de certificação e inscrição no cadastro geral feito pela FCP e, portanto, são alcançadas por alguns benefícios voltados para este público. Para termos uma ideia mais detalhada em termos populacionais, vejamos a ilustração:

Tabela 3: Tabela do quantitativo de famílias quilombolas por município alagoano conforme o ITERAL, a FCP e o Cadúnico.

Região	Município	ITERAL (2011)	FCP (2014)	CADÚNICO (2015)
Agreste	Arapiraca	800	800	451
	Batalha	86	86	108
	Taquarana	430	430	188
	Traipu	240	240	68

	Água branca	200	280	44
	Canapi	197	197	42
	Delmiro Gouveia	72	72	61
Alto Sertão	Olho D'água do Casado	--	100	0
	Pariconha	95	150	3
	Piranhas	30	30	3
Baixo do São Francisco	Igreja Nova	320	270	442
	Penedo	585	585	333
	Piaçabuçu	25	25	21
	Carneiro	--	50	94
	Igaci	200	200	1
	Jacaré dos Homens	137	213	280
	Monteirópolis	200	200	160
Região Médio Sertão	Olho D'água das Flores	140	140	113
	Palestina	340	340	307
	Pão de Açúcar	103	103	104
	Poço das Trincheiras	590	510	415
	São José da Tapera	85	85	295
	Senador Rui Palmeira	25	41	29
Região Metropolitana	Santa Luzia do Norte	350	350	59
Região Norte	Japaratinga	45	45	10
	Passo do Camaragibe	236	236	298
	Belém	--	20	33
Região Planalto da Borborema	Cacimbinhas	90	86	114
	Major Isidoro	62	62	79
	Palmeira dos Índios	92	92	92
	Viçosa	125	141	19
Região Serrana dos Quilombos	Santana do Mundaú	105	109	73
	União dos Palmares	120	80	128
Região dos Tabuleiros do Sul	Anadia	35	35	0

	Teotônio Vilela	62	62	76
Total				4.543

Fonte: elaboração própria, 2020.

Dada a Tabela 3, dá-se a observar a quantidade de famílias levantadas por três instituições: a) Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL), em 2011; b) Fundação Cultural Palmares (FCP), em 2014; e c) Famílias quilombolas, no Cadúnico, em 2015 – por região e município alagoano. Contabilizando os números de famílias dados pelo Cadúnico, pesquisa mais recente, depreende-se que em Alagoas, até o ano de 2015, foram contabilizadas 4.543 famílias quilombolas, dentre as quais enfatizamos os três municípios foco desta pesquisa, Santana do Mundaú, União dos Palmares e Viçosa, com uma população estimada de 73, 128 e 19 famílias, respectivamente, totalizando 220 famílias quilombolas.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2012 a 2019 o número de brasileiros que se autodeclararam pretos e pardos têm aumentado no país, enquanto que a população branca tem diminuído. Assim, em 2019, 46,8% da população brasileira se autodeclara parda, 42,7% se autodeclara branca, 9,4% se autodeclara preta, e 1,1% se autoafirma amarela ou indígena. As regiões com a maior parte da população autodeclarada parda e preta do país, são: a região norte, em primeiro lugar, com 72,3% de pardos e 7% de pretos; e a região nordeste, em segundo lugar, com 64,7% de pardos e 9,9% de pretos.

Os dados que temos visto até agora nos leva a refletir sobre um Brasil com fortes resquícios de ancestralidade africana e reforçam a ideia, defendida por muitos autores que se dedicaram/ dedicam à explicação do processo de formação do PB, como Naro e Scherre (2007), por exemplo; que o negro africano se espalhou por todo o país de forma acidental – isto explicaria, por exemplo, a distribuição irregular de comunidades remanescentes de quilombos e a difusão do português brasileiro como sendo feita pelos afrodescendentes por todo o território, conforme a tese crioulista de Dante Lucchesi.

Para darmos início à descrição do ambiente, começamos por repensar a própria definição de ‘quilombo’, uma vez que estamos nos referindo aqui a quilombos

contemporâneos e não àqueles originados no século XVI. Dessa forma, o que apresentamos a seguir são alguns pontos de vista sobre o que vem a ser um quilombo na atualidade, com a intenção de problematizá-los e acrescentar a nossa visão do assunto. Começando pela acepção de Moura (2006) abaixo subscrita:

Comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada. Valoriza tradições culturais de antepassados (religiosas ou não) e as recria no presente. Possui história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência étnica (MOURA, 2006, p. 330).

Desse modo, observamos claramente que a autora se refere apenas a quilombos rurais, desconsiderando total e completamente a existência de quilombos urbanos em nosso país, como por exemplo: O Jardim Cascata, Tomás Cardoso, Nossa Senhora Aparecida, Antônio Borges e Vó Rita, em Goiás; Sabalanga e Gurgumba, em Viçosa – que ultrapassam este conceito, já que se mesclam entre o rural e o urbano. Para além desse contexto, Nascimento (1985, p.41) traz a seguinte definição:

As formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil.

Pelo que percebemos, a definição dada propõe uma discussão sobre territorialidade que se aproxima de conceitos geográficos como o de Milton Santos (1982), quando defende o termo ‘formação socioespacial’, no sentido de que não é possível pensar sociedade sem espaço e espaço sem sociedade. Este ponto de vista nos parece particularmente interessante, mas ainda não encerra a ideia que temos em mente, desse modo, embarcamos na proposta conceitual de D’Abadia e Oliveira (2015, p. 269), outra abordagem que nos agrada por sua abrangência, apesar de se referir apenas a quilombos urbanos:

Dessa forma, ao nos referirmos aos chamados “quilombos urbanos”, fazemos referência aqui, aos grupos que, em meio a um contexto urbano multicultural, fragmentado e em eterna dinâmica, demarcam sua identidade mobilizando critérios étnicos. Veja-se, nesse sentido, a definição weberiana de grupo étnico enquanto aqueles que compartilham uma crença subjetiva em origens presumidamente comuns, costumes que a distinguem e destinos comuns (WEBER, 1994).

Neste sentido, os assim chamados “quilombos urbanos” contemporâneos se configuram como grupos sociais de resistência a um sistema de exclusão, comunidades de ascendência marcadamente negra – mas não exclusivamente –, no geral empobrecidas, com *ethos* e costumes diferenciados dos grupos que lhes circundam. Um confinamento espacial é proporcionado pela marginalização por parte das políticas públicas. A ausência de políticas específicas para um contingente dotado dessa peculiaridade histórica e a precariedade das políticas universalistas conformaram os “quilombos urbanos” como espaços socialmente distantes. (Weber ou Oliveira?)

Assim, com base nos pontos de vistas expressos acima e, sobretudo, em nossa observação participante das comunidades quilombolas visitadas, propomos o que entendemos por quilombos contemporâneos: grupos sociais constituídos em sua essência de afrodescendentes, geralmente oriundos de um mesmo tronco familiar, com história ligada a ancestralidade africana e com relações territoriais, sendo eles rurais ou urbanos, que vão além da posse da terra para a representação de sua identidade comunitária. Isto é, a relação quilombola vs. territorialidade ultrapassa os limites geográficos e espaciais para ir ao encontro de traços e características que lhes são comuns e representativas, podendo estar ligadas a aspectos religiosos (levando-se em conta a influência de religiões, crenças e superstições africanas); culturais, como a fabricação de artesanatos; e, quem sabe até linguísticos.

Dessa forma, os quilombos alagoanos da contemporaneidade, bem como as demais comunidades quilombolas deste país, apresentam características gerais relacionadas a organização social, história, economia e cultura, bastante semelhantes – o que consideramos razoável em vista de sua ancestralidade em comum, a africana, e de seus fatos históricos estarem ligados a um movimento nacional de luta e resistência contra a sociedade escravista da época em que surgiram.

Em primeiro lugar, os territórios quilombolas contemplados neste estudo são, em sua maioria, um misto de aspectos rurais e urbanos ao mesmo tempo, muitas vezes com localização de difícil acesso, principalmente em tempos de chuva, mas que não podem ser considerados ‘isolados’ em termos linguísticos – uma vez que, mesmo com a dificuldade para locomoção e certa distância dos centros urbanos das cidades as quais se encontram ligados, possuem contato frequente com moradores da zona urbana; têm acesso a meios de comunicação de massa, como televisão, rádio ou até

mesmo internet e possuem escolas de ensino primário compostas tanto por funcionários de fora quanto por funcionários das próprias comunidades.

Trata-se de comunidades compostas por pequenas populações oriundas de um mesmo tronco familiar, daí a prática de casamentos endógamos ser bastante comum, também pelo fato de os quilombolas temerem a divisão ou a perda da terra. Por conta dessas uniões matrimoniais, alguns filhos nascem com doenças, como por exemplo o albinismo, dentre outras. Eles sobrevivem economicamente da agropecuária de subsistência, do artesanato e de benefícios sociais, como aposentadorias, dentre outros programas governamentais.

Quando pensamos em comunidades de quilombo geralmente pensamos em precariedade. Porém, por meio deste e de trabalhos anteriores, conseguimos perceber certos avanços na luta desses afrodescendentes que têm garantido o gozo de direitos essenciais à dignidade humana, dentre os quais o principal deles é o direito à liberdade, à vida, à saúde, à educação, à segurança, à moradia etc., todavia, não se trata de uma realidade uniforme, como veremos a seguir, algumas comunidades parecem ser mais privilegiadas do que outras, umas mais assistidas e outras mais carentes.

As informações que seguem trazem um pouco da problemática do prazer e da luta de ser quilombola neste país, uma vez que há uma escassez e precariedade muito grande também no que diz respeito a registros e documentos sobre a história dos afrodescendentes. Vejamos no Quadro 1 uma representação populacional dessas comunidades dada pelo ITERAL:

Quadro 1: Quadro dos dados populacionais das comunidades conforme o ITERAL.

Comunidades	Habitantes
Muquém	120 famílias
Filús	40 famílias
Jussara	34 famílias
Mariana	35 famílias
Gurgumba	25 famílias
Sabalangá	100 famílias
Total	354 famílias

Fonte: elaboração própria, 2020.

No Quadro 1, observamos que a população total das seis comunidades, alvo deste estudo, é de 354 famílias quilombolas, enquanto na Tabela 3, é de 220 famílias. Isto nos leva a um problema de pesquisa que entendemos como relevante, qual dos dois dados é o que mais se aproxima da realidade? A diferença numérica parece-nos muito significativa para tão pouco tempo, 3 anos de uma mostra para outra, assim o que explicaria essa redução de 354 famílias quilombolas, em 2011, para 220 famílias, em 2015, uma diferença de 134 famílias? Trazemos, então, à reflexão dois fatos que observamos durante a pesquisa de campo realizada:

- a) Primeiro, será que a pesquisa de 2015 leva em consideração o fato de que muitos filhos se casam e permanecem na casa dos pais com suas famílias por não terem condições de residirem em sua própria casa (fato recorrente em Muquém e em Sabalangá, por exemplo)? Acreditamos que este pode ser um fator ignorado nesta e em outras pesquisas que talvez estejam contabilizando as famílias quilombolas por número de moradias e não por números de famílias propriamente ditas;
- b) Um segundo aspecto a ser levado em consideração, é o fato de que muitas famílias foram retiradas do território quilombola por morarem em zonas de risco em tempos de chuva e receberam casas do governo para se mudarem do local. Este fato ocorreu em Muquém, Jussara e Gurgumba, muitas famílias foram retiradas das terras quilombolas na zona rural por estarem em locais propícios a serem atingidos pelas 'cheias' (enchentes) e receberam casas do governo em bairros novos (urbanizados). Assim, será mais uma vez que a pesquisa de 2015 levou esta fragmentação social da população do quilombo em consideração?

Diante dos fatos apresentados, achamos por bem considerarmos os dados populacionais da pesquisa de 2011, realizada pelo ITERAL, como mais representativos da realidade quilombola observada. Dessa maneira, assumimos que o total de famílias quilombolas nas seis comunidades contempladas neste estudo é de 354 – uma vez que acreditamos ser incompatível e inexplicável uma redução de 134 famílias da população desses quilombos em tão pouco tempo. Desse modo, seguimos com a descrição de cada ambiente e realidade observada que se dará por

meio de nossa observação participante durante a pesquisa de campo realizada e, também, através do relato de seus próprios moradores – isto com o intuito de darmos voz e vez a memória oral passada de geração a geração.

Em primeiro lugar, vejamos a data de certificação de cada comunidade dada pela Fundação Cultural Palmares como forma de reconhecimento de sua ancestralidade quilombola.

Quadro 2: Quadro da data de certificação das comunidades quilombolas segundo a FCP.

Município	Comunidade	Certificação
União dos Palmares	Muquém	19-04-2005
Santana do Mundaú	Filús	28-07-2006
Santana do Mundaú	Jussara	19-11-2009
Santana do Mundaú	Mariana	19-11-2009
Viçosa	Gurgumba	27-12-2010
Viçosa	Sabalangá	27-12-2010

Fonte: elaboração própria, 2020.

Observando o Quadro 2, vemos que a certificação e o reconhecimento das comunidades quilombolas da Região Serrana dos Quilombos e da Região do Planalto da Borborema é algo recente que começou em 2005 com a certificação de Muquém e foi até 2010 com a certificação de Sabalangá, o que representa um avanço em termos políticos, pois representa o reconhecimento e o respeito à nossa ancestralidade africana, além de, é claro, simbolizar um reparo histórico. A seguir conheceremos cada uma dessas comunidades através da ótica de um observador atento, do relato de seus próprios moradores e do que a literatura da área diz a respeito.

4.2.1.1 Comunidade quilombola Muquém

A comunidade quilombola Muquém dista entre 4 a 6 km da zona urbana de União dos Palmares e está localizada imediatamente aos pés da Serra da Barriga, à margem esquerda do rio Mundaú, na rodovia que dá acesso ao município circunvizinho de Santana do Mundaú, limitando-se ao norte com as fazendas Mundaú

e Barro Branco, ao sul, com a fazenda Sementeira; ao leste, com a fazenda Jurema, e ao oeste, com a fazenda Lavagem.

O povoado é composto por 120 famílias quilombolas (pouco mais de 500 pessoas aproximadamente), dentre as quais 11 famílias não são quilombolas (de 30 a 40 pessoas), no sentido de que não têm vínculos familiares com os demais, ditos quilombolas, porém, são famílias que adquiriram terras no local por meio de compra ou mesmo apropriação ilegal de partes do território.

A economia local gira em torno da cana-de-açúcar, com os braços de seus homens espalhados por várias regiões do país servindo ao corte da cana e outras atividades decorrentes de seu cultivo e comercialização; da agropecuária de subsistência, que inclui o plantio de pequenas lavouras, como batata e mandioca, e a criação de animais de pequeno porte, como aves e porcos, tudo em pequena quantidade, apenas para consumo próprio; da cerâmica artesanal, que ganha mais expressão durante o mês da consciência negra ou na comercialização de peças para o Brasil e exterior; de benefícios sociais, como aposentadoria e outros. Nesse contexto, também podemos citar a escola da comunidade que absorve mão-de-obra local; a prefeitura, com contratos temporários; e o comércio da cidade.

Segundo relato de um dos moradores da comunidade, o quilombola E.S.¹⁸, profundo conhecedor da história local, a propriedade rural que compreende a comunidade quilombola Muquém é composta por 189 hectares de terra e pertencia a um casal pernambucano que residia no interior da cidade de Garanhuns, eles possuíam duas propriedades com o mesmo nome, uma em Alagoas e outra em Pernambuco, porém nessa época Alagoas pertencia a Pernambuco.

De acordo com E.S., Rosa Maria da Conceição e Venâncio Bezerra da Silva que não tinham nenhum grau de parentesco com as pessoas de Alagoas contavam com o auxílio de um caseiro (posseiro) para cuidar das terras – provavelmente as de Alagoas; Miguel Bezerra da Silva que pagava foro (imposto da época referente ao uso da terra de outrem) todo ano ao casal.

¹⁸ Em todo o texto nos referiremos aos personagens centrais deste trabalho apenas com suas iniciais maiúsculas como forma de preservação de suas identidades, no sentido de protegê-los e guardá-los de qualquer situação desagradável, desconfortável ou constrangedora.

Conforme o relator, com o passar dos anos esse casal resolveu vender a propriedade Muquém que era situada no atual município de União dos Palmares, localizado aos pés da Serra da Barriga, berço da revolução negra do século iniciada no século XVI. Assim, Rosa e Venâncio venderam a propriedade para Miguel por mil contos de réis. Logo após, ele se casou e teve 7 filhos, ou seja, sete herdeiros.

O colaborador da pesquisa diz que em União dos Palmares morava um homem solteiro por nome de Basiliano Sarmiento que era agiota, ou como preferem alguns, uma espécie de banqueiro da época. Ele emprestava dinheiro aos proprietários de terras que eram obrigados a empenhá-las caso não tivessem dinheiro para quitar a dívida. Dessa forma, Basiliano se tornou um dos homens mais ricos da cidade, senão o mais rico e possuidor de quase todo o território que compreendia a cidade na ocasião. Diante de uma dívida não paga, ele conseguiu expulsar os 7 herdeiros de Miguel Bezerra da Silva para ficar com a sua propriedade. Como as suas propriedades eram arrendadas, Basiliano cobrava o foro da terra em 1º de janeiro de cada ano. A sua residência na época ficava onde hoje se encontra a Câmara de vereadores no centro da cidade.

Com a chegada do casal Cassimiro Bezerra da Silva e sua esposa Felícia Maria da Conceição logo arrendaram a propriedade de Muquém que já pertencia a Basiliano Sarmiento. Esse casal teve 13 filhos: João Cassimiro Bezerra da Silva que casou com Maria das Dores da Conceição; Manoel Bezerra da Silva (conhecido como Manoel Braga) casado com Filipa Maria da Conceição; Antônia Maria da Conceição que casou com Antônio Nunes; Venâncio Bezerra da Silva casado com Rosa Maria da Conceição; Miguel Bezerra da Silva (apelidado de Miguelão) que se casou com Barbina Maria da Conceição; Camila Maria da Conceição casada com Leopoldino Nunes; Santina Maria da Conceição que se casou com Venício de Lima; Joana Maria da Conceição casada com Silvino Nunes; Tina Maria da Conceição que casou-se com Belarmino da Conceição; José Kidu Bezerra da Silva casado com Belamaria da Conceição; Cecília Maria da Conceição casada com Manoel Jurema; Maria Madalena da Conceição (caruca) que casou-se com Augusto Bezerra da Silva; e Maria da Conceição (Maria Boi) que morreu solteira. Segundo E.S., esta seria a genealogia de Muquém.

Conforme E.S., atualmente Muquém é habitada por mais ou menos 570 pessoas sendo que muitos de seus filhos encontram-se espalhados pelo Brasil, principalmente em São Paulo. Após a sua certificação em 2005 pela FCP, como vimos na figura 10, a comunidade foi assistida em algumas de suas necessidades básicas, como por exemplo: energia elétrica em todas as residências; as casas que eram 100% de taipa passaram a ser de alvenaria em quase sua totalidade; cestas básicas; leite; transporte escolar; posto de saúde; construção de um galpão para a prática do artesanato com o barro coletiva; e projetos de incentivo à economia e à cultura, como aulas de capoeira, aulas de dança-afro, cursos de artesanato, dentre outros.

Segundo o depoimento de E.S., uma possível definição do nome da comunidade seria a sua origem em '*moquém*' que significa grelhas de varas para secar peixe. Um outro fato relevante para esse quilombola é a relação direta que a comunidade tem com o Quilombo dos Palmares, originado no século XVI, uma vez que as propriedades ao redor da Serra da Barriga teriam sido *mocambos*, ou seja, refúgio de negros fugidos do regime escravista da época, sendo assim, Muquém, Jurema, Cabogi, Anhumas, Santo Antônio da Lavagem e Caneias serviam para refugiar brancos, negros e indígenas em situação de fuga.

Com a queda do quilombo em 1694 e provável morte de seu líder Zumbi, a intolerância aos ajuntamentos de negro continuou de tal modo que os moradores de Muquém sofriam muito preconceito e eram segregados à vida em comunidade de maneira que só participavam dos acontecimentos sociais da cidade quando iam à feira para comercializar cerâmica utilitária, isto é, panelas de barro. Segundo E.S., foi através das relações comerciais na feira livre do centro da cidade que os remanescentes de quilombo conseguiram ir vencendo aos poucos as barreiras do preconceito étnico-racial e o medo ainda presente no coração de seus conterrâneos.

De acordo com E.S., como Basiliano Sarmiento nunca se casou, com a sua morte todos os seus bens foram apropriados pelo governo que decidiu leiloá-los – nessa época Alagoas e Pernambuco já tinham se separado e eram dois estados distintos. Nesse contexto, as terras de Muquém foram leiloadas pelo governo para uma pessoa de quem não se tem informações, mas que teria comprado esse território para devolvê-lo aos seus verdadeiros donos, passando a escritura das terras no centurião Fausto Cavalcante, cartório de União dos Palmares (provavelmente o único

da época), para o nome de Cassimiro Bezerra da Silva e de sua esposa Felícia Maria da Conceição.

Como forma de perpetuação de sua identidade e para garantir a posse de seu único bem material – a terra; a comunidade incentivava a prática de casamentos endógamos, só era permitido casar-se primo com prima até a terceira geração, as consequências dessas relações são visíveis até os dias de hoje, pois é possível encontrarmos muitas famílias decorrentes dessas uniões, bem como, encontrarmos problemas de saúde congênitos, como por exemplo, o albinismo em Filús. Felizmente hoje em dia é dado o direito de escolha aos ‘muquenhenses’, se assim podemos chamá-los, de modo que cada um pode casar-se com quem bem entender.

Muquém, ainda, é conhecida internacionalmente pelo artesanato que produz. Com o advento do fogão a gás e das panelas de alumínio, a procura pela cerâmica utilitária produzida pelos artesãos de Muquém em seus primórdios foi diminuindo bruscamente e, como forma alternativa de sobrevivência, os artesãos começaram a fabricar a cerâmica artesanal, que até hoje apresenta traços rústicos, singulares e característicos do local.

Muquém já foi conhecida como a comunidade quilombola que mais teve artesãos de cerâmica utilitária (85 ao todo), cuja matéria-prima é o barro massapé (argila), extraído na própria região. Atualmente, a comunidade conta com menos de 10 artesãos de cerâmica artesanal, dentre os quais se destacam D. Marinalva, D. Irinéia, Sr. Antônio e Sr. Edson. Apesar da falta de interesse da geração atual pela produção do artesanato que remonta a sua ancestralidade, ele é reconhecido em âmbito mundial por sua qualidade e características únicas. Vejamos as ilustrações que registramos durante nossas passagens por lá em 2009:

IMAGEM 1 – Barro massapê retirado na região.



Fonte: elaboração própria, 2009.

IMAGEM 2 – Peças colocadas para secar.



Fonte: elaboração própria, 2009.

IMAGEM 3 – Senhor Edson, artesão local.



Fonte: elaboração própria, 2009.

IMAGEM 4 – Artesanato de Muquém.



Fonte: elaboração própria, 2009.

IMAGEM 5 – Dona Irinéia e seu esposo Antônio, artesãos de Muquém.



Fonte: elaboração própria, 2009.

Por meio das intervenções governamentais na tentativa de sanar os estragos causados pela enchente de 2010 que atingiu a comunidade, o quilombo Muquém passou por grandes mudanças e ganhou novas características que quase podemos comparar com um processo de urbanização. Desse modo, nos questionamos sobre até que ponto essas medidas interventivas foram positivas, no sentido de atender às necessidades desses quilombolas e até que ponto foram invasivas no sentido de produzir modificações drásticas em suas relações sociais, ambientais e identitárias? Até que ponto isto pode ser mensurado? Em que medida essas intervenções modificaram o seu *modus vivendi* e a sua visão ancestral de compreensão de espaço, ocupação, território e relações sociais?

IMAGEM 6 – Visão de Muquém antes da enchente de 2010.



Fonte: elaboração própria, 2009.

Em relação a moradia, percebemos uma mudança cultural que por um lado veio a facilitar a construção das casas quilombolas, mas por outro veio a afetar as relações sociais e de trabalho – uma vez que não é mais necessário mobilizar a comunidade para a construção de casas de taipa, processo que envolvia um conjunto de esforços coletivos se iniciando com a procura e a coleta do barro, bem como dos galhos de árvores para, em seguida, reunir todos em volta de uma construção que não era individual, mas coletiva; e terminava com uma festa de comemoração comunitária, que também pode ser entendida como familiar, com bebidas e pratos típicos aprendidos com seus ancestrais, além do acompanhamento das músicas populares.

Vejamos as ilustrações:

IMAGEM 7 – Casa de taipa.



Fonte: elaboração própria, 2009.

IMAGEM 8 – Casa de alvenaria.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

Em se tratando de moradia, podemos citar ainda o forno a lenha para fazer o artesanato de barro produzido pela comunidade, que antes era de barro, feito à mão pelos próprios artesãos e ficava no quintal de suas casas garantindo mais comodidade para a fabricação das peças. Com a intervenção governamental, foi construído um galpão de alvenaria para a produção da arte quilombola, porém, observamos desde 2009, que os artesãos apresentaram muita resistência a sua utilização, preferindo os seus antigos fornos e, nesse sentido, encontrando dificuldades para trabalhar em grupo. Vejamos as ilustrações abaixo:

IMAGEM 9 - Forno à lenha para queimar peças de artesanato.



Fonte: elaboração própria, 2009.

IMAGEM 10 - Galpão de artesanato de Muquém.



Fonte: elaboração própria, 2009.

IMAGEM 11 – Novo Galpão de artesanato de Muquém.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

A Imagem 11 é do novo galpão de artesanato, construído depois da enchente de 2010 junto com toda a comunidade. Como temos visto até agora, através da assistência do governo, a comunidade passou a ter muitos benefícios, mas também se afastou em muito de suas características que consideramos identitárias, uma vez que tiveram que resignificar seu conceito de casa, seu conceito de forno e produção de peças de barro e, acima de tudo, suas relações sociais e de trabalho.

A comunidade tem uma escola, construída em 1993, que foi desativada depois da enchente de 2010, e reconstruída logo após, que é a escola municipal de Ensino Fundamental *Pedro Pereira da Silva*, que já funcionou em situações bastante precárias, como por exemplo, com extensões em partes de casas dos vizinhos e por meio de um sistema de ensino multisseriado, no qual uma única professora dava aula para alunos de diversas séries, da alfabetização ao 5º ano, numa mesma sala, sem distinção. Essa realidade foi observada em 2004 por

ocasião do nosso trabalho de conclusão de curso sobre um fenômeno linguístico fonológico notado na comunidade e perdurou durante muito tempo. Vejamos a ilustração:

IMAGEM 12 – Escola de Ensino Fundamental Pedro Pereira da Silva.



Fonte: elaboração própria, 2009.

Atualmente a Escola Pedro Pereira da Silva, reconstruída depois da enchente em um novo local, superou sua antiga realidade em termos de organização, estrutura e ensino. Em um prédio novo, ela apresenta amplas instalações (planejadas para funcionar em tempo integral), com sete salas de aula mais um laboratório de informática, fora as salas de direção, coordenação, biblioteca, cozinha e almoxarifado; equipamentos apropriados e atendimento a crianças desde a Educação Infantil (alfabetização) ao oitavo ano do Ensino Fundamental II e EJA (Educação de Jovens e Adultos, quarta e quinta fase), cada turma em sua própria sala de aula de acordo com o seu ano e com seus respectivos professores.

Sem contar em seus três anexos: um na Serra da Barriga, outro no Sítio Recanto e mais um em Santa Quitéria. Com o objetivo de melhorar a qualidade do trabalho pedagógico, tem-se a presença de profissionais da UFAL, como a professora Clara Suassuna Fernandes do curso de História desta universidade, no sentido de tentar entender e refletir, assim como apresentar caminhos para a

educação quilombola, que deve ser vista com um olhar diferenciado, no intuito de se atender às necessidades educacionais específicas dessa comunidade e trabalhar a temática africana de forma significativa e satisfatória. Vejamos a ilustração da escola na época de sua reconstrução:

IMAGEM 13 – Nova Escola de Ensino Fundamental Pedro Pereira da Silva.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

A Imagem 13 nos dá uma ideia de como a escola está hoje.

Um outro ponto positivo a favor da escola é o fato de que antes os professores não tinham a formação esperada para o exercício do magistério. Em 2009 uma das professoras da escola com a qual conversamos dava aula tendo apenas o Ensino Médio completo, por exemplo. Hoje os professores são formados, tem nível superior em algum curso de licenciatura ou, em último caso, estão em processo de formação. Além disso, os alunos recebem merenda e participam de projetos e atividades que, muitas vezes, ultrapassam os muros da escola chegando a ter visibilidade no próprio município.

Outros pontos relevantes da comunidade em termos de avanço e assistência governamental são: (i) a presença de um Posto de saúde novo no local para o atendimento desses quilombolas, que tem médicos, enfermeiros, agentes de saúde, dentistas com horário de funcionamento regular; (ii) outro galpão de artesanato para a produção, exposição e venda das peças de cerâmica; (iii) um espaço cultural para a prática de capoeira e dança-afro, por exemplo, dentre outras apresentações culturais.

IMAGEM 14 – Posto de Saúde local.



Fonte: elaboração própria, 2009.

Além disso as ruas são calçadas; praticamente não há mais casas de taipa, somente de alvenaria; água encanada, energia, sistema de coleta de lixo, antenas parabólicas em muitas casas, ou seja, quando se entra em Muquém, a impressão que se tem é a de que estamos em um tipo de bairro urbano-rural, se assim podemos dizer, rural por se localizar num sítio; e urbano por todas essas características citadas acima. Vejamos como mora a comunidade hoje:

IMAGEM 15 – Muquém após a enchente de 2010.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

A Imagem 15 nos mostra um pouco da realidade atual de Muquém, construída pós-enchente, processo que pode ser notado por qualquer pessoa que visite a comunidade. Falando em visita, o sítio recebe sempre muitos visitantes, turistas de todos os lugares para conhecer a comunidade, bem como, os quilombolas e o artesanato produzido no local. Além disso, a comunidade

recebe constantemente pessoas da cidade por conta dos jogos de futebol e dos bares da região, sem contar nas casas de veraneio de alguns moradores, não quilombolas.

Não é que todas essas intervenções foram ou são negativas, pelo contrário, defendemos que todas essas condições, assim como muitas outras, devem ser garantidas a todos os cidadãos, mas a nossa preocupação consiste em saber até que ponto essas mudanças ressignificaram as relações locais e a identidade desse povo, no sentido de levá-los cada vez mais para longe de sua herança histórica e cultural.

Pois, um fator que observamos com pesar nas pesquisas de campo realizadas em 2004, 2009 e 2015, foi o fato de os jovens não saberem muito sobre a sua história, não se importarem com sua cultura, a ponto de se negarem a aprendê-la ou mesmo repassá-la para as próximas gerações e, principalmente, não se atentarem para a sua importância e o seu significado. Sabendo que a história do negro, sobretudo o quilombola, vem muito da tradição oral, o que as próximas gerações terão para contar? Fica a reflexão.

4.2.1.2 Comunidade quilombola Filús¹⁹

Para começar, Filús, Jussara e Mariana, as três comunidades quilombolas de Santana do Mundáu descritas a seguir, diferem em muito de Muquém, em União dos Palmares, por se localizarem mais distantes da cidade, principalmente Filús e Mariana, e serem consideradas de difícil acesso. Além disso, essas comunidades apresentam alguns pontos em comum, são essencialmente rurais, Filús e Mariana excepcionalmente; Jussara tem uma parte de quilombolas na zona rural e outra na zona urbana; as três se dedicam ao cultivo da laranja como sua principal fonte de renda, dentre outras agriculturas. Em se tratando de precariedade, das três comunidades, Filús se apresenta como a mais carente de

¹⁹ A maioria das informações desta seção foram retiradas da página Mapa de Conflitos envolvendo justiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: https://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=artigos_acad. Acessado em outubro de 2017.

atenção por parte dos governos e da sociedade, uma vez que enfrenta problemas gravíssimos que chegam a atingir a dignidade de seus moradores.

A comunidade quilombola Filús, localizada na Serra dos Cachorros, município de Santana do Mundaú, possui cerca de 170 quilombolas, oriundos de 40 famílias. Apresentando características de precariedade e carência social, pelo que podemos observar, pois, como o governo federal e o governo de Alagoas desconheciam a sua história, identidade ou mesmo existência, durante muito tempo ela não teve acesso à água potável, energia elétrica, escola, postos de saúde ou qualquer outro tipo de serviço público. Até recentemente não existia qualquer política ou programa público voltado para essa população.

Conforme informações dadas pelo site Mapa de Conflitos envolvendo justiça ambiental e saúde no Brasil,

Como consequência da sua falta de conhecimento pelas autoridades governamentais, a comunidade teve de sobreviver a duras penas e por seus próprios recursos. Enquanto possuíam terras férteis, os quilombolas viviam da agricultura de subsistência e cultivavam banana e mandioca vendidas a preço abaixo do valor de mercado para atravessadores. Depois que uma praga atingiu seus roçados, inviabilizando o cultivo, os remanescentes de quilombo passaram a vender sua mão-de-obra para latifundiários da região, trabalhando como boias-frias, durante a época da colheita de cana-de-açúcar. Durante a entressafra, tinham que se contentar com o pouco que colhiam em suas roças e, muitas vezes, passavam fome.

Anos de má alimentação e subnutrição, exploração no trabalho do corte de cana e casamentos consanguíneos trouxeram impactos significativos à saúde desta população. Além da insegurança alimentar e da fome, os focos de esquistossomose ou doença de Chagas põem em risco a saúde da comunidade. Os frequentes casamentos endógamos podem ter propiciado a ocorrência de albinismo entre moradores da localidade. Em 2008 foi verificado que de uma população de 170 pessoas, havia nove albinos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, em média, a incidência desta doença congênita na população mundial é de uma para cada 17.000 pessoas. O albinismo, aliado a um estilo de vida rural, sem o uso de protetores solares ou outros tipos de proteções para a pele, tem provocado a ocorrência de mortes por câncer de pele na comunidade.

A situação dos comunitários de Filús só começou a mudar a partir da sua articulação com outras comunidades quilombolas de Alagoas, por intermédio da Coordenação Estadual dos Quilombolas (CORPOAL) e da atuação da Fundação Cultural Palmares, que reconheceu oficialmente a comunidade como remanescente de quilombo em junho de 2006. A partir daí, os quilombolas de Filús têm conseguido acesso a recursos e políticas públicas estaduais, além do apoio do Instituto Irmãos Quilombolas, de Santana do Mundaú.

O maior desafio da comunidade hoje é estender o acesso aos tratamentos de saúde ao restante da população, trazer para a localidade programas e projetos que propiciem a auto sustentabilidade, evitar a exploração do trabalho nas lavouras de cana de açúcar dos grandes fazendeiros, diminuir os índices de desnutrição e demarcar suas terras tradicionais. Este último desafio não foi concluído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

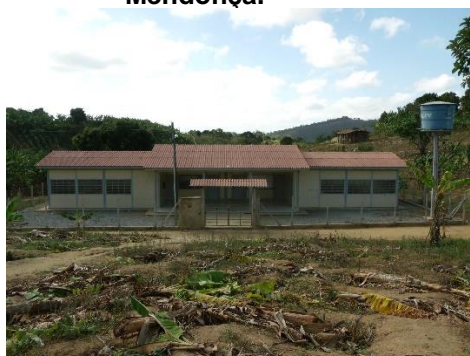
Durante a nossa passagem em 2014 e 2015, testificamos que a realidade relatada em 2011, no site acima subscrito, ainda se faz presente na comunidade. E, para reforçar a nossa narrativa com base no que observamos, vejamos as imagens abaixo na sequência que propomos para conhecermos um pouco mais a respeito de como vivem os quilombolas de Filús atualmente:

IMAGEM 16 – Primeira escola de Filús, Dra. Bernadete.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

IMAGEM 17 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Ulisses Souza de Mendonça.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

IMAGEM 18 – Ideia geral da comunidade.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

IMAGEM 19 – Criança albina.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

IMAGEM 20 – Água nossa de cada dia.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

Como vemos, a realidade de Filús se difere em muito da observada em Muquém, além da comunidade ser bem menor em termos territoriais e dados populacionais, vislumbramos a presença de muitas casas de taipa e de um estilo de vida cheio de dificuldades e muitas lutas. Beber água, cozinhar ou tomar um simples banho implica ter que buscar a água porque não se tem nas torneiras, ter o que cozinhar e tomar banho no rio ou por meio de baldes/ bacias. Segundo relato dos moradores, a escola nova funciona com muita precariedade porque

falta merenda para as crianças, água, recursos materiais, energia e, até mesmo, profissionais. Na época em que realizamos a pesquisa de campo, a escola estava sem funcionar, assim os quilombolas utilizavam o espaço para atendimento médico, dentre outras coisas.

Não há postos de saúde nem atendimento médico regular, não há telefones públicos ou água encanada, assim, os quilombolas têm que bombear água de rio e cacimba para utilizar. Um dos únicos benefícios aparente é a presença de energia elétrica, mas falta com certa frequência. Como não há trabalho na região, os homens viajam para as regiões sul e sudeste do país para poderem sustentar suas famílias; os que ficam tentam sobreviver por meio da agropecuária de subsistência. A comunidade não produz nenhum tipo de artesanato, cantigas, festas, brincadeiras ou práticas religiosas que remetam a sua ancestralidade africana.

Os depoimentos que recolhemos traduzem situações de muita fome, precariedade e carência. Podemos dizer, até mesmo num tom de denúncia, que se trata de um povo esquecido até hoje. Aparece um ou outro com a finalidade de ajudar a comunidade, mas são sempre ações individuais, descontinuadas e de assistencialismo. Como disse a representante da comunidade: “não dá para esperar pela ajuda de outros ou do governo para comer porque demora muito para chegar”.

Em tempos de chuva, a comunidade fica inacessível tanto para quem está dentro e precisa sair quanto para quem está fora e precisa entrar. Nesse caso, atendimento médico se torna praticamente um luxo que está fora da realidade desses afrodescendentes. As crianças andam a pés descalços e cheios de poeira sem ter o seu direito à educação assistido da maneira como deveria. Também por conta disto, a tendência é que essa realidade continue a se perpetuar.

O problema do albinismo salta à vista e nos traz uma preocupação: com a exposição constante ao sol e sem o devido acesso a proteção solar, como esses quilombolas terão chance de sobreviver a possíveis cânceres de pele? cremos que esta e outras perguntas permanecerão sem resposta por algum

tempo. Essa dura realidade é vivida diariamente pelos quilombolas de Filús e denunciada através de seus relatos, mas, lamentavelmente, essa voz continua sendo silenciada e ignorada pelas autoridades.

4.2.1.3 Comunidade quilombola Jussara

Jussara também conhecida como Jussarinha encontra-se dividida entre a zona rural e urbana de Santana do Mundaú, foi certificada em 19 de novembro de 2011 e é constituída de 34 famílias. Em 2007 foi fundado o grupo Mulheres Estrela da Vida – GMEV, no qual as mulheres da comunidade contribuem com as atividades agropecuárias e artesanais, possuindo como principais atividades econômicas o cultivo da laranja lima, além de outras culturas anuais.

Em 2009, chega à comunidade um projeto chamado “Autorretrato – o Nordeste que é a nossa cara” levando para os quilombolas locais o contato com a tecnologia digital da câmera fotográfica, com o objetivo de proporcionar-lhes autoestima e bem-estar.

Em 2012, o Governo de Alagoas, em parceria com a prefeitura municipal, realizou diversas ações na comunidade, como: levantamento social das famílias; cadastramento habitacional para trocar as casas de taipa por casas de alvenaria; levantamento da demanda local para a oferta de cursos profissionalizantes; dentre outras. Além disso, por ocasião de nossa visita encontramos pessoas de uma ONG brasileira que também presta serviços à comunidade, de modo que, pelo que podemos analisar, o sítio recebe atenção por parte do governo e por entidades não governamentais.

Nossa descrição desta comunidade se deterá à realidade rural de seu povo, uma vez que foi nessa região que centramos nossa pesquisa. Segundo relato da representante da comunidade, ela foi responsável pela alfabetização de muitas crianças do sítio, quando ainda não se tinha escola no local, além disso, comenta a líder que as coisas começaram a melhorar no momento em que eles, os moradores da região, foram reconhecidos como quilombolas pelo governo, através de estudos realizados por profissionais da UFAL.

Conforme dona R., em suas manifestações artísticas e culturais a comunidade apreciava o samba de coco e as mulheres se vestiam com vestidos longos cheios de babados, diferentemente de como se vestem hoje. Segundo a mesma colaboradora, até os dias atuais a comunidade produz o artesanato com a folha de bananeira. Ainda de acordo com dona R., uma das maiores problemáticas que a comunidade enfrenta atualmente é a falta de um documento legal que os reconheçam como donos de suas terras, ou seja, a devida titulação. No passado e no presente, os quilombolas de Jussara sobrevivem da agricultura e pecuária de subsistência.

Nesse contexto, pela nossa passagem por lá, e em comparação com as outras comunidades observadas neste estudo, nos surpreendemos com a agricultura desenvolvida por esse grupo especificamente, o cultivo da laranja em grandes quantidades, que é vendida a um 'atravessador' e repassada, na maioria das vezes, para fora do estado, Fortaleza e Recife, dentre outros destinos. Nesse contexto, percebemos que esta atividade econômica tem sido bastante lucrativa para os quilombolas, uma vez que podemos observar os frutos de seu trabalho mostrados com orgulho em suas casas e na melhoria da qualidade de vida de alguns. Veja a ilustração:

IMAGEM 21 – Maquinário para trabalho agrícola.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

A realidade vista nessa comunidade não difere daquela observada em muitas áreas rurais brasileiras, a exemplo disso, temos as moradias que variam entre casas de taipa e de alvenaria e o modo de vida traçado pelos fenômenos da natureza que determinam a hora de acordar, a hora de dormir e, principalmente, as atividades relacionadas à agricultura, momento de plantar e

de colher; e também as atividades relacionadas à pecuária, como o tratamento e a lida com os animais.

O trabalho na terra é o que determina o modo e o ritmo de vida desses quilombolas. Além disso, alguns quilombolas fabricam artesanato. A maioria dos jovens estudam e sonham com um futuro melhor do que aquele que seus pais tiveram. O estilo de vida rural não impede que encontremos elementos da modernidade urbana, tecnológica e pós-industrial associados ao dia a dia dessas pessoas, como a tv, o rádio, carros de grande e pequeno porte, motocicletas, celulares, antenas parabólicas, tudo isso porque o sítio dispõe de energia elétrica.

O que veremos a seguir por meio da ótica fotográfica de Orlando Nascimento é a realidade desses afrodescendentes regrada ao sabor da vida no campo, suas moradias, escola e artesanato. Apesar de Jussara ser uma comunidade quilombola pequena e com poucas famílias, podemos observar também a presença do capitalismo em uma de suas formas mais cruéis – a desigualdade social definida pelo poder de compra que, por sua vez, é determinado pelo trabalho desenvolvido em fragmentos. Ou seja, famílias que por alguma razão se tornaram maiores produtoras de laranja apresentam uma condição de vida notadamente melhor que aquelas que não são ou não produzem laranja. Isto é bastante perceptível nas suas casas, meios de transporte, eletrodomésticos, etc., nos bens de consumo que possuem.

Como moram:

IMAGEM 22 – Casa de Jussara.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

A escola da comunidade se chama Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Correia Barbosa e atende alunos do Fundamental I, com duas salas de aula apenas e uma única professora, num sistema multisseriado. A escola ainda conta com uma gestora que é da cidade e não permanece na comunidade para atender às suas necessidades em tempo integral e o apoio de uma auxiliar de serviços gerais. A escola também tem uma biblioteca que não conhecemos porque nossa visita se deu ao final de semana. É lamentável que essa ainda seja a realidade educacional de muitas comunidades rurais Brasil afora.

IMAGEM 23 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio C. Barbosa.



Fonte: elaboração própria, 2015.

O artesanato de Jussara é de longe uma manifestação artística e cultural de sua herança quilombola, uma vez que tanto o traçado quanto o trabalho com o barro desenvolvido por Muquém tem origem e influência africana. Assim, o que surgiu como objeto utilitário para suprir as necessidades da época em que os quilombolas viviam aquilombados²⁰, acabou configurando-se como objeto decorativo e artesanal.

O resultado desse contato cultural pode ser observado até hoje nessas comunidades por meio de um artesanato, cerâmica e traçado, único com base e origem indígena, mas com claras influências africanas. Vejamos o que nos mostram um pouco do traçado produzido em Jussara:

²⁰ O que nos remete ao tempo de convívio, por volta de 65 anos, entre brancos, negros e indígenas no Quilombo dos Palmares.

IMAGEM 24 – Matéria-prima para a fabricação do artesanato local.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

IMAGEM 25 – Artesanato de Jussara.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

Nas imagens 24 e 25, vemos o material utilizado na produção do artesanato, folha de bananeira e de Pipiri, que passam por processos diferenciados para a confecção das artes. A folha de bananeira geralmente é tingida e traçada em rede enquanto a folha de Pipiri não passa pelo processo de tingimento e, muitas vezes, é traçada à mão sem a necessidade de se utilizar uma rede, como aquela usada por pescadores para a produção de suas redes de pesca e aquela usada por fileseiros para a confecção do filé, por exemplo.

Com esta matéria prima encontrada e extraída da própria comunidade, são produzidas esteiras, abanadores, e toda sorte de artigos de decoração e acessórios, como bolsas, marca-textos, porta-talheres, conjuntos de mesa, etc., além do mais, os quilombolas de Jussara também produzem seu próprio sabão caseiro e artesanal.

Infelizmente a arte produzida em Jussara não é tão conhecida e comercializada quanto a de Muquém, por exemplo, isto na verdade é uma pena porque pelo que podemos observar de perto e até adquirimos algumas peças, podemos comprovar a sua qualidade artística e relevância cultural. Esperamos que, tanto por meio de incentivo governamental e não governamental quanto pela conscientização dos moradores de Santana do Mundaú e cidades circunvizinhas, esse artesanato seja conhecido e valorizado, bem como, tornado popular contribuindo, assim, com o desenvolvimento da vida econômica da comunidade.

4.2.1.4 Comunidade quilombola Mariana

A comunidade quilombola Mariana encontra-se no município de Santana do Mundaú – AL e abriga cerca de 35 famílias, conforme dados do ITERAL. Em nossa passagem por lá, não encontramos elementos diferentes daqueles encontrados em muitos sítios da região ou até mesmo do país, como: energia elétrica; água encanada; casas de taipa e de alvenaria; casa de farinha; galpão comunitário; bar; escola e plantações do que os quilombolas chamam de lavoura branca (mandioca, batata, inhame, mais umas poucas frutas, verduras e hortaliças); além da criação de animais de pequeno porte, sendo que encontramos até mesmo gado e cavalos, em pouca quantidade.

Pela ilustração, vemos um pouco da realidade descrita acima. Trata-se de uma comunidade pequena em termos territoriais e em número e que leva uma vida predominantemente rural. Vejamos:

IMAGEM 26 – Ideia geral da comunidade.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

Como em muitos outros sítios da região, encontramos elementos e comportamentos que simplesmente são perceptíveis em quase todas as comunidades que visitamos: escola, curral, casa de farinha, galpão de artesanato ou de festas, bar, venda, campo de futebol improvisado, imagens de santos da tradição católica, energia elétrica, televisão, rádio, água, encanada ou não, transporte escolar e pessoas bebendo em bares locais, crianças soltas pelo terreiro, mulheres sentadas em rodas de conversa, música alta, pessoas trabalhando na roça e os jovens em idade escolar a caminho ou voltando da escola na cidade.

Com relação à escola, a comunidade apresenta uma escola que é a José Pureza da Silva, atendendo aos alunos do 1º ao 5º ano. Como vemos, a escola apresenta uma estrutura bastante simples.

IMAGEM 27 – Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pureza da Silva.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

Pela Imagem 27, podemos observar que a escola possui apenas uma sala de aula. Dessa forma, os alunos são divididos da seguinte forma: os menores, a partir dos três anos de idade são atendidos pela manhã e os maiores são atendidos à tarde. Quando os alunos concluem o Fundamental I na escola local passam a frequentar escolas da cidade e, para isto, contam com transporte escolar diariamente. E mais uma vez o drama do ensino multisseriado se repete na realidade quilombola.

Embora muitos moradores possuam seu próprio meio de transporte, a comunidade tem à sua disposição um transporte apenas dia de sábado que é usado por moradores para ir até a zona urbana da cidade. Nos outros dias da semana, quem precisar se deslocar deve agir por conta própria. Não há posto de saúde local, assim, quando um quilombola adoece, tem que ligar para a cidade e solicitar socorro médico.

Nessa comunidade, o cultivo da laranja também é uma das principais fontes de renda. A fruta é comercializada por meio de uma cooperativa, e quando a cota chega ao limite – pois, pelo que compreendemos, há um teto para cada produtor; a fruta é repassada para um ‘atravessador’, que compra o excedente a preço baixo para a revenda nos mercados das cidades.

Há duas associações de moradores e só por esse fato já podemos perceber a presença de conflitos e dissonâncias locais no que diz respeito ao futuro da comunidade e aos benefícios que os quilombolas esperam receber por parte do governo. Essa realidade é comum nas comunidades que visitamos. Em Muquém também há duas associações e nas demais a única associação representativa da comunidade também é alvo de muitas críticas por parte dos moradores e geradora de muitos conflitos de ideias e posicionamentos políticos, isto quando ela está ativa.

Segundo relato dos moradores, a comunidade se chama Mariana porque esse era o nome de uma curandeira bastante conhecida no local. Em seus primórdios, a comunidade quilombola era vista com maus olhos pelos vizinhos e os casamentos eram feitos entre primos ou pessoas da própria região, assim ficavam sempre na mesma família. A comunidade sempre sobreviveu da

agricultura e pecuária de subsistência, mas também muitos trabalhadores do local trabalharam/ trabalham no corte de cana e nas lavouras de outros proprietários de terra do local. Muitos homens viajam para trabalhar fora e outros trabalham numa olaria próxima à comunidade.

Ouvindo a voz desses quilombolas, percebemos um misto de orgulho e de muito apego não só à terra, mas à família e à vida no campo, e um tom de reivindicação, de protesto e profunda inquietação por conta dos problemas e das dificuldades diárias enfrentadas por eles. As vidas desses afrodescendentes são todas marcadas pelo sofrimento, pela dificuldade de se colocar comida na mesa e, muitas vezes, pela falta do alimento, mas não só isso, pela falta também de energia e água encanada, no passado; pela dificuldade de locomoção até à cidade por conta da falta de transporte e de estrada apropriada; pela falta de escola e de atendimento médico. A dureza do trabalho na roça para se ganhar não mais do que o pão de cada dia tem feito com que muitos quilombolas viajem e busquem melhores condições de vida. Porém, mesmo assim, há aqueles que não pensam em arredar o pé do sítio porque sua relação com a terra e com o grupo fala mais alto do que os obstáculos que enfrentam diariamente para sobreviver.

4.2.1.5 Comunidade quilombola Gurgumba

A comunidade de quilombo Gurgumba, localizada no município de Viçosa – AL, é composta por 25 famílias e foi certificada em 27 de dezembro de 2010. Curiosamente, essa comunidade se encontra localizada à margem esquerda de uma linha férrea desativada, bem às margens do Rio Paraíba. Segundo alguns historiadores, teria sido nessa região que Zumbi se escondeu após a queda do Quilombo dos Palmares, com o objetivo de organizar um novo motim contra a sociedade escravocrata da época; sendo, porém, não muito tempo depois, capturado e morto. Assim, segundo esta perspectiva histórica, os que ficaram, permaneceram escondidos e organizados nesse quilombo que tem perdurado até os dias de hoje.

Como podemos observar pelas ilustrações, retiradas por Laís de Oliveira, a comunidade é rural e bastante precária. Contudo, o que a lente de nossas câmeras não conseguiu focalizar e pôr em evidência é que boa parte dos quilombolas de Gurgumba não residem mais neste local, mas sim num bairro novo, na periferia da cidade, construído após a enchente de 2010 que também assolou a região, inclusive a comunidade. As casas do lugar foram condenadas pela defesa civil e os quilombolas ganharam casas novas, de alvenaria, nesse bairro novo.

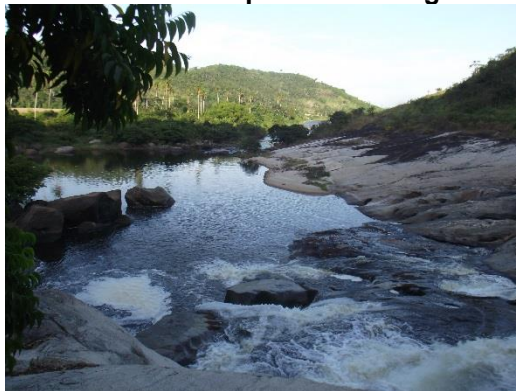
A questão é que algumas famílias resistem até hoje à mudança de moradia porque além do apego à terra e à vida rural ser muito grande, eles também afirmam que não têm condições financeiras de sobreviver na cidade. Pois, como nos disse uma das moradoras entrevistadas durante a pesquisa, no campo eles conseguem plantar, pescar, criar pequenos animais e terem do que se alimentar, além disso, todos se conhecem porque fazem parte da mesma família e se ajudam, mas na cidade seria diferente e eles não estariam preparados para tal mudança. Desse modo, nos deparamos aqui com uma situação semelhante àquela que aconteceu após a abolição da escravidão no Brasil – os negros foram libertos, mas não lhes foram dadas condições de sobrevivência que garantissem a sua dignidade.

IMAGEM 28 – Ideia geral de Gurgumba.



Fonte: Acervo NELING, 2015.

IMAGEM 29 – Rio que banha Gurgumba.



Fonte: Acervo NELING, 2015.

Observando as imagens 28 e 29, percebemos que Gurgumba apresenta muitas desvantagens em relação as outras comunidades vistas até agora, pois não têm escola, nem local para socialização, como galpões de artesanato ou casas de farinha, não tem posto de saúde, nem telefone público, e até mesmo a agricultura e a pecuária de subsistência são pouco significativas em relação ao que visualizamos nos outros quilombos. Além da dificuldade de acesso, principalmente no inverno, a comunidade é cortada por uma linha de trem e margeada por um rio, sem contar nas oscilações de um terreno bastante íngreme, o que dificulta ainda mais o dia a dia desses afrodescendentes e as condições de cultivo de lavouras e criação de animais.

Segundo relato dos moradores, principalmente da representante da comunidade, Zumbi, para sobreviver ao massacre do Quilombo dos Palmares, se escondeu na Serra que segue a linha do trem até embrenhar-se mata à dentro, ali ele viveu e morreu. Conforme a líder da comunidade, até hoje se ouve o som dos tambores vindos daquela região, e é de se estranhar que de uma serra tão alta feito aquela jorre água sem parar durante o ano todo, isso mais parece aos olhos dos quilombolas locais uma espécie de magia ou encantamento feito por seus ancestrais.

O nome da comunidade foi dado pelo pai da representante da comunidade e a Serra se chama Dois Irmãos porque faz referência a dois indígenas que eram irmãos e se mataram por conta de uma paixão inusitada pela mesma mulher. Originalmente a comunidade sobrevivia do cultivo da cana de açúcar que teve de acabar porque os quilombolas não são considerados donos das terras em

que vivem, metade é da rede ferroviária e a outra metade pertence a uma fazendeira da região. Sendo assim, o que restou foi a agropecuária de subsistência e uma vida cheia de lutas e privações.

Por conta dessa difícil realidade, muitos moradores aproveitaram a oportunidade da casa nova dada pelo governo e se mudaram para a cidade, sendo que, das vinte e cinco famílias de Gurgumba, restam apenas onze morando no mesmo local, isto conforme os dados da representante. O depoimento dos moradores denuncia as condições precárias de sobrevivência em que se encontram submetidos e sem previsão de mudança ou expectativas de melhorias.

O acesso à educação só é possível em Paus Brancos, na cidade, para onde as crianças em idade escolar e jovens se deslocam diariamente, caminhando até o começo da comunidade para pegar o ônibus escolar; o atendimento médico só acontece na mesma cidade. Assim, as pessoas que adoecem têm que esperar pela boa vontade de alguns para poderem ser levados até à HUPPA para poderem ser atendidos, isto sem transporte que os conduza ou assistência médica durante o caminho. Além disso, falta trabalho, transporte para a locomoção até à cidade e, muitas vezes, até mesmo o alimento. Sem saneamento básico, os quilombolas fazem suas necessidades em qualquer canto, no meio do mato, arriscando suas vidas e a saúde de toda a comunidade.

Nesse contexto, esperamos que, com este trabalho, essas comunidades ganhem mais visibilidade e atenção por parte dos governos e de entidades não governamentais, no sentido de se colaborar com a melhoria das condições de sobrevivência dessas pessoas que parecem cansadas de lutar contra o mesmo regime escravocrata, no passado e no presente.

Para finalizar, as imagens 30 e 31, que falam por si sós e nos mostram um Brasil esquecido pelo resto dos brasileiros, o lugar social que reservamos àqueles que praticamente construíram este país e lutaram por ideias que perduraram através do tempo.

IMAGEM 30 – Casa de Gurgumba.



Fonte: elaboração própria, 2015.

IMAGEM 31 – Visão panorâmica das casas de Gurgumba.



Fonte: elaboração própria, 2015.

4.2.1.6 Comunidade quilombola Sabalangá

A comunidade de Sabalangá, localizada também no município de Viçosa – AL, é composta por 100 famílias e foi certificada em 27 de dezembro de 2010. Durante nossa passagem por lá, verificamos que se trata de uma comunidade urbana que se aproxima das margens do Rio Paraíba e faz ponte com a comunidade Gurgumba. Nesse contexto, Muquém, em União dos Palmares, apresenta características urbanas, apesar de se localizar numa zona rural; Jussara se encontra dividida entre a zona rural e um bairro urbano de Santana do Mundaú; e Sabalangá é um bairro de Viçosa, como outros que se podem ver nessa cidade.

Sabalangá se encontra localizada num bairro distante do centro da cidade, que parece ser uma zona limítrofe entre a zona urbana e a zona rural da cidade, tanto é que passamos por aqui para se chegar à Gurgumba, comunidade rural. Mesmo sendo um tanto quanto próximas geograficamente, essas

comunidades parecem não manter uma relação muito amigável entre elas, pois os moradores de ambas demonstram uma certa rivalidade e hostilidade mútua.

Essa comunidade tem uma praça comunitária em cujo centro podemos observar a estátua do Padre Cícero, ícone da fé católica do nordestino; uma escola municipal de ensino fundamental I chamada José Aprígio Vilela, que se encontra desativada no momento; uma pequena igreja católica; uma trilha ecológica que leva ao Rio Paraíba e à comunidade Gurgumba; uma subestação de energia elétrica; um posto de segurança atualmente desativado; um posto de saúde que na época de nossa visita estava ainda em construção; e um matadouro público. Além disso, há bares, vendas, e muitas das características urbanas que estamos acostumados a experimentar em nosso dia a dia.

A moradora mais antiga da comunidade, quase uma matriarca e representante local, é uma senhora cheia de graça, com uma memória invejável e uma desenvoltura comunicativa que é difícil de se encontrar até em pessoas mais jovens, isso se deve ao seu amor pela leitura e à educação que recebeu quando jovem.

IMAGEM 32 – Primeiras casas de Sabalangá.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

IMAGEM 33 – Igreja Católica de Sabalangá.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

IMAGEM 34 – Escola Municipal de Ensino Fundamental desativada de Sabalangá.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

IMAGEM 35 – Posto de segurança desativado de Sabalangá.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

IMAGEM 36 – Escola de Sabalanga.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

IMAGEM 37 – Escola Municipal de Artes e Música de Sabalanga.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

IMAGEM 38 – Subestação de Energia.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

IMAGEM 39 – Posto de Saúde em construção de Sabalangá.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

IMAGEM 40 – Matadouro.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

IMAGEM 41 – Local de tratamento de dejetos.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

IMAGEM 42 – Praça Padre Cícero de Sabalangá.



Fonte: Laís de Oliveira, 2015.

Por meio da observação dessas ilustrações, percebemos que a comunidade quilombola Sabalangá apresenta algumas vantagens em relação a outras anteriormente relatadas, como Filús e Gurgumba, por exemplo.

Segundo A.F.E.L, neta da quilombola mais velha da comunidade e representante do grupo, a comunidade é remanescente do Quilombo dos Palmares e antigamente abrigava negros fugidos do regime da escravidão. Seu nome era *Mocambo de Dambrabanga* e suas origens têm aproximadamente duzentos anos. Em seus primórdios, a comunidade era totalmente rural e sobrevivia da cana-de-açúcar. Depois foram surgindo as fazendas e os engenhos na região que, apesar de absorverem a mão-de-obra local, restringiram o modo de vida e o espaço territorial dos quilombolas.

Com saudosismo, A.F.E.L. diz que antes havia muita mata fechada, manifestações culturais, como por exemplo: o guerreiro e o pastoril; os casamentos eram feitos por meio de união consensual, os chamados casamento no cordão, que juntavam um monte de casais para se casarem numa cerimônia ancestral e era comum o casamento entre primos e primas, pois, dessa forma, a terra, os costumes e tradições dos afrodescendentes eram perpetuados.

A colaboradora diz ainda que o nome da comunidade era inicialmente ZALA ZI BANGA, que em Banto quer dizer *lugar do chefe, lugar que esconde o chefe, lugar onde está o chefe* – o que nos remete à presença de Zumbi na localidade depois da queda do Quilombo dos Palmares. Nessa época, sobrevivia-se da agricultura familiar, do corte de cana, da casa de farinha e da

feira local, onde os poucos produtos cultivados eram comercializados. Atualmente não existe mais casa de farinha nem horta comunitária, quase ninguém tem roça e a comunidade sobrevive de outras atividades de pequeno porte e pouco rentáveis.

Em relação à religiosidade, observamos que o catolicismo popular se sobressai enquanto a umbanda desaparece, isto por conta do preconceito até mesmo na própria comunidade, pois os despachos e as danças usadas nos rituais umbandistas eram alvos constantes do medo, da incompreensão e responsáveis pela existência de atritos constantes entre católicos e umbandistas. Nos tempos de hoje, há quase um equilíbrio entre protestantes e católicos, pouquíssimo vestígio de religião de matriz africana, sem contar no desaparecimento de outras manifestações culturais africanas, como o pastoril, o guerreiro, o reisado, a chegada e o coco de roda.

Hoje a comunidade tem mais ou menos 120 famílias, o que contabiliza uma média de 300 pessoas aproximadamente – já que semelhantemente ao que ocorre em todas as outras comunidades, há moradias que abrigam mais de uma família. A escola foi fechada porque, segundo representantes do governo local, não havia aluno suficiente para mantê-la funcionando; também não há atendimento médico na comunidade, porém está sendo construído um posto de saúde. O transporte escolar se faz presente de segunda à sexta em horário de aula, e os moradores pegam carona quando dá, manhã e tarde.

Com relação à moradia, é comum observarmos até hoje casas feitas metade de taipa e a outra metade de blocos ou tijolos, isto por conta das condições financeiras de seus moradores. Há uma associação de quilombolas, mas ela se encontra inativa porque ninguém quer se responsabilizar por sua representatividade.

Segundo os depoimentos coletados e a realidade que observamos, os maiores problemas enfrentados pela comunidade é o desemprego, que atinge principalmente os mais jovens deixando-os em situação de vulnerabilidade social. Além do mais, não há no momento quadra esportiva ou qualquer outro espaço destinado ao lazer, à saúde ou à educação desses quilombolas.

A duras penas, a comunidade tem conseguido promover a Educação de Jovens e Adultos – EJA que funciona na Escola de Música da comunidade, mas os afrodescendentes de Sabalangá reclamam a existência de um supletivo para aqueles jovens que não conseguem ou não conseguiram ainda concluir o Ensino Médio por motivos diversos. Apesar dos desafios, quando se trata de educação quilombola, o incentivo financeiro dado pelo governo em forma de bolsas tem ajudado bastante no sentido de manter os alunos na escola obrigados a apresentar frequência e notas razoáveis.

Conforme A.F.E.L, os quilombolas mais velhos sempre contam uma história de que havia um velho caboclo na comunidade que construiu a igreja atual, só que de uma forma primitiva, construiu utilizando refugo, e a imagem de São José foi colocada ali. Dona M. L. diz que o Coronel José Aprígio Vilela doou as terras para a construção da Igreja de São José, depois veio a Usina Boa Sorte e absorveu mão-de-obra da comunidade.

Este fato histórico, que conseguimos confrontar com a história da cidade e verificarmos de que se trata de um caso verídico, nos remete a um sistema muito comum na época que era o regime de ‘sesmaria’ desenvolvido pelos colonizadores portugueses para a utilização de terras produtivas na produção agrícola.

Nesse contexto, a coroa portuguesa mandava representantes, chamados de ‘capitães-donatários’, para diversas regiões do país, com o objetivo de explorá-las utilizando a mão-de-obra escrava e enviar suas riquezas para Portugal. Por sua vez, os capitães-donatários distribuía as terras de suas capitanias hereditárias a ‘sesmeiros’, que eram uma espécie de funcionários responsáveis pelas atividades agrícolas naquele local específico.

Tal política de povoamento incluía não somente o trabalho e a exploração da terra e dos nativos, bem como dos africanos que para cá foram trazidos com esta finalidade – a de trabalhar na agricultura; mas também a implantação da fé e religiosidade dos colonizadores como forma de controle e dominação social. As consequências desse Período Colonial para o processo de formação do Brasil trouxeram prejuízos imensuráveis até os dias de hoje porque não foram somente

a cultura, a tradição, a língua, a religiosidade e o modo de vida dos indígenas e dos africanos, dizimados e explorados, que foram engolidos; mas, sobretudo, a nossa brasilidade, a nossa humanidade, a nossa dignidade, as nossas memórias, a nossa história.

Em cada sesmaria, era construída uma igreja católica designada a algum santo dessa religião. Os indígenas brasileiros, verdadeiros donos dessas terras, e os africanos escravizados, construtores desse país, eram obrigados a abandonar tudo o que sabiam, tudo o que eram, tudo o que viveram para aprender a língua de seu explorador, assim como, a sua cultura, tradições e religião. Desse modo, perdiam sua identidade, eram obrigados a mudar de nome, de língua, de fé, de vida. O reflexo desse estupro mental, dessa violência social se percebe até hoje nesses povos (e não poderia ser diferente), em suas memórias perdidas, pois a única forma que tinham de manter sua história viva era através da história oral, no esquecimento de suas línguas nativas; nos poucos vestígios que sobraram de sua cultura e tradições; no preconceito sofrido por sua religiosidade; no lugar social que lhes foi dado.

Vivemos em um país que, apesar de não ser mais colônia de exploração de Portugal, ainda dizima seus nativos indígenas quando lhes nega o direito à terra, quando lhes cala, quando lhes mata; em um país que ainda explora e escraviza a população negra quando lhes nega o direito à educação e à vida, lhes submetendo a condições sub-humanas de sobrevivência, segregando-os nas periferias e zonas de risco de todo o país, condicionando-os a uma vida de vulnerabilidade social que, não poucas vezes, leva-os à situação de risco nas ruas, à criminalidade, ao uso de drogas, aos sistemas prisionais de todo país, e, principalmente, a uma vida sem perspectivas.

Nesse contexto, nos remetemos ao Quilombo do Palmares que abrigava indígenas, os donos das terras no local, negros e brancos, todos com suas línguas, religiões, culturas, tradições e modo de vida particulares, mas que, no entanto, conseguiam conviver de forma pacífica entre eles, organizados em uma sociedade bem estruturada, e lutando por um mesmo ideal: pela independência do Brasil em relação a Portugal e pela liberdade de seu povo. Nós, cidadãos brasileiros da contemporaneidade, temos muito o que aprender com esses

quilombolas que, apesar de tanto tempo, nos deram uma lição tão sofisticada de tolerância, respeito às diferenças, e equidade social. Oxalá, possamos honrar todo o sangue derramado no passado e no presente para que nós pudéssemos ter vida hoje como a temos.

4.3 Algumas considerações sobre a realidade de comunidades quilombolas alagoanas

Segundo estudo realizado sobre comunidades quilombolas alagoanas pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG, em 2015, 75% das famílias quilombolas do estado sobrevivem com uma renda per capita de até R\$ 77,00, o que se considera um quadro de extrema pobreza. Isto nos mostra a vulnerabilidade social desse grupo e o quanto é urgente a criação e implementação de políticas públicas voltadas para esse público.

Conforme mesmo estudo, 86,9% das comunidades quilombolas alagoanas estão vivendo dentro da linha de pobreza e pobreza extrema. Apesar de 86% dessa população receber os benefícios do Bolsa Família, 75% ainda fazem parte da linha extrema de pobreza. Com relação à moradia, mais de metade das casas são de alvenaria com revestimento, 72,1%, mas 13,1% das famílias quilombolas ainda vivem em casas de taipa.

De acordo com os dados observados pela SEPLAG, apenas 42,3% da população quilombola têm acesso à água encanada, isto quer dizer que mais da metade desse grupo social não tem contato com a rede de abastecimento de água, o que representa um dado que consideramos alarmante no que diz respeito à saúde pública. Já com relação à cobertura de energia elétrica, as comunidades quilombolas do estado apresentam um percentual de 91,4% de alcance desse benefício, isso graças ao programa “Luz para todos” do governo federal. As comunidades que não foram contempladas por este programa têm que improvisar, utilizando luz de velas, óleo, gás ou querosene.

A SEPLAG aponta como principais doenças encontradas entre os quilombolas a esquistossomose, transmitida pela água de rios, anemia

falciforme, glaucoma, hipertensão, albinismo, câncer de pele, dentre outras. Essa realidade se agrava ainda mais pela falta de atendimento médico frequente nas comunidades, de uma forma geral – uma vez que a maioria das comunidades não tem acesso a nenhum tipo de programa de saúde, e isto é decorrente da falta de visitação de agentes de saúde e das dificuldades de acesso geográfico de muitas comunidades. Desse modo, para obter atendimento médico, muitos quilombolas precisam se deslocar para o posto de saúde ou hospital mais próximo.

Em relação ao uso e abuso de drogas ilícitas, a SEPLAG nos traz uma pesquisa realizada pela Secretaria de Saúde que afirma que 50% dos quilombolas conhecem alguém na comunidade que está se tratando ou já se tratou da dependência química. E as drogas mais usadas pelos quilombolas são: a) o álcool, com 32% dos casos; b) o tabaco, com 32% dos casos; c) a maconha, com 18% dos casos; sem contar no uso de crack, cocaína e cola que, apesar de não serem tão expressivos como os outros, também foram encontrados nas comunidades.

Em se tratando de educação, os dados apontados pela SEPLAG mostram que 34% dos quilombolas alagoanos são analfabetos. O Censo Escolar de 2014 registra a existência de 43 escolas quilombolas, distribuídas em 25 municípios alagoanos, com 8.349 alunos matriculados, mesmo assim 20% dos quilombolas nunca frequentaram uma escola na vida, por motivos que variam entre a falta de permissão dos pais ou do cônjuge, o trabalho na roça ou nos afazeres domésticos.

Conforme relato da SEPLAG, muitas escolas de comunidades quilombolas enfrentam dificuldades que estão relacionadas com questões de toda ordem, como por exemplo: problemas estruturais, falta de água, iluminação insuficiente, limitações em relação à merenda escolar, falta de material didático, falta de profissionais; e isto têm levado, muitas vezes, à desativação de algumas delas. Essa realidade foi constatada por nós durante a pesquisa de campo que realizamos, pois, além de verificarmos a total ausência de escola, como em Gurgumba e Jussara; verificamos também a desativação de algumas, como em Sabalangá e Filús; e, ainda, o funcionamento precário de outras, com um sistema

multisseriado de ensino, como em Mariana, e uma realidade um pouco mais favorável em Muquém.

A um quadro educacional precário, soma-se a escassez de espaços para a prática de atividades artísticas e culturais, bem como, de atividades esportivas. Em relação a isto, a SEPLAG mostra que somente 27% das comunidades quilombolas do estado têm praças para convívio social; apenas 36% das comunidades têm quadras esportivas, cobertas ou não, e 37% da população quilombola afirmam não ter nenhum espaço com estas finalidades. Como podemos ver, isto representa um cenário favorável para a vulnerabilidade da juventude quilombola, tanto em relação à criminalidade quanto ao uso e abuso de drogas – uma vez que os jovens não têm quase nenhuma opção de lazer ou de práticas artísticas e culturais tornando-se, assim, presas fáceis para o vício.

Com relação a suas manifestações artísticas e culturais, além da presença do artesanato, como observado em Muquém e em Jussara, as comunidades desenvolvem atividades relacionadas à dança-afro, coco de roda, samba de coco, guerreiro, capoeira, reisado, banda de pífano, dentre outras. Todas elas revelam sua ancestralidade africana, além da contribuição indígena que teve suas influências durante o Quilombo dos Palmares, onde negros, indígenas e brancos conviveram pacificamente, nos dando até hoje uma lição de cidadania e respeito às diferenças em prol de um bem comum.

As comunidades em geral apresentam localização geográfica distante dos centros das cidades e de difícil acesso, principalmente em períodos de chuva, e mais uma vez justificando aqui que o termo ‘difícil acesso’ não pode ser entendido em termos de ‘isolamento linguístico’ – já que as comunidades, por precárias que sejam, mantêm contato com falantes das zonas urbanas das cidades, têm acesso a televisões, rádios, e algumas, têm acesso até mesmo à internet.

Para cultuar seus mortos a maioria das comunidades recorre aos cemitérios mais próximos, uma vez que não dispõem de cemitérios próprios. Com relação à religiosidade desse grupo, nos deparamos, durante a pesquisa de campo realizada, com a manifestação do catolicismo popular em todas as

comunidades visitadas. A figura do Padre Cícero parece bastante familiar para esse povo e a mistura de entidades negras com entidades da tradição católica se misturam no cotidiano dos fiéis. Além disso, encontramos também a presença de curandeiros, evangélicos e caboclos, pois, uma senhora de Sabalanga afirma ser possuída por uma entidade encantada da mata que remete à influência da religiosidade indígena. Essa riqueza ecumênica é perceptível nas comunidades, mas a supremacia da tradição católica tende a abafar as outras manifestações religiosas – o que era de se esperar, uma vez que a cultura do colonizado tende a se desestruturar diante da cultura do colonizador. Vejamos as imagens:

IMAGEM 43 – Estátua de Padre Cícero.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

IMAGEM 44 – Casa de Oração.



Fonte: Orlando Nascimento, 2015.

Em se tratando de religiosidade e sobreposição de cultura do dominador em relação a cultura do dominado, citaremos abaixo alguns historiadores da trajetória do negro no Brasil sobre o assunto e focaremos em alguns aspectos que consideramos relevantes. Mas antes disso, nos reportamos ao fato de que nessas regiões de quilombos, remanescentes do Quilombo dos Palmares, tivemos uma campanha política de embranquecimento muito grande após a queda do Quilombo e uma intolerância absurdamente cruel a qualquer ajuntamento de negros ou a qualquer fator histórico ou cultural que remetesse aos africanos – isto por conta do receio que os portugueses tinham de novas rebeliões. Desse modo, as religiões africanas foram proibidas e os religiosos perseguidos. Talvez por essa razão as religiões de matrizes africanas sejam alvo de muito preconceito ainda hoje.

Sobre o assunto, Raymundo (193, p16-47), em seu livro *O Negro Brasileiro e outros escritos*, diz:

Com relação ao estudo sobre o sincretismo destaca-se uma observação aos negros da seita mulçumana, altivos e orgulhosos, retraídos em defesa de sua religião, a única superior e verdadeira. Estes são haüçás, fulanis, nupês, adamaüás e iorubas de tribos vizinhas aos afros, a que chamavam *tapas*, os nupês ou ninfês, das margens do Níger, entre o Oxi e o Curita. Como eles também são mulçumanos os bornus ou canuris. Um fato histórico importante é o da insurreição de 6 de janeiro de 1809, na qual haüçás se associaram a iorubas, mas porque eram fiéis da mesma crença; daí por diante, até 1835, eram haüças e iorubas-malês os sublevados.

Os mulçumanos não eram feiticeiros, nem o são; não procedem a bruxedos, são escrupulosos no seu culto e ciosos dele. Observam o rito, as leis, as *otôs*, escritas em tabuas, os *ualás*, e admitem que está protegido o indivíduo que traz à cinta, num breve ou saquitelinho, um *tirá* que é um verso, um conceito ou uma frase alcorânica, escrita em

árabe. É um *grigri* ou amuleto chamado impropriamente de mandinga, e daí a atribuição enganosa de que são bruxos ou feiticeiros.

Em África no exercício de uma religião sua realização típica exhibe personagens, como por exemplo, o onicô que emite labaredas em fochos coruscantes como uma fogueira em posseio (fogo corredor).

No Rio de Janeiro, a sagacidade no conhecimento de *eubá* que é o próprio ioruba, a como língua-geral entre os povos da Costa do Ouro e dos Escravos, até as bocas do Níger, é o fator sugestivo de, maleabilizando a criação de novos termos no jogo de os justaporem, facilmente se nomearem outras tantas entidades sobrenaturais, obra da opulência, de imaginações enfermiças.

Os termos iorubanos, ocorrentes na nomenclatura ritual dos negros muçulmanos, afigura-se que não são indício preponderante para se pensar logo num amalgamismo religioso *jeje-iorubano-muçulmi*. O concurso de termos iorubanos é natural, dado o número de adeptos do norte da Iorúbia; mas os haúças, à par com fulanis, nupês e adamaãs, intervêm com outros termos, quase todos de origem arábica: *açubá, açumi, adiçá (liçá), alicali, alijenu (m), amurê, ladane, lemano (limano), maçalaçi, mangariba, muçulmi, sacá, saia (sala), sará, tirá, etc*

A comprovação de que é tão somente Nzambico nome que os congueses dão à entidade superior das suas cogitações religiosas, está na como generalização desse termo entre outros agrupamentos de bântus, desde o Gabão até Angola, do litoral até o interior penetrando fundamente.

Pelos excertos, os grupos de negros citados eram muçulmanos, adoradores de Alá, seguidores do Alcorão; e não feiticeiros ou dados a mandingas, no sentido de feitiçarias. Possuíam suas crenças, ritos, entidades religiosas e amuletos, como o *grigri* – confundindo com mandinga ou bruxaria. Nos relatos acima, percebe-se claramente a intolerância religiosa do europeu (cristão) em relação à religião dos negros escravizados e a tentativa de criminalizá-la por meio de distorções decorrentes da sua própria ignorância e tirania.

Melo de Araújo (1988) (falta a página), em seu livro *Estudos Sobre o Negro Brasileiro*, afirma:

No século XVII e XVIII, o quilombo designava o reduto religioso, onde se praticavam as cerimônias mágicas. “De Dom Luiz de Mascarenhas, Governador de São Paulo, é um bando expedido da cidade de Santos, datado de 23 de outubro de 1746. No qual autoriza aos capitães de mato e os oficiais de ordenanças a atirar e matar os escravos aquilombados que resistirem à prisão que acharem pretos em quilombos armados estes resistiram, me se não quiserem render e si de outra sorte os não puderem apanhar puderem livremente matar ou ferir, atirando-lhe para esse feito.

Nesse sentido, nos séculos XVII e XVIII, o Quilombo dos Palmares era considerado como um recanto religioso pelas autoridades portuguesas da época, lugar onde se praticavam “cerimônias mágicas”. Mais uma vez, a religiosidade africana é associada à bruxaria, o que provoca receio, medo e intolerância por parte do colonizador cristão – uma vez que tudo o que é considerado ‘mágico’ é também associado ao satanismo; inimigo do cristianismo e, portanto, inimigo dos cristãos. Assim, deve ser eliminado, combatido e superado.

Rodrigues (1977; 40-42), em sua obra *Os Africanos no Brasil*, apresenta o seguinte:

O islamismo organizou-se em seita poderosa; vieram os mestres que pregavam a conversão e ensinavam a ler no árabe os livros do Alcorão, que também de lá vinham importados. Existiam mestres que davam lições e tratavam de organizar a insurreição na qual entravam muitos livros, alguns dos quais dizem serem preceitos religiosos tirados de mistura de seitas, principalmente do Alcorão. O certo é que a religião tinha sua parte na sublevação e os chefes faziam persuadir aos miseráveis que certos papéis os livrariam da morte, de onde vem encontrar-se nos corpos mortos grande porção dos ditos e nas vestimentas ricas e esquisitas que figuram pertencer aos chefes e foram achadas em algumas buscas.

Era natural e de prever que de uma nação assim aguerrida e policiada, possuída, além disso, de um sentimento religioso capaz de grandes empreendimentos como era o islamismo, não poderia fazer passivas máquinas de plantio agrícola a ignorante imprevidência de senhores que se davam por tranquilizados com a conversão cristã dos batismos em massa e deixavam, de fato, aos negros, na língua que os brancos absolutamente ignoravam, inteira liberdade de crenças e de pensamento.

(...) Mas o islamismo, que por toda a parte da África, de inopinadas guerras santas, faz surgir como por encanto impérios e reinos de duração mais ou menos efêmera, era, no fanatismo dos negros, dos camitas e dos seus mestiços, a mola e a origem de todas essas explosões.

Nos excertos, observamos como a religião dos negros fazia temer os colonizadores, no caso aqui o islamismo, por conta da força de suas crenças e das ideias que eram difundidas por seus mestres. O medo do explorador era de uma insurreição, de uma explosão, de uma revolta contra o regime escravocrata da época – uma vez que o islamismo era tido como “um sentimento religioso capaz de grandes empreendimentos”. Assim, a religião dos escravizados era

algo a ser fortemente combatido para a perpetuação do sistema escravocrata vigente.

Querino (1955,p.129), em seu livro *A Raça Africana e os Seus Costumes*, mostra:

A história nos afirma que, muito antes da era cristã, os árabes se haviam introduzido nos sertões do continente negro, e com a maior atividade no século VII. Missionários muçulmanos internaram-se em alguns pontos da África semeando os germens da civilização, abolindo a antropofagia e a abominável prática de sacrifícios humanos.

Pelo que podemos perceber, as religiões dos africanos trazidos ao Brasil na condição de escravos sofreram, ao longo da história, forte influência do islamismo, este, segundo Querino (1955), chegou antes do cristianismo e aboliu dos ritos africanos tanto a antropofagia quanto o sacrifício de seres humanos. Ainda é possível encontrar vestígios de religiões africanas nas comunidades de quilombo investigadas, através do sincretismo religioso por meio da fusão de religiões africanas e do catolicismo popular, com a supremacia desta última, da presença de líderes espirituais, como curandeiros, e de crenças e superstições locais, como o fogo corredor, entidades da mata, dentre outros. Dessa forma, percebemos que a cultura do dominado se desestrutura diante da cultura do dominador, mas busca caminhos alternativos de se manter viva através dos tempos.

Nas próximas subseções, ampliamos o olhar trazendo detalhes sobre o processo de coleta de dados nas comunidades, a realização das transcrições, a codificação e a quantificação dos dados; além de maiores esclarecimentos sobre o trato com o programa R.

4.4 Constituição do *corpus*

Nesta subseção, esclarecemos como se deu a pesquisa realizada com o fim de descrever e analisar os padrões de CV na fala de comunidades de quilombo alagoanas.

Como a Sociolinguística Variacionista, de William Labov, é uma 'linguística do mundo real', nos termos de Almeida e Campoy (2005), seu foco materialista e racionalista reclama a necessidade de trabalho de campo e empirista. Segundo Almeida e Campoy (2005), esse é o princípio básico que define a relevância da coleta de dados para o estudo da variação linguística e delinea o método ou os métodos possíveis e mais acertados para que a coleta de dados seja satisfatória e a amostragem da "comunidade de fala"²¹ estudada seja de fato representativa.

Porém, quando se fala em registro de fala surge uma preocupação empírica que Labov denomina de "paradoxo do observador" (como já vimos) – e que, resumidamente, representa os impactos decorrentes da presença do observador/ pesquisador no processo de coleta dos dados de fala espontânea. Obviamente a presença do pesquisador resulta num certo grau de monitoramento da fala do pesquisado, contudo, como não há outro meio para se coletar o dado a não ser por meio da interação entre ambos, há formas de se minimizar o impacto da presença do observador.

Em complemento ao parágrafo anterior, coletar dados de fala espontânea, de acordo com o pensamento laboviano, é capturar o 'vernáculo', ou seja, a língua que corresponde à fala real do falante em contextos reais de interação. O vernáculo é a língua com a qual compramos o pão, vamos à feira, conversamos com os amigos, discutimos sobre futebol ou política; é a linguagem que permeia as situações mais banais do cotidiano. Porém, como alcançá-la em um contexto tão artificial quanto o processo de coleta? Quando o dado linguístico obtido, na verdade, sempre será o resultado da interação entre pesquisador e pesquisado; como superar o paradoxo do observador?

Com este fim, o texto de Labov (1997, p. 1-4), traduzido para o PB como "Alguns passos iniciais na análise da narrativa", trata de questões básicas sobre o que é uma narrativa, o que compõe o seu corpo estrutural e de que maneira o pesquisador pode se valer desse recurso para contornar o impacto causado por

²¹ Definida conforme Lucchesi (2006) nos termos de Labov (1974), não como semelhança entre o comportamento linguístico dos falantes que a compõem, mas sim como um sistema de avaliação semelhante dos usos linguísticos que eles fazem.

sua presença na coleta de dados de modo a evitar, ou ao menos minimizar, o tal paradoxo do observador.

Nesse texto, o autor começa dizendo da necessidade de se contornar o paradoxo do observador²², que, como vimos antes, consiste no “esforço para observar como os falantes falam quando não estão sendo observados”, desse modo de que forma o pesquisador pode conseguir dados confiáveis se o processo de coleta de dados de fala espontânea em entrevistas programadas individuais face-a-face altera o dado que se tenta investigar, uma vez que a presença do pesquisador pode inibir, constranger, encabular, alterar de uma forma ou de outra o resultado que se espera? Como uma das possíveis soluções parciais a esse paradoxo, o autor aponta o estímulo à produção de narrativas de experiências pessoais como bastante eficaz na tentativa de se conseguir um dado confiável.

Por esse motivo, Labov é levado a compreender tanto quanto possível sobre a estrutura dessas narrativas e como elas são introduzidas nas conversas do dia-a-dia, simuladas nas entrevistas que ele realizava. Dessa forma, Labov (1997) definem narrativa como “a escolha de uma técnica linguística específica para reportar eventos passados”, desse modo, a estrutura formal desenvolvida pelos autores para narrativas orais de experiência pessoal se tornou de grande utilidade na abordagem de diversas situações e tipos de narrativas, incluindo memórias orais, contos tradicionais, novas *avant-garde*, entrevistas terapêuticas e narrativas banais da vida diária.

Para Labov (1997), a narrativa se mostrou como forma privilegiada do discurso que tem um papel principal em quase todas as conversas; como protótipo, ou seja, o exemplo de um evento de fala bem formado, com começo, meio e fim. Daí, Labov segue falando sobre como coletou suas narrativas, com pessoas comuns falando de forma simples, porém, séria sobre experiências de

²² Para pesquisas sociolinguísticas realizadas sobre o PB, não sabemos até que ponto o paradoxo do observador pode ter impacto na coleta de dados – uma vez que, o suposto distanciamento entre pesquisador e pesquisado não parece tão inibidor para falantes brasileiros a ponto de haver controle dos dados de fala espontânea. O que podemos observar nos principais bancos de dados do país, é que não há distinção entre as formas linguísticas utilizadas no começo, no meio ou no fim das entrevistas. Assim, acreditamos que tal paradoxo deve levar em consideração questões mais culturais.

vida e de morte que, muitas vezes, nunca foram contadas antes, em situações de entrevistas sociolinguísticas, para a análise que pretendia fazer.

Segundo esse autor, a análise das narrativas que coletou abrangeu aspectos gerais, como organização temporal e avaliação, mas também considerou os objetivos da relatabilidade, da credibilidade, da objetividade, da causalidade e da atribuição de louvor e de censura. Ainda conforme Labov (1997), “uma narrativa de experiência pessoal é o relato de uma sequência de eventos que teve lugar na biografia do falante por uma sequência de sentenças que corresponde à ordem dos eventos originais.”

Assim, para Almeida e Campoy (2005), o preparo para a coleta de dados dessa natureza deve abranger três questões básicas: a) a vantagem e a importância de se selecionar falantes nativos da comunidade de fala pesquisada ou que tenha familiaridade com ela; b) a importância do pré-teste que seria uma espécie de simulado prévio do tipo de coleta que se pretende realizar e descreve o tipo de participação possível que o investigador pode ter no processo de coleta de dados: mero participante; participante como observador oculto e observador como participante e c) a necessidade de se estabelecer um primeiro contato com o colaborador da pesquisa para garantir melhores resultados na coleta final de dados.

Almeida e Campoy (2005), discorrem sobre métodos que os linguistas podem utilizar para o processo de coleta de dados de acordo com o objeto de estudo e os objetivos da pesquisa. Dentre os apresentados pelos autores, delimitamos a coleta de dados por meio da ‘amostragem aleatória’, na qual a escolha dos colaboradores é baseada na casualidade e cada habitante da comunidade de fala pesquisada tem exatamente a mesma chance de ser selecionado para compor a amostragem representativa das categorias (fatores condicionantes sociais) propostas para a pesquisa. Para esta análise, foram demarcadas duas categorias sociais: *sexo* (masculino e feminino) e *idade* (de 15 a 30 anos; de 31 a 50 anos e de 51 anos em diante).

Ainda sob a orientação dos autores acima, elaboramos para esta investigação:

- Uma ‘ficha pessoal de trabalho’ (que chamamos de ‘ficha pessoal do colaborador’, conferir em Anexo 1) para a captura de informações essenciais, como: nome, idade, sexo, local de origem, escolaridade, profissão e tempo da entrevista;
- Um ‘roteiro-guia’, com perguntas-chave sobre a comunidade de fala e a vida pessoal do colaborador na tentativa de levá-lo ao vernáculo, conferir em Anexo 1;
- O tipo de pesquisa chamado de ‘pesquisa presencial’ por meio de ‘entrevistas individuais programadas’ (gravadas e estruturadas para registrar o comportamento sociolinguístico do colaborador);
- O tipo de observação denominado de ‘observação participante’ (pesquisa de campo) e ‘espontânea’ (entrevista individual programada com fala casual e espontânea).

Com a demarcação do tamanho da amostragem representativa, tendo o *corpus* de Moura (2009) – composto por 12 entrevistas individuais programadas, gravadas e transcritas ortograficamente; como modelo para a ampliação da pesquisa nas outras comunidades da Região Serrana dos Quilombos e da Região do Planalto da Borborema – Alagoas (Filús, Jussara, Mariana, Gurgumba e Sabalangá). Desse modo, construímos um banco de dados com 72 entrevistas, 12 de cada comunidade, utilizando como critérios de seleção de colaboradores: o fator social sexo e o fator social idade. Vejamos a exemplificação desse processo:

Tabela 4: Tabela de estratificação da amostra.

Sexo	Idade	Colaboradores por célula	Total de colaboradores da amostra
Muquém			
I – masculino	Faixa I	2 colaboradores	
II – masculino	Faixa II	2 colaboradores	
III – masculino	Faixa III	2 colaboradores	
I – feminino	Faixa I	2 colaboradores	
II – feminino	Faixa II	2 colaboradores	
III – feminino	Faixa III	2 colaboradores	
			12 colaboradores
Filús			
I – masculino	Faixa I	2 colaboradores	
II – masculino	Faixa II	2 colaboradores	

III – masculino	Faixa III	2 colaboradores	
I – feminino	Faixa I	2 colaboradores	
II – feminino	Faixa II	2 colaboradores	
III – feminino	Faixa III	2 colaboradores	
			12 colaboradores
Jussara			
I – masculino	Faixa I	2 colaboradores	
II – masculino	Faixa II	2 colaboradores	
III – masculino	Faixa III	2 colaboradores	
I – feminino	Faixa I	2 colaboradores	
II – feminino	Faixa II	2 colaboradores	
III – feminino	Faixa III	2 colaboradores	
			12 colaboradores
Mariana			
I – masculino	Faixa I	2 colaboradores	
II – masculino	Faixa II	2 colaboradores	
III – masculino	Faixa III	2 colaboradores	
I – feminino	Faixa I	2 colaboradores	
II – feminino	Faixa II	2 colaboradores	
III – feminino	Faixa III	2 colaboradores	
			12 colaboradores
Gurgumba			
I – masculino	Faixa I	2 colaboradores	
II – masculino	Faixa II	2 colaboradores	
III – masculino	Faixa III	2 colaboradores	
I – feminino	Faixa I	2 colaboradores	
II – feminino	Faixa II	2 colaboradores	
III – feminino	Faixa III	2 colaboradores	
			12 colaboradores
Sabalangá			
I – masculino	Faixa I	2 colaboradores	
II – masculino	Faixa II	2 colaboradores	
III – masculino	Faixa III	2 colaboradores	
I – feminino	Faixa I	2 colaboradores	
II – feminino	Faixa II	2 colaboradores	
III – feminino	Faixa III	2 colaboradores	
			12 colaboradores
Total geral de colaboradores das comunidades			72 colaboradores

Fonte: elaboração própria, 2020.

Na Tabela 4, vemos que a coleta de dados seguiu rigorosamente o padrão adotado em Muquém, apesar de terem sido realizadas em momentos diferentes (2009 e 2015, respectivamente) e por pesquisadores diferentes. A coleta de 2009 feita em Muquém foi realizada pela equipe de alunos do Programa de Estudos Linguísticos (PRELIN) da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sob a orientação da profa. Dra. Denilda Moura.

Já a coleta de 2015, feita nas demais comunidades da Região Serrana dos Quilombos e na cidade de Viçosa que se localiza na Região do Planalto da Borborema, em Alagoas, foi realizada por alunos do Núcleo de Estudos Linguísticos (NELING) do Curso de Letras da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), sob nossa orientação e supervisão.

Para este fim, foram selecionados colaboradores com maior conhecimento das origens e da história de sua comunidade, incluindo os representantes de cada comunidade e os anciãos. Além disso, para o critério “sexo” foram delimitados, masculino e feminino; para o critério “idade” foram selecionadas três faixas etárias, identificadas na tabela 11 como: Faixa I, correspondente à fase jovial, de 15 a 30 anos; Faixa II, correspondente à fase adulta, de 31 a 50 anos; e Faixa III, correspondente à fase idosa, de 51²³ anos em diante.

Delimitados os critérios de inclusão de colaboradores dispostos acima, estipulamos também os critérios de exclusão de colaboradores, que abrangia todos aqueles que não se enquadrassem nesse perfil. Além disso, quilombolas que tivessem passado mais de 5 anos fora de sua comunidade ou que viajassem com certa frequência para outros estados e passassem intervalos de tempo fora; e moradores que não nasceram na comunidade, chegando lá para fixar residência já na fase jovem ou adulta, não foram selecionados para esta análise.

Assim, os critérios de inclusão dos participantes desta pesquisa são os seguintes: a) estar em conformidade com o perfil de informante que delimitamos na tabela da figura 11; b) não ter se afastado da comunidade de origem por mais de 5 anos; c) não viajar frequentemente para outros estados passando intervalos de tempo fora; e d) não ter chegado na comunidade para fixar moradia já na fase jovem ou adulta.

Nessa conjuntura, a pesquisa de campo foi realizada com o auxílio do material seguinte: a) ficha pessoal do colaborador, b) roteiro-guia, c) termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE), c) gravadores e reprodutores de voz

²³ A delimitação de 51 anos em diante para a fase 3 (idoso) deu-se para padronizar a coleta de 2015 com a coleta de 2009.

Mobi, d) filmadora Sony Handycan Full HD, e) câmera semiprofissional NiKon e f) tripé Universal Fotográfico.

As visitas à cada comunidade foram agendadas com antecedência através do contato entre nós, pesquisadores, e eles, os pesquisados. Para pesquisa de campo em cada comunidade foi selecionada uma equipe de pesquisa diferente do NELING, com alunos divididos entre a atividade de coleta de dados de fala espontânea e a atividade de coleta de imagens para o material audiovisual – com o objetivo posterior de realizar um documentário sobre a história dessas comunidades e o modo como os quilombolas vivem hoje.

Desse modo, a coleta de dados de fala foi feita a partir do uso de ‘narrativas pessoais’, entre 2009 e 2015, aproximadamente 1152 min e 2159 seg de gravação de fala espontânea (com uma média de 10 min por gravação) em 72 entrevistas individuais programadas, de uma população de mais ou menos 354 famílias de moradores dessas comunidades – material que consideramos satisfatório para esta análise.

De posse do roteiro-guia para as entrevistas, das fichas pessoais dos colaboradores e dos termos de consentimento livre e esclarecido – exigidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (CEP-UFAL), além dos equipamentos necessários como, gravadores, filmadora, câmera digital, tripé e caderno de anotações, a pesquisa de campo ou linguística de campo foi realizada, conforme descrito abaixo:

- Primeiro, a abordagem de colaboradores que pudessem preencher as células delimitadas na figura 11 – respeitando o sexo e a idade pré-selecionados, assim como, a quantidade de falantes por categoria, dois; com esclarecimentos básicos sobre a pesquisa em andamento, seguido do consentimento (ou não) do informante por meio da assinatura do termo de concordância em participar da pesquisa;
- O segundo passo foi o preenchimento da ficha com informações pessoais sobre o colaborador, como nome, idade, local de origem, escolaridade, profissão e etc.;

- Por fim, com o roteiro-guia em mãos e o gravador ligado, a entrevista individual programada tinha início, sem delimitação de tempo ou espaço, na tentativa de deixar o falante colaborador o mais à vontade possível para a concessão dos dados.

4.5 Transcrição, codificação e quantificação dos dados

As primeiras comunidades de quilombo selecionadas para a coleta de dados foram Jussara, Mariana e Filús, no município alagoano de Santana Mundaú, respectivamente nessa ordem; e as últimas foram Gurgumba e Sabalangá, na cidade de Viçosa – AL. Para a composição do *corpus* foi necessário uma média de duas visitas por comunidade, realizadas no primeiro semestre de 2015.

O ‘armazenamento’ dos dados coletados, feito após a realização da coleta em cada comunidade, se deu através da criação de pastas no computador nomeadas de acordo com a nomenclatura adotada neste trabalho, conforme modelo abaixo:

Quadro 3: Quadro da nomenclatura adotada nesta pesquisa para o armazenamento de dados de fala espontânea das comunidades quilombolas.

Comunidade	Sexo	Idade	Ano de coleta
MU – Muquém	F – Feminino	J – Jovem	2009
JU – Jussara	M – Masculino	A – Adulto	2015
MA – Mariana		I – Idoso	
FI – Filús			
GU – Gurgumba			
SA – Sabalangá			

Fonte: elaboração própria, 2020.

Assim, conseguimos pôr em destaque as informações básicas necessárias para o posterior tratamento dos dados. Nesse contexto, compusemos o banco de dados com os arquivos de áudio (voz) coletados, por meio da “etiquetagem” acima, com o objetivo de podermos fazer uma leitura imediata e resumida das informações essenciais sobre cada colaborador da pesquisa, vejamos os exemplos abaixo:

FIFI2015A (esse colaborador é da comunidade **Filús (FI)**; do sexo **Feminino (F)**; **Idosa (I)**; a sua coleta foi realizada em **2015**; o A ou B final serve para dizer que essa é a colaboradora **A** com esse perfil num conjunto de dois colaboradores).

FIFI2015B1 (esse colaborador é da comunidade **Filús (FI)**; do sexo **Feminino (F)**; **Idosa (I)**; a sua coleta foi realizada em 2015; o A ou B final serve para dizer que essa é a colaboradora **B** com esse perfil num conjunto de dois colaboradores e o número **1** serve para dizer que essa entrevista é dividida em duas partes: parte 1 e parte 2).

Como se pode ver nos exemplos, a identificação prévia auxilia o pesquisador no momento da transcrição e da construção do banco de dados composto por todo o material selecionado conforme os objetivos da pesquisa. Dessa forma, vejamos no Quadro 4 de que maneira foram organizadas as pastas com os arquivos de áudio:

Quadro 4: Quadro de organização das pastas dos arquivos de áudio.

MUQUÊM	JUSSARA	MARIANA
MUFJ2009A	JUFJ2015A	MAFJ2015A
MUFJ2009B	JUFJ2015B	MAFJ2015B
MUFA2009A	JUFA2015A	MAFA2015A
MUFA2009B	JUFA2015B	MAFA20105B
MUFI2009A	JUFI2015A	MAFI2015A
MUFI2009B	JUFI2015B	MAFI2015B
MUMJ2009A	JUMJ2015A	MAMJ2015A
MUMJ2009B	JUMJ2015B	MAMJ2015B
MUMA2009A	JUMA2015A	MAMA2015A
MUMA2009B	JUMA2015B	MAMA2015B
MUMI2009A	JUMI2015A	MAMI2015A
MUMI2009B	JUMI2015B	MAMI2015B
FILÚS	GURGUMBA	SABALANGÁ
FIFJ2015A	GUFJ2015A	SAFJ2015A
FIFJ2015B	GUFJ2015B	SAFJ2015B
FIFA2015A	GUFA2015A	SAFA2015A
FIFA2015B	GUFA2015B	SAFA2015B
FIFI2015A	GUFI2015A	SAFI2015A
FIFI2015B1	GUFI2015B	SAFI2015B
FIFI2015B2	GUMJ2015A	SAMJ2015A
FIMJ2015A	GUMJ2015B	SAMJ2015B
FIMJ2015B	GUMA2015A	SAMA2015A

FIMA2015A	GUMA2015B	SAMA2915B
FIMA2015B	GUMI2015A	SAMI2015A
FIMI2015A	GUMI2015B	SAMI2015B
FIMI2015B		

Fonte: elaboração própria, 2020.

Partindo dessa organização inicial, adotamos as ‘convenções de transcrição’ usadas pelo PRELIN na coleta de Moura (2009), que seguem os critérios propostos pela equipe do Groupe Aixois de Recherches en Sociolinguistique (GARS), dirigido por Claire BLANCHE-BENVENISTE e adaptada para o português brasileiro – que basicamente orientam:

- a transcrição da fala do colaborador o mais fiel possível, evitando-se sinais de pontuação, com exceção do ponto de interrogação (?);
- a demarcação da fala do pesquisador (na qualidade de entrevistador) e da fala do informante, bem como da fala de eventuais terceiros;
- e a utilização de alguns poucos símbolos, como (xxx) para se demonstrar a incompreensão da palavra ou trecho dito e (a:/ a::/ a:::) para se descrever pausas e alongamentos de vogais do falante.

Realizamos ‘transcrições do tipo ortográficas’ dos dados de fala espontânea com o auxílio do PRAAT, que é um software aberto utilizado em análise e síntese da fala desenvolvido pelos linguistas Paul Boersma e David Weenink, do Departamento de Fonética da Universidade de Amsterdã, cujo principal foco é a análise sonora, através de parâmetros como frequência, comprimento de onda, decibéis, etc.; apesar de o fenômeno em estudo ser de ordem sintática e não de origem fonética, optamos pelo uso deste programa na tentativa de garantir uma melhor qualidade e confiabilidade aos dados transcritos.

O ‘banco de dados’ foi montado com a utilização do programa computacional Excel, organizado em linhas e colunas que, da esquerda para a direita, mostram informações sobre:

- a **ORDEM** da sentença selecionada para análise no *corpus*;
- a **COMUNIDADE** a qual o falante da sentença pertence, dentre as seis selecionadas para estudo;

- os dados individuais sobre cada colaborador (conforme ilustrado na figura 17) numa coluna chamada **ENTREVISTADO**, ou seja, a descrição dos fatores sociais de cada falante, como comunidade, sexo e idade;
- o **INÍCIO** e o **FIM** da sentença na entrevista concedida;
- a variável dependente **CONCORDÂNCIA** com duas possibilidades de variação;
- a coluna **VERBO** seguida da coluna **VERBO 1**, a primeira como ‘variável contínua’ com sintagmas verbais simples e compostos conjugados tal como na sentença em que foram produzidos, e a segunda com o verbo principal no infinitivo para delimitar a ‘saída lexical da sentença’;
- o **SEXO** do falante, com duas possibilidades;
- a **IDADE** do falante, com a delimitação de três faixas-etárias;
- a variável amalgamada **PE** (posição do sujeito e elementos intervenientes), com três categorias de análise;
- a variável ‘concordância nominal no sujeito’ na coluna chamada **CNSUJEITO**, com três contextos variáveis;
- a variável ‘saliência fônica’, com duas possibilidades de ocorrência, na coluna chamada **SALIÊNCIA**;
- a variável agrupada **PN** (pessoa e natureza do sujeito), com cinco contextos linguísticos;
- e, por fim, a sentença inteira transcrita tal como o falante a produziu, na coluna denominada **FRASE**.

O processo de ‘codificação’ é utilizado em Sociolinguística para identificar a ocorrência de cada fator, linguístico ou social, dentro dos grupos de fatores destacados para análise, na tentativa de viabilizar o processo de quantificação dos dados – feito com o auxílio de programas matemáticos e computacionais. Assim, o método consiste na preparação dos dados por meio da criação de códigos para que possam ser lidos pelo pacote de programas estatístico.

Dito de outro modo, tal processo consiste em se atribuir símbolos/ rótulos aos fatores selecionados para análise, dentre os quais os mais comuns são letras e números, para “etiquetar” a ocorrência de cada um deles dentro do banco de dados, isto com a finalidade de criar rotinas que possam ser compreendidas

pela linguagem estatística adotada pelos programas computacionais utilizados na Linguística para testagem de dados, como: número de ocorrência, porcentagem, p-valor, peso relativo, e etc. Com este fim, codificamos os fatores da variável dependente e das variáveis independentes, linguísticas e sociais, conforme descrito:

Quadro 5: Quadro de codificação das variáveis.

CONCORDÂNCIA	COMUNIDADE	SEXO	IDADE
0 - sem concordância	FILÚS GURGUMBA	F - feminino M - masculino	J - jovem (de 15 a 30 anos)
1 - com concordância	JUSSARA MARIANA MUQUÉM SABALANGÁ		A - adulto (de 31 a 50 anos) I - idoso (de 51 anos em diante)
POSIÇÃO	ELEMENTOS	PE	PESSOA
Antes Depois	Sem A - sujeito imediatamente anteposto Com B - sujeito anteposto com um elemento (palavra) C - sujeito anteposto com dois elementos D - sujeito anteposto com três elementos E - sujeito anteposto com quatro elementos ou mais F - sujeito posposto sem e com elementos	1 - sujeito anteposto e próximo do verbo (com no máximo dois elementos entre eles) 2 - sujeito anteposto e distante do verbo (com três elementos entre eles ou mais) 3 - sujeito posposto nos contextos próximo e distante	E - terceira pessoa do plural N - primeira pessoa do plural S - substantivo V - vocês
NATUREZA	PN	CNSUJEITO	SALIÊNCIA
N - quantificadores P - pronome S - substantivo (sujeito simples e composto)	Pe - pronome eles/elas Pn - pronome nós Pv - pronome vocês Q - quantificadores Ss - substantivo (sujeito simples e composto)	1 - com concordância 2 - sem concordância 3 - não se aplica	Mais - todos os contextos do nível 1 (oposição não-acentuada) Menos - todos os contextos do nível 2 (oposição acentuada)
ESCOLARIDADE			
Nível A – de 0 a 5 anos de			

escolarização
formal
Nível B – de 6 a 10
anos de
escolaridade
Nível C – de 11
anos em diante de
escolaridade

Fonte: elaboração própria, 2020.

Ao observarmos o Quadro 5, verificamos o caso de variação em análise – concordância verbal no português brasileiro falado em comunidades quilombolas alagoanas. Na coluna identificada como CONCORDÂNCIA, com duas possibilidades de realização: (0), para variante zero e (1), para variante explícita, conforme os exemplos:

(a) Variante zero (0):

“AS casaS antigamente era0 de taipa” [GUFA2015A]

“OS morto0 aparecia0 para as pessoa assim” [GUFJ2015A]

(b) Variante explícita (1):

“MinhaS meninaS moraM tudo em Maceió” [FIFI2015A]

“Mais aS menina0 não quisERAM” [FIFA2015B]

Conforme visto, há variação entre variante zero (a) e variante explícita (b) nas sentenças produzidas pelos quilombolas investigados, isto porque a variável dependente em estudo é uma variável binária, com duas possibilidades de realização fonética. O objetivo é verificar em que contextos ocorre a variante padrão e em que contextos ela não ocorre, além de averiguar em que aspectos podemos atribuir o comportamento sintático de CV dos quilombolas investigados à contribuição de línguas africanas para o processo de formação do PB.

Na sequência, vem as três variáveis independentes sociais que entraram na análise estatística: COMUNIDADE, seis ao todo; SEXO, dois; e IDADE, dividida em três faixas etárias. A primeira delas será testada com a finalidade de se verificar se o percentual de concordância verbal é uniforme ou varia de comunidade para comunidade, e se há comunidade(s) que faz(em) mais concordância que outras – levando-se em consideração as diferenças socioeconômicas e culturais entre elas.

A variável SEXO é sempre levada em consideração em trabalhos sociolinguísticos com o intuito de verificar se homens e mulheres apresentam comportamentos linguísticos semelhantes ou distintos em relação ao fenômeno observado – já que, de acordo com a literatura sociolinguística, o comportamento linguístico das mulheres geralmente difere do comportamento linguístico dos homens, pois, conforme Labov (2006) as mulheres tendem a estar à frente da mudança linguística quando a variante inovadora não sofre estigma social e tendem a preferir a variante conservadora quando esta é também a variante que goza de prestígio social.

Com relação à IDADE, outra variável muito estudada em sociolinguística, é importante testar o comportamento linguístico das diferentes faixas etárias (jovem, adulta e idosa) para averiguar se o processo analisado aponta para um caso de variação (coexistência de duas ou mais variáveis num mesmo sistema linguístico -sincronia) ou de mudança em curso (vitória e implementação na língua de uma das variantes concorrentes em detrimento da(s) outra(s) - diacronia).

A variável ESCOLARIDADE, em último lugar no quadro, com três categorias de análise: de zero a cinco anos de escolarização, de seis a dez anos de escolarização e de onze anos em diante de escolarização; é considerada bastante relevante nesse tipo de estudo. O objetivo aqui é o de testar o papel da escolarização formal no comportamento linguístico dos falantes, no que se refere à escolha por variantes padrão ou variantes não-padrão.

Apesar de o grupo de fatores escolaridade não entrar na análise estatística proposta (pelos motivos explicitados na seção anterior), ela faz parte de uma análise qualitativa à parte com o propósito de verificar a relação entre os níveis de escolaridade das comunidades e o comportamento sintático de CV.

Em seguida, apresentam-se as variáveis independentes linguísticas ligadas ao SN-sujeito: em primeiro lugar, a *posição do sujeito em relação ao verbo* (POSIÇÃO) com duas possibilidades de aplicação, antes e depois, com o intuito de averiguar em qual das duas posições a concordância ocorre com mais frequência e qual será a relevância estatística ou não dos fatores testados para

a variável dependente. O esperado é que em respeito a ordem canônica da sentença em PB, SVO, sujeitos antepostos condicionem a variante padrão.

Em segundo lugar, vem *elementos intervenientes entre sujeito e verbo* (ELEMENTOS), dividido em dois contextos, ‘sem elementos intervenientes’ e ‘com elementos intervenientes’, sendo que o segundo contempla cinco categorias, na tentativa de contabilizar a quantidade de elementos que distanciam sujeito de verbo (de um a quatro ou mais elementos); isto para identificar o grau de proximidade e distanciamento entre os dois elementos centrais da sentença e suas implicações para a aplicação da concordância verbal – esperando que sujeitos imediatamente próximos dos verbos seja o contexto mais relevante para o condicionamento da variante padrão.

A variável posterior é o resultado da união entre o grupo de fatores POSIÇÃO e o grupo de fatores ELEMENTOS amalgamados na variável PE, divididos em três possibilidades, duas com sujeito anteposto (próximo e distante do verbo) e uma com sujeito posposto (próximo ou distante do verbo), isto na tentativa de verificar se fatores de uma variável podem estar interferindo na relevância estatística de fatores da outra variável. Assim, é comum agrupar variáveis semelhantes para testar se elas respondem melhor ao problema investigado juntas ou sozinhas. Desse modo, esperamos que o contexto sujeito anteposto e próximo do verbo seja o mais significativo para o condicionamento da variante padrão.

Continuando, a variável PESSOA, com quatro aplicações possíveis (terceira pessoa do plural, primeira pessoa do plural, substantivo e pronome vocês na posição de sujeito), que pretende analisar a relação número-pessoa entre verbo e sujeito na tentativa de verificar qual ou quais contextos se demonstrará/ demonstrarão estatisticamente relevante(s) para o processo variável de CV, ou seja, para a aplicação da concordância. Conforme reza a literatura linguística, esperamos que sujeitos preenchidos pronominalmente sejam o contexto mais relevante para o condicionamento da variante padrão.

A variável NATUREZA se refere ao tipo de sujeito da sentença, entre sujeitos simples e compostos, constituídos de substantivos, pronomes ou

quantificadores – isto com o objetivo de examinar qual ou quais dos três contextos selecionados é/são mais favoráveis para a aplicação da concordância. Entre sujeitos simples e compostos nucleados por quantificadores, pronomes e substantivos, esperamos que a segunda categoria seja significativa para o condicionamento da variante padrão por representar uma tendência do falante brasileiro de preencher o sujeito pronominalmente.

A variável PN é, na verdade, um agrupamento das variáveis anteriores, PESSOA e NATUREZA, para testar qual delas será mais significativa estatisticamente para o processo em estudo, pessoa e natureza sozinhas ou amalgamadas. Caso as variáveis POSIÇÃO, ELEMENTOS, PESSOA e NATUREZA sejam consideradas estatisticamente mais significativas para o processo em estudo sozinhas do que amalgamadas, elas deverão ser mantidas no modelo que melhor explica o comportamento linguístico da variável dependente na fala dos afrodescendentes investigados. Do contrário, se as variáveis agrupadas PE e PN se demonstrarem mais significativas para o processo, as variáveis isoladas deverão ser excluídas.

Nesse contexto, a nossa expectativa é a de que as variáveis posição e elementos amalgamadas na variável PE seja mais relevante para o fenômeno sociolinguístico de CV – uma vez que o fator ‘sujeito antes’ se entrecruza com o fator ‘imediatamente próximo do verbo’ para desenhar o conjunto mais favorável para a variante explícita; assim como, as variáveis pessoa e natureza agrupadas na variável PN, com o contexto ‘pronomes na posição de sujeito’ sendo o principal favorecedor da variante padrão.

A variável *concordância nominal no sujeito* (CNSUJEITO) que apresenta três possibilidades de realização: com, sem e não se aplica, será testada com a finalidade de averiguarmos se a presença de concordância no SN-sujeito leva à presença de concordância na relação verbo-sujeito, corroborando a premissa linguística de que ‘marcas levam a marcas’.

E, por fim, temos a única variável independente linguística relacionada ao verbo que é a saliência fônica (SALIÊNCIA), princípio que se constitui pela diferença na quantidade de elementos fônicos na relação singular/ plural dos

verbos. Assim, eles podem ter diferentes níveis de saliência que oscilam entre as posições mais salientes e menos salientes, ou seja, com maior ou menor número de diferenças no que concerne aos elementos fônicos entre sua forma singular e sua forma plural.

Das duas categorias selecionadas para esta variável, verbos mais salientes (maior quantidade de elementos fônicos na relação singular/plural) e verbos menos salientes (menor quantidade de elementos fônicos na relação singular/plural), supomos que aqueles que apresentam mais saliência são também os mais perceptíveis foneticamente pelos falantes e, portanto, são mais condicionantes da variante padrão que é a aplicação da concordância.

4.6 A variável escolaridade – uma análise à parte

A variável social ‘escolaridade’ bastante estudada em trabalhos sociolinguísticos e considerada relevante para diversas análises sobre processos do PB, inclusive sobre o fenômeno variável de concordância verbal, não pode ser contemplada nesta pesquisa em vista da disparidade do nível de escolarização observado nessa população – o que inviabilizou o estudo quantitativo dessa variável nesta investigação. Contudo, a critério de observação, nada impede que façamos uma investigação qualitativa à parte desse fator. De acordo com essa perspectiva, analisemos a Tabela 5:

Tabela 5: Tabela da variável escolaridade por comunidade quilombola.

Comunidade	Escolaridade nível A	Escolaridade nível B	Escolaridade nível C	Total geral
Muquém	6	4	2	12
Filús	12	---	---	12
Jussara	9	3	---	12
Mariana	7	3	2	12
Gurgumba	9	3	---	12
Sabalangá	5	4	3	12
Total	48	17	7	72

Fonte: elaboração própria, 2020.

Pela visualização da Tabela 5, vemos que, de modo geral, o nível de escolarização dos colaboradores das comunidades investigadas se concentra,

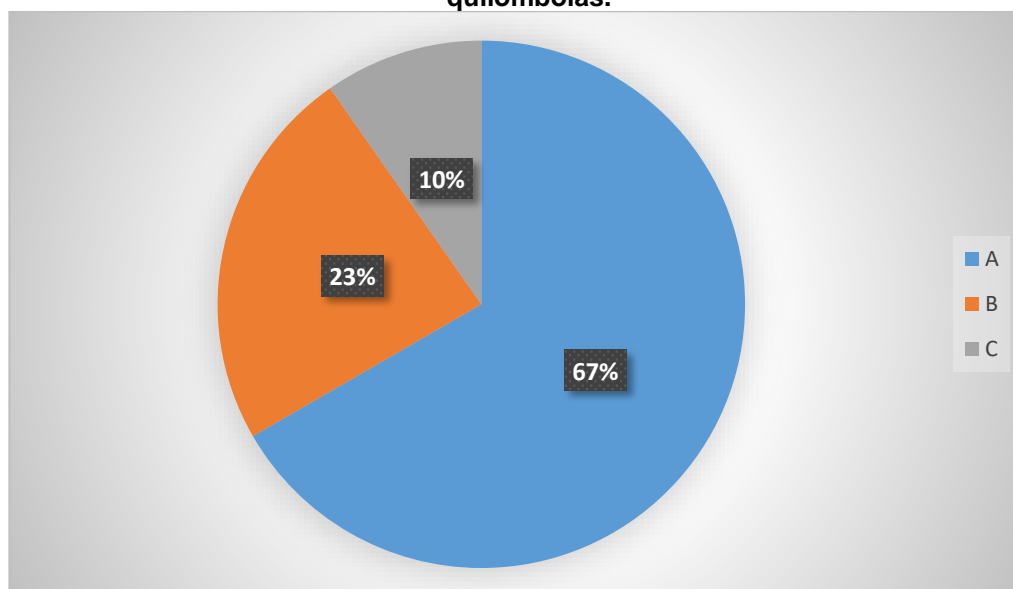
em primeiro lugar, no que identificamos como nível A, com 48 colaboradores ao todo, que corresponde a 0, ou seja, nenhuma escolarização formal até 5 anos de escolaridade no máximo (Ensino Fundamental I, geralmente incompleto). Em segundo lugar, temos o nível B, com 17 colaboradores ao todo, e que corresponde a no mínimo 6 e no máximo 10 anos de escolarização, isto é, do Ensino Fundamental II ao primeiro ano do Ensino Médio (incompleto ou em curso). E, por fim, temos o nível C, com apenas 7 colaboradores ao todo, que corresponde a 11 anos de escolarização em diante, a saber, do segundo ano do Ensino Médio (geralmente em curso) em diante.

As comunidades que concentram mais colaboradores nos níveis B (de seis a dez anos de escolaridade formal) e C (de onze anos de escolaridade formal em diante) de escolarização são: Sabalanga, em Viçosa, com 7 colaboradores ao todo, 4 no nível B e 3 no nível C; Muquém, em União dos Palmares, com 6 colaboradores, sendo que 4 se encontram no nível B e 2 no nível C; e Mariana, em Santana do Mundaú, com 5 colaboradores, 3 no nível B e 2 no nível C. Assim, podemos dizer que estas são as comunidades mais escolarizadas desta amostra. Já as comunidades Filús e Jussara, em Santana do Mundaú, e Gurgumba, em Viçosa, são as menos escolarizadas, pois concentram todos os seus colaboradores entre os níveis A e B, com ênfase no nível A.

Com um nível de escolaridade tão elementar, fica claro o caso de violência social vivido por esses quilombolas, com o direito à educação negado ou relegado a contextos que se concentram nos cinco primeiros anos de escolaridade formal, no máximo, e dificilmente ultrapassam os doze anos de escolarização. Por ocasião da coleta de dados, via de regra nos deparamos com escolas defasadas; profissionais, em sua maioria, despreparados; e um sistema educacional multisseriado – fatores que contribuem para a perpetuação de injustiças e desigualdades sociais dessa natureza.

Para uma melhor visualização de como essa categoria se comporta nas comunidades estudadas, vejamos o Gráfico 2:

Gráfico 2: Gráfico do percentual do nível de escolaridade das comunidades quilombolas.



Fonte: elaboração própria, 2020.

Pela apreensão do Gráfico 2, vemos que 67% da população estudada têm um baixíssimo nível de escolaridade, que vai de 0 a 5 anos de escolarização formal no máximo; 23% dos quilombolas têm o Ensino Fundamental II completo ou cursando, rumo ao Ensino Médio; e, 10% de nossa amostragem tem o Ensino Médio completo ou em curso. Daí depreende-se a desigualdade do nível de escolaridade apontada anteriormente como principal barreira contra a utilização da variável “escolaridade” nesta análise – uma vez que inviabiliza a composição de células, nos moldes da Sociolinguística Variacionista Laboviana.

Em conformidade com a problemática disposta acima, apontada pelas informações obtidas por meio das fichas pessoais dos colaboradores, nos interessamos em verificar o comportamento dos fatores “sexo” e “idade” correlacionados ao fator escolaridade a fim de averiguar se eles agregam elementos complementares à esta investigação. Pois, em se tratando de fatores sociais, muitas vezes um pode estar correlacionado ao outro. Vejamos a Tabela 6:

Tabela 6: Tabela do grupo de fatores sexo correlacionado ao grupo de fatores escolaridade.

Sexo	Escolaridade nível A	Escolaridade nível B	Escolaridade nível C	Total geral
Feminino	23	8	5	36
Masculino	25	9	2	36

Total	48	17	7	72
--------------	----	----	---	----

Fonte: elaboração própria, 2020.

Com relação ao sexo, feminino e masculino, não há uma distinção de números que aponte para uma diferença considerável entre eles, isto é, que mulheres têm um nível de escolaridade maior em relação aos homens apenas pelo fato de serem mulheres, por exemplo, ou vice-versa. Por outro lado, percebe-se que ambos os sexos apresentam quantitativos aproximados em cada um dos três níveis de escolaridade observados e se concentram de forma numericamente significativa e indistintamente no nível A, equivalente aos primeiros anos de escolarização formal ou à ausência deles. Porém, é interessante observar que, embora os homens estejam um pouco à frente no nível A e no nível B; no nível C, igual a ‘mais escolarizado’ dentro dessa amostragem, as mulheres lideram com 3 números de diferença. Vejamos o que ocorre com o fator idade e sua relação com o fator escolaridade:

Tabela 7: Tabela do grupo de fatores idade correlacionado ao grupo de fatores escolaridade.

Idade	Escolaridade nível A	Escolaridade nível B	Escolaridade nível C	Total geral
Faixa I (jovem)	7	11	6	24
Faixa II (adulto)	17	6	1	24
Faixa III (idoso)	24	---		24
Total de ocorrências	48	17	7	72

Fonte: elaboração própria, 2020.

Na Tabela 7, constatamos que o fator idade parece caminhar junto com a variável escolaridade. Basta que verifiquemos as faixas etárias delimitadas para esta análise uma a uma: a faixa etária 1 correspondente à fase jovial (de 15 a 30 anos), apresenta o menor número de colaboradores no primeiro nível de escolaridade (apenas 7), o nível A – de 0 a 5 anos de escolarização formal; isto pode ser explicado pelo fato de os jovens estarem em processo de

escolarização, com 11 colaboradores no nível B – de 6 a 10 anos de escolarização formal e 6 colaboradores no nível C – de 11 anos em diante de escolarização formal.

Já em relação aos colaboradores da faixa 2, correspondente à fase adulta (de 31 a 50 anos), vemos que a maioria se concentra no nível A de escolaridade (17). Com certeza isso acontece por conta desses quilombolas já terem passado, ou não, pela Educação Básica e estarem se dedicando completamente ao trabalho e à vida doméstica e familiar para garantir o seu sustento e o de seus familiares.

Porém, não nos surpreende que 100% dos colaboradores da terceira faixa-etária (de 51 anos em diante) estejam concentrados de forma massiva no nível A de escolaridade; já que eles não tiveram acesso à educação formal ou quando tiveram, foram obrigados a abandonar a escola para ajudar no sustento de suas famílias, conforme relatos.

A par das observações feitas até agora sobre o grupo de fatores escolaridade e o seu cruzamento com os grupos de fatores sexo e idade, poderemos argumentar do ponto de vista teórico sobre a significância, ou não, da variável idade neste trabalho. Porém, deixemos tal discussão para o capítulo referente à descrição e à análise dos dados.

Diante desse quadro, convencionamos chamar de sentença válida para a análise pretendida:

- i. sentenças estruturadas com um verbo ou locução verbal e um ou mais sujeito, ambos explícitos na oração, nos termos de Perini (2010, p.65); como em: “Mas **as meninas** não *quiseram*” [FIFA2015B].

Todos os verbos que apareceram no *corpus* coletado foram selecionados como válidos, independentemente de seu tipo, transitividade, tonicidade, quantidade de sílabas, conjugação, estrutura, modo e tempo, com exceção dos verbos *ter* e *haver* no sentido de *existir* – “uma vez que, conforme a gramática

tradicional, eles não apresentam concordância, já que não têm sujeito, são impessoais e apenas selecionam um objeto direto”, conferir Monguilhott (2001).

Em relação à variável dependente, listamos a seguir o que convencionamos chamar de CV (variante explícita) e de não CV (variante zero):

- a. à ausência de marcas explícitas de plural em algum (s) elemento do SN-sujeito e presença de concordância verbal entre o verbo e pelo menos um dos elementos do SN-sujeito, como em “Quando oS compadre0 ficaM junto” [GUFA2015A], chamamos de CONCORDÂNCIA;
- b. às sentenças com marcas de plural típicas do português popular ou rural, como “Eles comero”, “Nós fumo”²⁴ e etc., claramente distintas das construções “Eles comeu” e “Nós foi”, com os verbos na terceira pessoa do singular, chamamos de CONCORDÂNCIA;
- c. ao caso clássico de CV que seria justamente a aplicação de marcas explícitas de plural em todos os elementos do sintagma nominal sujeito e do sintagma verbal, como em “OS primeiroS moradorES daqui forAM os avoro” [JUFI2015A], chamamos de CONCORDÂNCIA;
- d. à presença de marcas explícitas de plural em algum ou em todos os elementos do sintagma nominal sujeito e ausência dessas marcas no verbo, como em “AS casaS antigamente era0 de taipa” [GUFA2015A], dizemos que NÃO HOUVE CONCORDÂNCIA.

Veremos no capítulo posterior os contextos, linguísticos e sociais, selecionados para análise com base nos trabalhos sobre CV no PB considerando-se a variedade falada em Alagoas e em comunidades quilombolas do Brasil.

²⁴ Exemplo nosso, criado para ilustração.

4.7 R: para uma análise multivariada dos dados

Para o processo de ‘quantificação’, que consiste na análise estatística dos dados linguísticos através da leitura dos códigos criados (conforme ilustrado na figura 18) e de checagens, como: a geração de tabelas de contingência e testes qui-quadrado; a criação de modelos para gerar rotinas de regressão logística multinível; a geração de gráficos e cálculo dos pesos relativos, por exemplo; utilizamos o chamado ‘modelo logístico multinível’ ou ‘regressão logística multinível’, no qual o pesquisador consegue identificar o modelo que reúne as variáveis independentes, linguísticas e sociais, mais significativas para o condicionamento da variante padrão; tudo isto com o auxílio do pacote de programas matemáticos e computacionais R e RStudio.

Para Walker (2013):

Em essência, a análise da variação consiste em comparação quantitativa, mais comumente entre as frequências globais de cada variante como proporção do contexto variável e as frequências relativas de cada variante (ou uma variante de interesse) através de fatores diferentes dentro do mesmo grupo de fator.

Conforme o enxerto, a análise de variação solicita o uso de estatística multivariada na tentativa de medir a frequência de cada variável na conjuntura global da análise e de cada fator dentro de um mesmo grupo de fatores, com o objetivo de verificar a relevância significativa de cada um deles para o condicionamento da variante padrão. Nesse sentido, o grupo de programas estatísticos chamado R proporciona uma ampla análise de variáveis linguísticas e sociais, através de processos (testes estatísticos) como: ‘múltipla regressão’; ‘modelos de efeitos mistos’ e ‘análise de correlação de fatores’.

Para uma análise quantitativa da variação linguística com o pacote de programas R, o primeiro passo é salvar o banco de dados de fala espontânea construído no Excel em formato ‘CSV’, uma vez que a leitura dos dados só é possível no R quando os dados são salvos dessa forma, separados por vírgula. Em seguida, deve-se criar um diretório exclusivo para este arquivo no computador, para depois abrir o programa e criar o *script* que reunirá as instruções necessárias para que as funções sejam executadas nele. Para isto, é aconselhável que o pesquisador utilize os códigos criados para cada fator

durante o processo de codificação. Após esse processo, o *script* deve ser salvo no mesmo diretório em que o banco de dados se encontra para depois ser reaberto e dar-se início às rodadas multivariadas.

O R possui uma extensa biblioteca com pacotes de programas estatísticos que servem para se obter informações numéricas detalhadas sobre o comportamento da variável dependente em estudo e medir o peso da influência das variáveis independentes sobre ela. Nesse contexto, o pesquisador tem a possibilidade de realizar:

- alterações no banco de dados sempre que julgar necessário;
- combinar variáveis quando desejar testá-las em conjunto;
- selecionar subconjuntos, destacando um fator dentro de um grupo de fatores;
- agrupar fatores dentro de uma mesma variável ou criar uma nova variável;
- correlacionar duas variáveis quantitativas;
- criar diagramas de dispersão para mostrar a relação entre duas variáveis quantitativas;
- gerar tabelas de contingência e testes qui-quadrados;
- gerar modelos de regressão logística multinível;
- testar a diferença entre modelos com e sem variáveis agrupadas;
- verificar se há interação entre variáveis;
- gerar gráficos e tabelas;
- calcular o peso relativo dos grupos de fatores e etc., ou seja, é possível realizar um sem-número de testes estatísticos.

Neste trabalho, a estrutura vertical ou hierárquica apresentada pelo nosso banco de dados e a consideração tanto de fatores grupais (como os grupos de fatores linguísticos que abrangem a comunidade de fala como um todo) quanto de fatores individuais (como os grupos de fatores sociais que abarcam o colaborador em particular, na coluna ENTREVISTADO do banco de dados) nos levam à seleção do ‘modelo de regressão logística multinível’ como método de análise mais adequado – acreditando que, de acordo com Oliveira (2012),

teremos “uma melhor estimacão dos efeitos associados aos indivíduos (variáveis sociais) e dos efeitos associados à ocorrências (variáveis linguísticas)”.

Por se tratar de um método de estimacão e predico de dados, é comum  sua utilizao quando se trata de uma variável explicativa, no caso aqui a variável binária de concordância verbal em PB, com valor de aplicao (variante explícita (1)) e valor de não aplicao (variante zero (0)).

Quando se trata de estatística para a linguística, deve-se levar em conta alguns aspectos, como: o tipo de variável, que pode ser ‘quantitativa’ ou ‘qualitativa’. No primeiro caso, tem-se ‘variáveis contínuas’ (que assumem qualquer valor entre dois limites) e ‘variáveis discretas’ (nas quais se representam valores que se diferenciam uns dos outros por um número fixo). No segundo caso, as variáveis não podem ser representadas por números, mas por características, categorias ou qualidades, assim, tem-se as variáveis ‘categóricas’ ou ‘qualitativas’.

Para se chegar aos resultados finais obtidos em análise estatística, é comum que o pesquisador enfrente problemáticas com relao  seleo prévia de variáveis independentes que, se não forem muito bem fundamentadas teoricamente, por meio de revisão da literatura em teoria linguística sobre o fenômeno em estudo, observao prévia dos dados e checagens estatísticas iniciais; podem não encontrar justificativas teóricas que defendam sua permanência no trabalho, sendo mais sensato, do ponto de vista linguístico e estatístico excluí-las da análise.

Em nosso caso, a seleo da variável ‘sílabas do verbo’, por exemplo, cujo resultado numa análise inicial mostrou que ‘verbos monossílabos’ condicionariam a variante padrão, com peso relativo de .64, não parece fazer muito sentido do ponto de vista linguístico – a menos que se leve em considerao que tais verbos, como *ser* e *ir*, por exemplo, apresentam oposio singular/ plural mais acentuadas (são, vo), de modo que  provável que tal resultado represente a interferência da variável saliência fnica do verbo e não necessariamente a sua relevância estatística; uma vez que não

encontramos material teórico que justificasse tal resultado. Assim, optamos por sua exclusão.

O mesmo se deu com variáveis como: ‘modo’ e ‘estrutura’ do verbo (consideradas sem significância estatística) na análise inicial. E com as variáveis ‘conjugação’ (com ‘verbos de primeira conjugação’ com maior peso relativo, .62); ‘tempo’ (com ‘verbos no pretérito perfeito do indicativo’ com maior peso relativo, .76 – é provável que isto tenha ocorrido por conta do formato de coleta de dados ‘narrativas pessoais’ selecionar verbos no pretérito para se contar histórias de vida); ‘tonicidade’ (com a categoria ‘não se aplica’ liderando o ranking com peso relativo de .79, ou seja, justamente os verbos monossílabos) e ‘transitividade’ (com o fator ‘verbos transitivos’ com maior peso relativo, de .64).

Dessa forma, pela falta de respaldo teórico, optamos pelo enxugamento do banco de dados na tentativa de realizar uma análise mais limpa, com menos variáveis e apreciação mais detalhada dos grupos de fatores selecionados.

Outro fator importante é a consideração da chamada ‘ortogonalidade’ entre variáveis independentes, isto é, a perspectiva de que os grupos de fatores devem coexistir livremente no banco de dados, caso contrário se trata de um caso de má distribuição de dados, que leva a células vazias no cruzamento de variáveis, conferir Guy e Zilles (2007) e Oliveira (2012). Em nosso banco de dados, a falta de ortogonalidade ocorreu com algumas variáveis, como: elementos intervenientes (fator sujeito posposto distante do verbo), pessoa (fator quantificadores) e natureza do sujeito (fator sujeito composto) nos levando a repensar a codificação dos dados e considerar o agrupamento de fatores dentro das variáveis até eliminarmos os zeros e chegarmos à configuração apresentada na figura 18.

Segundo Oliveira (2012),

Em algumas situações, uma variável independente pode interagir com outra variável independente; isso ocorre quando o efeito de um fator em uma variável independente está relacionado ao efeito de outro fator em outra variável independente.

Assim ocorreu com as variáveis ‘posição do sujeito’ e ‘elementos intervenientes’, bem como com as variáveis ‘pessoa’ e ‘natureza do sujeito’ neste

trabalho. Porém, ao perceber a presença de interação entre variáveis independentes, o pesquisador deve criar uma nova variável agrupando as anteriores, em nosso caso, posição e elementos foram amalgamadas na variável nova chamada de 'PE' e pessoa e natureza do sujeito foram agrupadas na variável nova denominada de 'PN'.

Em seguida, deve-se realizar a testagem da significância estatística dessas variáveis, sozinhas e agrupadas, no modelo de regressão logística multinível através do R, com a finalidade de descobrir qual o modelo que melhor irá representar o conjunto de variáveis independentes que influenciam o comportamento da variável dependente e o condicionamento da variante padrão: com quais variáveis, sozinhas ou amalgamadas?

Neste estudo, o melhor modelo de análise estatística selecionou as variáveis amalgamadas PE e PN como sendo mais significativas do ponto de vista estatístico para o condicionamento da variante padrão, excluindo as variáveis posição, elementos, pessoa e natureza isoladas. Quando algo assim ocorre, o conselho metodológico é o de seguir adiante com as variáveis significativas estatisticamente e excluir da análise as variáveis sem significância, (Cf. GUY; ZILLES, 2007).

Todas essas alterações são necessárias no intuito de se ajustar o modelo de regressão para posterior explicação do processo em estudo. O passo que antecede à descrição e análise dos dados é a 'seleção de variáveis independentes' feita pelo modelo de efeito misto, no qual as variáveis são testadas individualmente por meio de métodos de *stepwise* (testagem passo a passo, inserindo-se variáveis para serem testadas: método *step-up* (para frente); e, retirando-se variáveis sem significância estatística, método *step-down* (para trás)) selecionando-se apenas aquelas que gerarem o menor p-valor ($> 0,05$) no 'teste da razão de verossimilhanças', conferir Oliveira (2012).

O p-valor é um teste de probabilidade usado para se medir a significância estatística de variáveis independentes sobre a variável dependente a partir da premissa da 'hipótese nula' (H_0) – que se assume como verdade para a construção do teste; como por exemplo, a hipótese de que "NÃO há variação

entre variante explícita e variante zero na concordância verbal do PB”. Assim, qualquer hipótese que seja contrária à hipótese padrão será chamada de ‘hipótese alternativa’ (HA) – como por exemplo, a hipótese de que “HÁ variação entre variante explícita e variante zero na concordância verbal do PB”. Nesse caso, a hipótese alternativa só deverá ser levada em conta caso a hipótese nula não encontre sustentação estatística.

Nessa direção, quanto menor for o p-valor da variável independente testada, a partir do valor de testagem de 5% ($H_0: p=0.5$), maior será a sua relevância estatística; já o contexto contrário, quanto maior for o valor de p da variável independente testada, conforme representado na equação ($H_A: p > 0,5$), menor será a sua significância estatística para o comportamento da variável dependente – de modo que a H_0 será rejeitada, considerada como não verdadeira; e a H_A será aceita, considerada como verdadeira.

Resumindo, os métodos utilizados seguem a lógica da manutenção de variáveis com significância estatística e a exclusão de variáveis sem significância estatística, checando uma a uma, até chegar ao modelo que melhor explica o processo em análise, constituído apenas de variáveis significativas com ou sem interação.

Nessa conjuntura, o modelo que melhor explica o comportamento sintático de concordância verbal no PB falado por quilombolas alagoanos reúne a interação entre as variáveis independentes sociais, ‘comunidade*sexo*idade’, seguida da variável ‘posição e elementos agrupadas’, da variável ‘concordância nominal no sujeito’, da variável ‘saliência fônica’ e da variável ‘pessoa e natureza do sujeito amalgamadas’; levando-se em consideração, na sequência, as variáveis agregadas ‘entrevistado’ e ‘verbo 1’.

Vejamos os resultados obtidos e a discussão sobre as variáveis que compõem este modelo no capítulo seguinte.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, realizamos uma análise interpretativa dos dados linguísticos coletados, tratados e testados estatisticamente com o objetivo de descrevermos o comportamento sintático de concordância verbal de comunidades de quilombo alagoanas e, dessa forma, contribuirmos para pesquisas sociolinguísticas sobre a sintaxe do PB – já que veremos como se configura tal variação e como ela contribui para entendermos aspectos de sua formação enquanto variedade linguística que difere, ou não, de outras variedades do português do Brasil.

Começaremos por apresentar cada variável linguística e social selecionada para análise para, em seguida, mostrar os resultados obtidos neste trabalho e possíveis caminhos para a sua explicação.

5.1 A variável pessoa

A variável pessoa, também chamada de ‘relação número-pessoa’, diz respeito ao preenchimento do núcleo do SN-sujeito da sentença que se encontra relacionado às pessoas do discurso que podem ser, numa abordagem que leva em conta o quadro de pronomes pessoais em uso no PB: 1. Primeira pessoa do singular ‘eu’; 2. Segunda pessoa do singular ‘tu’ ou ‘você’ (dentre os quais o segundo tem se demonstrado mais recorrente entre falantes do PB, com exceção de algumas localidades da região norte do país); 3. Terceira pessoa do singular ‘ele ou ela’ (categoria preenchida também por substantivos e quantificadores no plural); 4. Primeira pessoa do plural ‘nós’ ou a expressão pronominal ‘a gente’ (dentre os quais, também, o segundo tem sido comprovadamente o preferido pelos falantes brasileiros); 5. Segunda pessoa do plural ‘vocês’; e 6. Terceira pessoa do plural ‘eles ou elas’.

Trabalhos sobre a concordância verbal do PB falado em Alagoas que levaram em consideração esta variável, como os de Santos (2010) e Santos (2013) comprovaram a sua significância estatística para o condicionamento da variante explícita. Pois ao que parece, pronomes na posição de sujeito

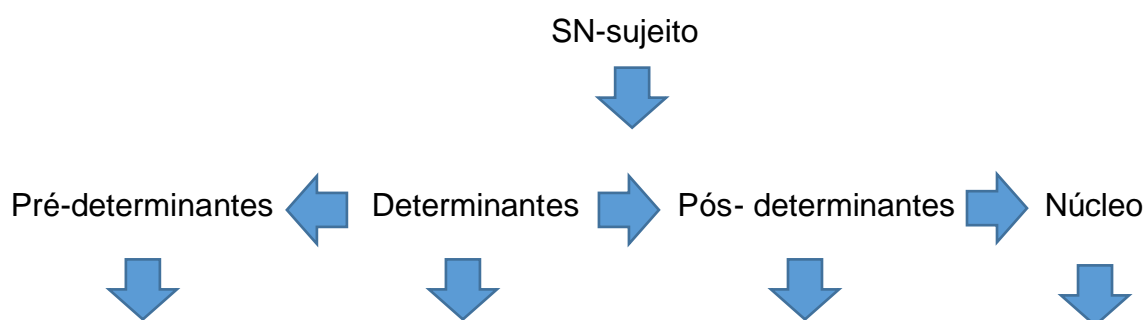
favorecem a aplicação da CV, uma vez que é consenso entre linguistas brasileiros, como Castilho (2010), por exemplo, que há uma tendência maior, no PB, para o preenchimento do sujeito pronominalmente, a fim de se evitar a CV, ou seja, ao abrir mão do sujeito nulo, o falante, inconscientemente, evita a ambiguidade, dispensando assim a aplicação da regra de concordância, conforme a perspectiva tradicional.

Ou seja, para sujeitos do tipo pronominal, a tendência geral é a de que haja uma maior probabilidade de concordância – já que os pronomes ou expressões pronominais, dificilmente ocupam a posição pós-verbal, que comprovadamente influencia a não aplicação da regra de CV.

Para Castilho (2010, p.290), o sujeito pode ser preenchido por substantivo, pronome, oração substantiva e categoria vazia. Pode vir antes ou depois do verbo. Já para Bechara (2009, p.409), “o sujeito estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração”. Nesse caminho, o autor defende que “sujeito é uma noção gramatical, e não semântica, isto é, uma referência à realidade designada, como ocorre com as noções de *agente e paciente*”, grifos do autor.

Continuando, para Bechara (2009), “o sujeito não é necessariamente o agente do processo designado pelo núcleo verbal”. Em sua visão, quando o sujeito não se encontra elidido, mas expresso na oração, ele pode figurar no sintagma nominal como “uma expressão substantiva exercida por um substantivo, por um pronome ou equivalente”.

Seguindo o esquema proposto por Bechara (2009, p.410-411), o sintagma nominal sujeito pode ser ilustrado pelo esquema abaixo:



Artigo Adjetivo Pronome demonstrativo Equivalente de adjetivo	Quantificadores	Pronome possessivo Numeral	Substantivo Pronome Equivalente
--	-----------------	-------------------------------	---------------------------------------

Com base nessas compreensões e nas possibilidades dadas pelo *corpus* em estudo, delimitamos para análise os seguintes contextos: 1. Primeira pessoa do plural ‘nós’; 2. Segunda pessoa do plural ‘vocês’; 3. Terceira pessoa do plural ‘eles ou elas’ (enquadrando-se aqui substantivos no plural como equivalentes). Segundo listo abaixo:

(5) ‘nós’:

“Aí nós aplantaMOS um baciado de arroz” [JUF12015A]

“Nós brincava0 era muito de boneco” [FIFA2015A]

(6) ‘vocês’:

“Vocês num vÃO estudar não” [JUMA2015B]

“Meu Deus vocês vive0 sofrido mesmo” [FIFA2015B]

(7) ‘eles ou elas’:

“Eles viveM do Bolsa Família né” [JUMA2015A]

“Eles vende0 a laranja para lá” [JUFJ2015B]

Fazendo uma pré-análise dos dados, não encontramos material linguístico que justificasse a inclusão dos contextos: 1. Primeira pessoa do singular ‘eu’, 2. Segunda pessoa do singular ‘tu’ ou ‘você’ e 3. Terceira pessoa do singular ‘ele ou ela’ na posição de sujeito. Diferentemente de pesquisadores como Lucchesi (2009, p.331-370), por exemplo, que leva à investigação tais categorias gramaticais na fala de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas – uma vez que observa tais contextos como sendo frequentes, estruturais e estratificados; condições necessárias para que se configure um caso de variação.

As razões que nos levaram a tais exclusões foram: a) em relação à primeira pessoa do singular ‘eu’, não encontramos sentenças em nosso banco de dados que apontassem para um só caso de variação de CV de número com esse fator, como nos exemplos fictícios ‘eu conto’ e ‘eu contamos’; b) no que se refere à segunda pessoa do singular ‘tu’ ou ‘você’, verificamos que o tipo de coleta de dados de fala espontânea, por meio de entrevistas individuais

programadas com base em narrativas pessoais entre um colaborador e um pesquisador (ambos desconhecidos) não possibilitou o surgimento desses pronomes no banco de dados – em vista de serem usados no PB quando se há familiaridade e intimidade entre os falantes; e c) no que concerne à terceira pessoa do singular ‘ele ou ela’, também não encontramos variação entre marcas (ele foram) e ausências (ele foi) de concordância que justificassem a sua inclusão.

Segundo Lucchesi (2006, p.95), “a substituição do pronome ‘vós’ pelo pronome ‘vocês’ já está consolidada, recobrando todo o território brasileiro, exceto áreas rurais do Norte mais conservador”. Dessa maneira, como se trata de um pronome em pleno desuso em PB mesmo nos níveis mais altos de formalidade e monitoramento da língua falada e escrita, a impossibilidade de encontrá-lo na fala espontânea de comunidades de quilombo alagoanas inviabilizou o seu recrutamento para análise. Tal perspectiva se confirmou ao observarmos que no *corpus* em questão o percentual de uso de “vós” tanto na posição de sujeito quanto em qualquer outra posição na sentença é de 0%.

A forma gramaticalizada ‘a gente’ como sujeito de sentença, contemplada em nossa dissertação de mestrado (2013), tende a liderar a posição de primeira pessoa do plural em substituição ao pronome ‘nós’ desde o século passado em PB para eliminar as diferenças entre a terceira pessoa do singular e a terceira pessoa do plural.

Nesse caso, escolhemos controlar o fator ‘nós’ sem a presença do fator ‘a gente’ na tentativa de driblar um resultado que nos pareceria óbvio, um alto percentual de aplicação de CV em vista da preferência dos falantes por ‘a gente’ como sujeito e o evitamento da terceira pessoa do plural. Assim, esperamos ter um resultado mais coerente para a concordância verbal.

5.2A variável natureza do sujeito

Em relação ao SN-sujeito, Perini (2010, p.87) diz que se trata de “um SN que tem uma relação especial com o sufixo de pessoa-número do verbo, além

de um posicionamento especial na oração. Ele recebe o mesmo papel temático que é também associado ao sufixo de pessoa-número.” Vejamos o exemplo abaixo como forma de ilustração:

“NÓS NÃO **FOMOS** PARA LÁ NÃO” [FIFA2015A]

Conforme o autor, quem ocupa o papel temático de agente – aquele que pratica a ação sinalizada pelo verbo – é indicado duas vezes simultaneamente: pelo pronome nós, sujeito da sentença, e pelo sufixo verbal -mos.

Castilho (2010, p.289) faz uma abordagem do sintagma nominal sujeito que a divide em três categorias complementares: o sujeito sintático, o sujeito discursivo e o sujeito semântico, sendo que nesta análise focamos nos aspectos sintáticos relacionados ao sujeito. Por essa razão não trataremos dos dois últimos. Em relação ao primeiro, diz o autor que suas propriedades são expressas por um sintagma nominal; que geralmente se apresenta antes do verbo; que determina a concordância do verbo; que é pronominalizável, ou seja, pode ser expressado por um pronome; e, por fim, que pode ser elipsado (o caso do sujeito nulo).

Todas essas características podem ser observadas na sentença em destaque, SN-sujeito -nós, anteposto ao verbo ir (fomos); mantém relação de concordância número-pessoal com o verbo (ambos no plural) e é nucleado pelo pronome pessoal de primeira pessoa plural.

A variável natureza do sujeito diz respeito à composição do SN-sujeito, simples ou composto formados por substantivos, pronomes ou quantificadores, conforme os contextos que seguem:

1. Sujeito simples:

- (a) determinante e nome no plural, como em: “OS paiS criavaM os filhos” [SAFI2015B] e “AS pessoaS que veio0 de longe sem casa” [SAFI2015B];
- (b) determinante no plural e nome no singular, como em: “OS novo0 sempre se dÃO bem com os velhos” [SAMA2015A] e “OS morto0 aparecia0 para as pessoa assim” [GUFJ2015A];

- (c) nome no plural, como em: “PessoaS que já viverAM aqui” [GUFA2015A] e “MoçaS que fazia0 renda” [SAFI2015B];
- (d) pronome pessoal de primeira pessoa do plural “nós” na posição de sujeito, como em: “Nós vaMOS entrar nos quilombola” [FIFI2015B1] e “Nós teve0 a ideia de criar” [JUFA2015A];
- (e) forma gramaticalizada “vocês” na posição de sujeito, como em: “Vocês deixarAM a pista lá em baixo para chegar” [FIMA2015B] e “Vocês num sabe0 onde é” [GUFA2015B];
- (f) pronome pessoal de terceira pessoa do plural “eles/elas” na posição de sujeito, como em: “Eles vÃO daqui para o Sabalangá” [GUFA2015B] e “Aí elas me dava0 lápis caderno borracha” [JUFA2015A];
- (g) quantificadores na posição de sujeito, como em: “OS dois estÃO separados” [SAMA2015A] e “Sete casou0” [MUFA2009A].

2. Sujeito composto:

“**Meu marido e eu** que construíMOS” [GUFA2015B]

“**Primo e prima** que mora0 aqui mesmo” [FIMJ2015A]

“Aí chega0 **as pessoas da comunidade e povo de fora mesmo e o zabumbeiro**” [JUFI2015A]

“Oxe se ajuntava0 **aquelas moça aquele rapaz**” [JUFI2015A]

“**A mina mãe meu pai** nunca disse0 que aqui se agasalhou” [JUFI2015B]

“**As minhas filha aí meus filho meus neto o meus genro** quando adoce0” [JUMI2015A]

“**Meus menino e a mulher** pediu0” [JUMI2015A]

“Oxe **minha mãe meu pai** num contava0 história” [MAFJ2015B]

“**Homem ou mulher** estão0 arrumando” [MUFJ2009B]

“**A minha mãe meus avó** deixou0 isso aqui” [MAMA2015B]

Assim, por meio da análise desses contextos, esperamos verificar se há uma preferência pelo preenchimento do sujeito do tipo pronominal nos SN-sujeitos simples e compostos.

5.3A variável posição

Os pioneiros na aplicação dessa variável em análises sociolinguísticas foram Lemle e Naro (1977), uma vez que postularam o princípio da ‘saliência posicional’, isto é, segundo eles, as relações sintáticas entre sujeito e verbo ficam mais salientes quando o sujeito determinante e controlador da concordância antecede o verbo determinado e candidato à concordância.

Em corroboração com tal postulado, Castilho (2010, p. 412-413) defende que a sintaxe de concordância verbal do PB está sujeita a regras variáveis que dependem de um conjunto de fatores. Um deles seria a posição do SN-sujeito na sentença que pode favorecer ou inibir a aplicação da regra variável de concordância, nesse caso, o sujeito anteposto oferece maior possibilidade de ocorrência de concordância.

Perini (2010, p. 277) afirma que a concordância no PB culto falado em todo o país apresenta alguns pontos convergentes. Um deles é que há uma tendência para se observar a concordância quando o sujeito é anteposto ao verbo, em respeito à ordem canônica de formação de sentenças na língua portuguesa que é do tipo SVO (sujeito-verbo-objeto).

Nesse contexto, o PB admite variação na ordem em que o sintagma nominal sujeito aparece na sentença, antes ou depois do verbo, próximo ou distante dele; assim, selecionamos para análise a posição à esquerda do verbo, sujeito anteposto; e a posição à direita do verbo, sujeito posposto:

(8) Sujeito antes do verbo:

“**As menina** num *esperaM* mais” [GUF12015A]

“**Meus menino** mesmo *estuda0* aqui” [FIFA2015A]

(9) Sujeito depois do verbo²⁵:

“Aqui *sÃO* **umas pessoa fraco**” [FIMA2015B]

“Já *morreu0* **os velho** já” [GUMI2015A]

²⁵ Observamos uma possível tendência a não-concordância de sujeitos pospostos quando o verbo é inacusativo (copulativo), porém, deixaremos a inclusão da variável ‘tipo de verbo’ na análise variacionista de CV para trabalhos futuros.

Isto com o intuito de verificar se o contexto sujeito anteposto ao verbo favorece a aplicação da concordância na fala dos quilombolas alagoanos investigados, conforme mostram os estudos realizados em PB.

5.4 A variável elementos intervenientes entre sujeito e verbo

Gonçalves (2007, p. 63) assevera que,

as análises variacionistas revelaram que a presença, posição e distância do sujeito, em relação ao verbo, também influenciam a ausência ou presença da marca de concordância. Todos os estudos apontam a posição à esquerda do verbo – posição de proeminência tópica – como favorecedora da presença da marca de plural do verbo, independentemente do grau de escolarização dos falantes.

Assim, a variável elementos intervenientes diz respeito à presença ou à ausência de elementos na relação verbo-sujeito. Ela pode ser contextualizada levando-se em consideração o número de sílabas que separam sujeito de verbo na sentença, ou não; contabilizando-se o número de palavras que distanciam sujeito de verbo na sentença, ou não; ponderando-se o tipo de elemento que distancia sujeito de verbo na sentença (se palavra ou estrutura sintática), ou não.

Neste trabalho, entendemos como ausência de elementos intervenientes entre sujeito e verbo na sentença a imediata proximidade entre eles, independentemente de o sujeito estar à esquerda do verbo (sujeito anteposto) ou à sua direita (no caso do sujeito posposto). E como presença de elementos entre sujeito e verbo na sentença, a existência de palavras que distanciam um do outro sem levar em consideração a posição do sujeito em relação ao verbo (se antes ou depois).

Santos (2010, 2013) e Vieira (2019) que levaram em consideração esta variável em suas análises sobre o PB falado em Alagoas, constataram que a ausência de elementos entre sujeito e verbo na sentença favorece à aplicação da concordância, assim, sujeito anteposto e próximo do verbo se configurou como contexto condicionante da variante explícita.

Desse modo, corroborando ao pensamento corrente na literatura linguística em relação a esta variável, selecionamos dois contextos de análise:

(10) Com elementos intervenientes:

“Aí **eles** NUM viERAM mais não” [FIFA2015B]

“**Nós** NUM entendia0 o que era isso” [FIMA2015B]

(11) Sem elementos intervenientes:

“**Os avô** morreRAM tudo” [FIMI2015B]

“**Os mais velho** fazia0 festinha assim” [FIMI2015A]

O objetivo aqui é o de verificar se sujeito anteposto e próximo ao verbo se apresenta como contexto mais favorável para a aplicação da concordância na variedade alagoana do PB.

5.5A variável concordância nominal no sujeito

Em relação à variável concordância nominal no sujeito – levando-se em consideração aquilo que é postulado pela linguística de que “zeros levam a zeros” e “marcas levam a marcas”, postulamos que a presença de traço morfológico de número nos elementos do SN-sujeito favorece a aplicação da concordância verbal, fenômeno denominado de “paralelismo formal”, isto é, marcas de plural no sujeito levam a marcas de plural no verbo e a ausência dessas marcas no sujeito leva a ausência delas no verbo.

Esse pensamento é consenso na literatura sociolinguística, nos trabalhos de Naro & Scherre (2007); Monguilhott (2001; 2009); Cardoso (2005); Silva (2005); Rubio (2008; 2010); Lucchesi (2009); Souza (2009) e Brandão & Vieira (2012) – pois, em todas as análises em que se abordou esta variável, ela se demonstrou relevante para o condicionamento da variante padrão:

- Naro & Scherre (1998), em seu trabalho sobre a CV de número no PB, observaram que “os itens mais salientes favorecem mais a presença de marcas explícitas nos elementos nominais dos SNs e os menos salientes desfavorecem”, no que diz respeito a variável controlada concordância de número no SNsujeito correlacionada à variável saliência fônica apresentada;

- Monguilhott (2001; 2009), em sua análise sobre a concordância de terceira pessoa do plural no PB e no PE, mostra que quando há presença de plural no último elemento do SNSujeito há uma tendência para a marcação da concordância nos verbos, isto nos dois trabalhos realizados;
- Cardoso (2005), em seu estudo sobre a concordância verbal no indivíduo, sinaliza que marcas de plural no sujeito levam a marcas de plural no verbo, com PR. de .62;
- Silva (2005), que realiza um estudo sobre a CV de terceira pessoa do plural na Bahia, categoriza quatro contextos de SNSujeito (indicação mórfica de plural; numeral; substantivo coletivo e quantificador) dentre os quais a terceira indicação (substantivo coletivo) é a que mais favorece o condicionamento da variante padrão, com PR. de .99;
- Rubio (2008; 2010) observa que marcas de plural no SNSujeito leva a presença de marcas de plural no verbo, com PR. de .52 no PB falado no interior paulista, e PR. de .62 em sua análise sobre a CV em variedades do PB;
- Lucchesi (2009) delimitou três tipos de sintagma nominal sujeito em sua análise sobre o português afro-brasileiro, a saber: (-indicação mórfica de plural (as casa); -indicação de plural com reforço de numeral ou quantificador (muitos); ou -indicação de plural através de substantivo coletivo (o povo)); mostrou que substantivo coletivo no SNSujeito é o contexto mais favorável para a aplicação da CV, com PR. de .97;
- Souza (2009), que estuda a CV na fala de Salvador, aponta a concordância nominal no sujeito como condicionante da variante padrão, com PR. de .63;
- Brandão & Vieira (2012) que realizam um estudo sobre a concordância nominal e verbal no português do Brasil e no português de São Tomé, verificam que 'a ausência de marca de plural no SNSujeito' (os menino) é o fator que mais favorece o cancelamento da marca de número no verbo, com PR. de .90.

Na investigação que aqui empreitamos, consideramos três contextos linguísticos para a variável concordância nominal no sujeito, também conhecida na bibliografia corrente como 'paralelismo formal' ou 'paralelismo oracional':

- (i) com marca de plural em todos os elementos do SN-sujeito nucleado por um nome (aS pessoaS);
- (ii) com marca de plural no determinante e ausência de marca de plural no núcleo (substantivo) do SN-sujeito (aS menina0);
- (iii) não se aplica para contextos com os pronomes ‘nós’, ‘vocês’, ‘eles/elas’ na posição de sujeito, numeral e nome em que não seja possível um contexto de variação e quantificadores.

Nesse sentido, delimitamos três categorias de análise:

- (12) Com concordância nominal:

“OutraS pessoaS foRAM convidada” [FUFA2015A]

“AS pessoaS que veio0 de longe sem casa” [SAFI2015B]

- (13) Sem concordância nominal:

“Porque aS terra0 sÃO pouquinha” [FIFA2015B]

“MeuS avô0 também era0” [FIMA2015B]

- (14) Não se aplica:

“Hoje **nós** estaMOS aqui” [FIMI2015B]

“**Nós** mora0 aqui de Filús” [FIMA2015A]

Pelo que apontam os estudos sobre esta variável, esperamos que variante explícita no SN-sujeito (concordância nominal) leve a variante explícita na relação verbo-sujeito (concordância verbal) – cumprindo com a perspectiva sociolinguística para o comportamento sintático de CV no PB de que marcas levam a marcas.

5.6A variável saliência fônica

A variável linguística sintaticamente relacionada ao verbo: a saliência fônica, suscita, em primeiro lugar, uma breve discussão sobre o sintagma verbal.

A definição de verbo enquanto classe gramatical não parece tão simples. A começar pelas definições ‘problemáticas’ e reducionistas que encontramos nas gramáticas tradicionais, que geralmente traduzem esta classe de palavra

como sendo indicativa ou contendoras das noções de ‘ação’, ‘processo’, ‘estado’ e ponto final.

Desse modo, consideramos que a linguística contemporânea tem trazido definições mais satisfatórias para a análise sociolinguística. Bechara (2009, p.209), define verbo como “a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical”. Perini (2010, p.135) chama ao verbo de ‘chave para a sintaxe’ – uma vez que, segundo ele, “quando conhecemos o verbo de uma oração, podemos determinar boa parte da estrutura das orações em que ele figura”. Reforçando, para o autor (2010, p.95), ‘a oração é basicamente composta por um verbo e seus complementos’. Assim, no domínio da semântica ‘o verbo expressaria um fato’.

Para Bagno (2011, p.509), o verbo só pode ser definido adequadamente levando-se em consideração suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas, então, conforme o autor, no nível morfossintático, “o verbo é a palavra que dispõe de um radical e de sufixos próprios” – que as gramáticas tradicionais também chamam de desinências verbais, como o sufixo modo-temporal e o sufixo número-pessoal; no nível semântico, “o verbo expressa os estados de coisas, ou seja, as ações, os estados e os eventos de que precisamos dar conta quando falamos ou escrevemos”; já no nível discursivo, conforme Castilho (2010, p.396), “o verbo é a palavra que introduz participantes no texto, isto é, através da apresentação; qualifica esses participantes por meio da predicação; e contribui para a constituição dos gêneros do discurso, alternando tempos e modos verbais”.

De acordo com Castilho (2010, p.54), “o sintagma é a quarta unidade gramatical na hierarquia descritivista”. Nas palavras do autor, “trata-se de uma associação de palavras articuladas à volta de cinco dentre elas: o verbo, o substantivo, o adjetivo, o advérbio e a preposição”. Assim, o sintagma verbal, abreviado na nomenclatura linguística corrente como SV, é nucleado por um verbo.

O verbo é quem governa a sentença, assim, falar sobre concordância verbal em qualquer língua é falar sobre verbo ou verbo-sentença, assim como,

sobre os fatores ou características a ele relacionadas. Para Castilho (2010), há pelo menos três tipos de SV em português brasileiro: a) o sintagma verbal simples, constituído de apenas um verbo, chamado de verbo pleno – que é tradicionalmente conhecido como verbo principal; b) o sintagma verbal composto, formado por dois verbos, na configuração verbo auxiliar + verbo pleno; e c) o sintagma verbal complexo, formado por um verbo suporte fortemente preso a um substantivo. Assim, neste trabalho consideramos: sintagmas verbais simples e sintagmas verbais compostos, como em: “Os mais velho já **faleceram** né” [GUMA2015A] e “Os mais velho **foram viajando**” [GUMI2015A], respectivamente.

O grupo de fatores que se relaciona diretamente com o verbo é a saliência fônica, princípio proposto por Lemle e Naro (1977) logo nos primeiros estudos sociolinguísticos sobre a concordância no Brasil. Segundo os autores, a crescente saliência fônica da oposição singular/ plural está correlacionada com a probabilidade crescente de concordância, ou seja, o grau de saliência fônica da oposição entre 3ª pessoa do singular e 3ª pessoa do plural está diretamente relacionada com a aplicação da regra.

Por outro lado, quanto menor for a diferença entre as formas não-marcada e marcada, ou quanto menor o grau de perceptividade por parte dos falantes da diferença fônica entre elas, maior será a probabilidade de ela se anular (a concordância). Assim, há basicamente dois critérios para o estabelecimento de fatores dentro dessa variável: (i) – a presença ou a ausência de acento na desinência verbal; e (ii) – a quantidade de material fônico que diferencia singular e plural.

Diante disso, fica a critério de cada pesquisador, a partir da consulta prévia ao seu banco de dados, estabelecer os níveis de saliência fônica encontrados para poder testá-los. Níveis esses que pretendam representar, de forma sistemática e adequada, as nuances entre oposições não-acentuadas (menos salientes) e oposições acentuadas de saliência (mais salientes). Com base em Monguilhott (2001; p.40-41), selecionamos dois níveis de saliência fônica cada um com três contextos linguísticos, conforme vemos abaixo:

- (15) Nível 1 – oposição não-acentuada:
- a. Não envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural (obedece/ obedecem, vive/ vivem);
“Meus quatro filho sempre me OBEDECEM” [MAMA2015B]
“Eles VIVEM mais do Bolsa Família né” [JUMA2015A]
 - b. Envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural (fala/ falam, era/ eram);
“Como eles FALAM meu Deus” [FIFA2015B]
“Eles já ERAM nascido e criado aqui” [JUMA2015A]
 - c. Envolve acréscimo de segmentos na forma plural (diz/ dizem, quer/ querem);
“Eles DIZEM que é derivado da linguagem banto” [SAFA2015A]
“Mais os maloqueiro num QUEREM trabalhar” [SAMI2015B]
- (16) Nível 2 – oposição acentuada:
- a. Envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural (está/ estão, tá/ tão, vai/ vão);
“Vocês ESTÃO falando” [FIFA2015A]
“Eles VÃO explicar a vocês as mesma coisa” [FIFA2015B]
 - b. Envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural (viu/ viram, foi/ foram);
“Muitas pessoas VIRAM” [GUFA2015A]
“Todos eles já se FORAM” [GUF12015A]
 - c. Envolve acréscimos de segmentos e mudanças diversas na forma plural, como mudanças vocálicas na desinência, mudanças na raiz, e mudanças completas (veio/ vieram, é/ são).
“Aí eles num VIERAM mais não” [FIFA2015B]
“Aqui SÃO umas pessoa fraco” [FIMA2015B]

Nesta análise, esperamos que contextos com verbos mais salientes favoreçam à variante explícita enquanto contextos com verbos menos salientes não a condicionem (variante zero), conforme observado nos trabalhos sobre a sintaxe do PB:

- Rodrigues (2004) diz que “a crescente saliência fônica da oposição singular/plural está correlacionada com a probabilidade crescente de concordância”, dessa maneira, “quanto mais saliente for a diferença fônica entre singular e plural, mais provável será a concordância, ou seja, a ausência de CV ocorre tanto mais quanto menos ela se fizer sentir”. Neste trabalho, a autora confirma sua hipótese, uma vez que a ausência de CV ocorre com mais frequência nos casos em que a diferença material entre singular e plural é menor ou menos saliente.
- Lucchesi (2009), em seu estudo sobre a CV com a terceira pessoa do plural em comunidades afro-brasileiras isoladas, aponta a saliência fônica como variável mais relevante para o condicionamento da variante padrão, no contexto ‘flexão com alto nível de saliência’, com PR. de .78. Para o autor, esse resultado “é uma evidência de que está em curso, nas comunidades quilombolas investigadas, um processo de mudança aquisicional da regra de CV”.
- Monguilhott (2001) mostra que oposições mais acentuadas entre a forma singular e a forma plural dos verbos são fatores condicionantes para a aplicação da concordância verbal de terceira pessoa do plural de Florianópolis. Em seu trabalho sobre CV de terceira pessoa do plural no PB e no PE (2009), a autora confirma que a oposição acentuada é o contexto mais favorável para a aplicação da CV.
- Silva (2005), em seu trabalho sobre a CV de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil, diz que “a posição acentuada favoreceu a percepção dos traços de plural, intensificando o uso da marca de CV entre o sujeito e o verbo”.
- Rubio (2008), em sua análise sobre a CV na língua falada na região noroeste de São Paulo, mostra que quanto maior a saliência maior a marcação de CV. Em outro estudo sobre variedades do PB, realizado em 2010, o mesmo autor diz que verbos mais salientes favorecem a CV,

enquanto o contexto contrário, ou seja, verbos menos salientes, desfavorecem o processo.

- Souza (2009), em sua análise sobre a CV na fala de Salvador, confirma que “a hipótese de que quanto maior for a diferença entre as formas de singular e plural do ponto de vista fônico maior será a probabilidade de se aplicar a regra de concordância verbal”.
- Cardoso (2005) realiza um estudo sobre a CV na fala do indivíduo, no qual observa que verbos menos salientes desfavorecem a CV enquanto verbos mais salientes favorecem o processo.
- Vieira (2019) estuda a CV na fala de moradores de Coruripe, município alagoano, e observa que em relação à variável saliência os níveis mais salientes são condicionantes para a aplicação da variante explícita.

5.7 A variável sexo

A opção por grupos de fatores sociais relacionados, principalmente, ao sexo, à idade, à escolaridade e ao local de origem dos falantes têm sido recorrentes em estudos sociolinguísticos com o objetivo de se traçar um perfil da mudança em progresso e da variação estável por meio da combinação entre fatores sociais e a noção de prestígio.

Segundo Lucchesi (2020),

No que concerne à faixa etária, a variação estável se caracterizaria por um padrão curvilíneo, no qual as faixas intermediárias apresentariam a maior frequência de uso das formas de prestígio; já na mudança em progresso, a distribuição seria inclinada, com os mais jovens apresentando a maior frequência de uso das formas inovadoras (cf. CHAMBERS e TRUDGILL, 1980, p. 91-3). Mas a tendência aferida pelos resultados da faixa etária deve ser confirmada pelos resultados das outras variáveis sociais.

Assim, com base em trabalhos anteriores e nas condições de coleta de dados desta pesquisa, descritas neste capítulo, selecionamos para análise, as variáveis independentes sociais: sexo, idade, comunidade e escolaridade (numa análise qualitativa).

Em relação à variável sexo, no que diz respeito a fenômenos linguísticos variáveis, de acordo, principalmente, com Labov (2008 [1972]) aponta para um

quadro muito além do fator biológico e bem mais complexo baseado, sobretudo, nas construções e nas representações de gênero social, histórica e culturalmente construídas que se desdobram e se refletem de forma direta nas relações entre homens e mulheres, nas condições de trabalho estabelecidas para homens e para mulheres, nos papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres na sociedade.

Segundo esse autor, há três princípios capazes de apreender de forma sistemática as nuances desse cenário social: o primeiro, se refere ao quadro de variação estável em que os homens fazem mais uso das variantes não-padrão do que as mulheres; o segundo diz respeito a fenômenos variáveis de modo geral, nos quais as mulheres lideram quando se trata das variantes que gozam de prestígio social; e o terceiro, abrange as mudanças linguísticas, aquelas em que há uma preferência pelas variantes de prestígio na sociedade, as mulheres passam a ser as mais inovadoras.

Assim, de acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006) quando ocorrem mudanças linguísticas com consciência social, as mulheres estão à frente dos homens e quando ocorrem mudanças linguísticas sem consciência social, são elas que continuam na liderança. Tal comportamento, ora conservador, ora progressista, representa mais um paradoxo para o linguista americano.

Já que as relações sociais entre homens e mulheres na sociedade desembocam em comportamentos linguísticos distintos, vejamos como tal variável irá se comportar nesta análise, na qual delimitamos dois sexos, que chamamos de masculino e feminino. Nesse patamar, esperamos que, como se trata de um fenômeno variável, as mulheres estejam à frente dos homens no que concerne ao uso da variante de prestígio.

5.8A variável idade

Os resultados relativos à variável idade, para Freitag (2005), costumam referendar generalizações sobre o andamento do processo de variação ou mudança linguística. Porém, outros aspectos, como rede de relações sociais,

trabalho (profissão) e escolarização podem estar relacionados. Nesta análise, hipotetizamos, com a delimitação de três faixas etárias, a saber (*jovem*- de 15 a 30 anos; *adulto*- de 31 a 50 anos; e *idoso*- de 51 anos em diante); que falantes mais jovens tendem a fazer mais concordância – uma vez que o grupo de fatores idade pode se entrecruzar com o grupo de fatores escolaridade. Por essa razão fizemos um levantamento numérico possível desta variável, apesar de ela não ter entrado em nosso envelope de variação, na tentativa de averiguarmos tal relação e constatamos que a faixa etária mais jovem é a que está em maior processo de escolarização e isto pode ser um contexto social bastante condicionante da variante explícita.

5.9A variável comunidade

A respeito da variável comunidade, temos em mente que fatores como maior isolamento em termos geográficos/ territoriais, escassez de acesso aos meios de comunicação de massa e a alguns bens de consumo como, livros e internet podem servir como meios catalizadores para a alimentação da variante não-padrão, ou seja, a ausência de marcas explícitas de plural no verbo e no sintagma nominal sujeito. Já o contexto contrário, diríamos, que seja mais favorável à aplicação das marcas explícitas de concordância em todos os elementos da sentença.

Assim, das comunidades visitadas (Filús, Gurgumba, Jussara, Mariana, Muquém e Sabalangá, para seguir uma ordem alfabética e não a ordem de visitação e coleta de dados), acreditamos que farão mais concordância verbal àquelas que são urbanas ou mais próximas dos centros urbanos e com fácil acesso, além de terem perceptivelmente um maior contato entre os moradores dessas comunidades e os moradores da cidade, como também a presença de escolas, rádios, tvs, computadores, internet, etc., dessa forma, apostamos num maior percentual de CV nas comunidades Muquém, Gurgumba e Sabalangá por encontrarmos muitos desses aspectos.

5.10 A variável escolaridade

Estudos sociolinguísticos sobre diversas variedades do PB apontam para uma estreita relação entre o uso de variantes de prestígio e o nível de escolaridade do falante, de modo que quanto maior o nível de escolarização formal do falante maior o percentual de uso da variante padrão, geralmente conservadora e de prestígio social.

Nesta análise, a variável escolaridade entra numa análise qualitativa à parte, com três categorias: de 0 a 5 anos de escolaridade; de 6 a 10 anos de escolaridade e de 11 anos em diante – isto porque por ocasião da coleta de dados não encontramos colaboradores suficientes em cada comunidade investigada para compor as células sociais. Dessa forma, fizemos um levantamento do nível de escolaridade dos falantes através da ficha pessoal do colaborador sem que este grupo de fatores entrasse no banco de dados no Excel e na análise estatística com o auxílio do programa R.

A expectativa é que os padrões de concordância verbal das comunidades investigadas reflitam o nível de escolaridade dos seus falantes, ou seja, partindo do princípio de que falantes mais escolarizados fazem mais concordância e falantes menos escolarizados fazem menos concordância, conforme apontam os trabalhos que levam em consideração esta variável.

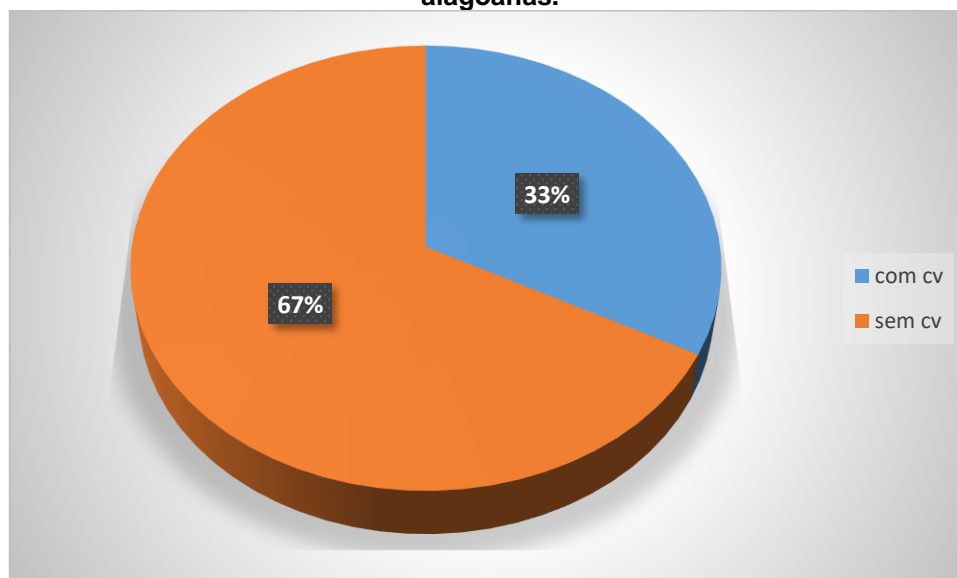
5.11 Variável dependente

Por meio da amostragem representativa de seis comunidades quilombolas alagoanas, selecionamos sentenças com variação entre variante explícita e variante zero de concordância verbal, com a presença de sintagmas verbais (simples e compostos) e a presença de SN-sujeitos (simples e compostos), levando-se em consideração grupos de fatores linguísticos e sociais com a finalidade de medir a significância estatística de cada um deles para o condicionamento da variante padrão (marcas explícitas de plural no sujeito e no verbo da sentença) – conforme explicado no capítulo anterior.

Para a análise estatística, delimitamos o modelo de regressão logística multinível e o pacote de programas matemáticos e computacionais R e Rstudio,

que possibilitam uma análise multivariada dos dados em busca do conjunto de grupo de fatores, linguísticos e sociais, que melhor explica o comportamento da variável dependente, bem como, o condicionamento da variante padrão. Assim, a testagem foi realizada a partir do valor de ‘não aplicação da regra de concordância verbal’, ou seja, da variante zero (0), na qual obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 3: Gráfico do percentual de concordância verbal das comunidades quilombolas alagoanas.



Fonte: elaboração própria, 2020.

O Gráfico 3 mostra que, das 1.732 sentenças selecionadas para análise, em apenas 567 delas ocorre a variante explícita (com cv),

“**Elas** nunca *vão*” [GUFA2015B]

“No verão **eles** *fazem* a estrada” [GUFA2015B]

operacionalizando um percentual de uso de 33% de CV na fala dos afrodescendentes estudados; enquanto nas outras 1.165 sentenças ocorre a variante zero (sem cv), com valor percentual de 67%.

“**Nós** só *tem* bem dizer as morada aqui” [FIFA2015B]

“Aqui **nós** *andava* assim” [FIMI2015B]

Assim, na fala da população estudada a variante zero, por ser a mais recorrente, e relevante do ponto de vista estatístico, provavelmente não deve sofrer estigma social – uma vez que lidera o processo de variação na comunidade de fala.

Quando se leva em consideração o grupo de fatores ‘escolaridade’ (análise qualitativa) relacionando-o ao comportamento da variável dependente apresentado acima, vemos que as comunidades quilombolas em estudo reclamam um baixíssimo índice de escolarização formal, com 48 colaboradores no nível elementar, de 0 a 5 anos de escolaridade. Este número representa 67% (valor percentual idêntico ao da ‘sem cv’) da amostra investigada que somada aos 23% de colaboradores concentrados no nível seguinte, de 6 a 10 anos de escolaridade no máximo, representam 90% dos falantes.

É provável que os resultados encontrados para ‘sem cv’ sejam uma consequência da baixa escolaridade nas comunidades quilombolas do país, pois conforme Baxter, Lucchesi & Silva (2009) “nas comunidades rurais afro-brasileiras do interior do Estado da Bahia, o nível de aplicação da regra de concordância é da ordem de 16%” apontando para uma preferência dos afrodescendentes, geralmente pouco escolarizados, por variante zero.

Os resultados obtidos para ‘sem cv’ corroboram aos encontrados por Carmo (2015), com 58,4% de uso da variante não-padrão; Cangirana e Gonçalves (2017), com 85,9% de ocorrência da variante zero; e Almeida (2006), com 61% de variante não-padrão – todos sobre a CV na fala de comunidades quilombolas do Brasil. Assim como, trabalhos sobre crioulos de base lexical portuguesa e línguas africanas que apresentam morfologia verbal reduzida e preferência por variante zero.

Para resumir, os resultados encontrados para ‘sem cv’ nas comunidades estudadas²⁶ parecem confirmar a hipótese da Transmissão linguística Irregular proposta por Baxter & Lucchesi (2009) – que aposta na influência de línguas africanas para o processo de formação do português brasileiro, o que teria ocasionado uma forte tendência a variante zero nessa língua; já que o peso do

²⁶ Esses resultados serão explicados com detalhes nas próximas seções.

grupo de fatores escolaridade aponta para uma questão mais social e menos linguística, conforme prevê a tese da polarização sociolinguística brasileira entre uma *norma culta* e uma *norma popular*, também de Baxter & Lucchesi (2009).

Em uma checagem inicial dos dados através da geração de tabelas de contingências e testes qui-quadrados, os contextos que demonstraram significância estatística foram:

- **comunidade**, com o fator social ‘Sabalanga’ à frente do uso de variante explícita (com percentual de uso de 51%) e o fator social ‘Filús’ como o menos condicionante da variante padrão (com percentual de 19%);
- **sexo**, com o fator social ‘sexo feminino’ condicionando o uso da variante explícita (37,3%);
- **idade**, com o fator social ‘jovens’ na liderança da aplicação da regra variável de CV (34,7%);
- **PE**, com os fatores linguísticos ‘sujeito anteposto e imediatamente próximo ao verbo’ como sendo favorável à aplicação da variante explícita (34,5%);
- **concordância nominal no sujeito** com a categoria ‘com concordância’ liderando a aplicação da CV (50,8%);
- **saliência fônica**, com o fator linguístico ‘mais saliente’ condicionando a variante padrão (56%);
- e **PN**, com os fatores linguísticos ‘primeira pessoa do plural ‘nós’’ condicionando a variante padrão (60,4%).

Com a criação de modelos para gerar rotinas de regressão multinível a fim de se obter os resultados finais da análise estatística, isto é, o ‘modelo final’ que melhor explicará o processo sociolinguístico em estudo; as variáveis independentes ‘comunidade’, ‘PE’, ‘concordância nominal no sujeito’, ‘saliência fônica’ e ‘PN’, já demonstraram relevância no ‘modelo inicial’ ou ‘modelo completo’ (composto por todas as variáveis a serem testadas) – permanecendo significativas do ponto de vista estatístico no ‘modelo final’ ou ‘melhor modelo’, com exceção da variável ‘comunidade’, que foi descartada para dar lugar à interação entre ‘comunidade*sexo*idade’. Observe o passo a passo:

```
# Modelo completo
```

```
multi1<- glmer(CONCORDÂNCIA~COMUNIDADE+SEXO+IDADE+PE+CNSUJEITO+SALIÊNCIA+PN+ (1|ENTREVISTADO) + (1|VERBO1), family="binomial", data=bdnovo, nAGQ = 0, control = glmerControl (optimizer = "nloptwrap"))
```

```
summary(multi1)
```

Acima, temos o modelo inicial composto por todas as variáveis, linguísticas e sociais, com o qual obtivemos o seguinte resultado: comunidade (0.007858 **), PE (4.34e-07 ***), concordância nominal no sujeito (2.32e-06 ***), saliência fônica do verbo (< 2e-16 ***), e PN (6.18e-09 ***) com significância estatística comprovada e a exclusão da variável sexo e da variável idade, consideradas sem significância estatística para o processo estudado. O que seguirá a partir dos próximos modelos é a retirada de cada uma das variáveis com a finalidade de testar a sua real significância para a variável dependente. Assim, as variáveis com significância estatística permanecerão no modelo e as variáveis sem significância estatística serão excluídas do modelo.

```
# Modelo sem sexo
```

```
multi2<- glmer(CONCORDÂNCIA~COMUNIDADE+IDADE+PE+CNSUJEITO+SALIÊNCIA+PN+(1|ENTREVISTADO) + (1|VERBO1), family="binomial", data=bdnovo, nAGQ = 0, control = glmerControl (optimizer = "nloptwrap"))
```

```
summary(multi2) #sexo sai
```

```
anova(multi1, multi2, test='Chisq')
```

Sexo foi a primeira variável a ser excluída na tentativa de verificar a sua relevância, ou não, para o modelo que melhor explicará o fenômeno em estudo. O teste Anova serve para medir a significância dos modelos em checagem com o objetivo de responder através do p-valor qual dos dois é mais significativo para o processo estudado, se o multi1 – que é o modelo completo, com a variável sexo, ou o multi 2 – que é o modelo novo sem a variável sexo. O resultado para essa testagem foi de 0.2972, isto é, maior que 0,05 – o que significa que a variável sexo é irrelevante para o processo e não deve fazer parte do modelo que melhor explica o fenômeno estudado. O mesmo acontece com a variável idade. Veja:

```
# Modelo sem idade
```

```
multi3<-glmer(CONCORDÂNCIA~COMUNIDADE+PE+CNSUJEITO+SALIÊNCIA+PN+
(1|ENTREVISTADO) + (1|VERBO1), family="binomial", data=bdnovo, nAGQ = 0, control =
glmerControl(optimizer = "nloptwrap"))
```

```
summary(multi3) #idade sai
```

```
anova(multi2, multi3, test='Chisq')
```

O resultado do teste Anova foi de 0.7997, igualmente maior que 0,05 e por essa razão insignificante para o processo, devendo permanecer fora do modelo final. Os modelos que seguem, testam as variáveis que tiveram significância estatística no modelo completo com a finalidade de averiguar se tal significância permanecerá ou não.

```
# Modelo sem pe
```

```
multi4<-glmer(CONCORDÂNCIA~COMUNIDADE+CNSUJEITO+SALIÊNCIA+PN+
(1|ENTREVISTADO) + (1|VERBO1), family="binomial", data=bdnovo, nAGQ = 0, control =
glmerControl(optimizer = "nloptwrap"))
```

```
summary(multi4) #pe fica
```

```
anova(multi3, multi4, test='Chisq')
```

Com a checagem do multi 3, com a variável PE, em comparação ao multi 4, sem a variável PE, através do teste Anova, o valor de p foi de 4.234e-08 ^{***}, com oito zeros antes do número 4, o que significa 'menor que 0,05' e, portanto, significativo estatisticamente para o modelo que melhor explicará o processo estudado. Assim, PE deve permanecer no modelo.

```
# Modelo sem pn
```

```
multi5<-glmer(CONCORDÂNCIA~COMUNIDADE+PE+CNSUJEITO+SALIÊNCIA+
(1|ENTREVISTADO) + (1|VERBO1), family="binomial", data=bdnovo, nAGQ = 0, control =
glmerControl(optimizer = "nloptwrap"))
```

```
summary(multi5) #pn fica
```

```
anova(multi3, multi5, test='Chisq')
```

Nesse modelo, testamos se a exclusão da variável PN representa a melhor saída para a explicação do fenômeno estudado. Porém, comparando o multi 3 (com PN) com o multi 5 (sem PN) por meio do teste Anova; o valor obtido foi de 1.884e-13 ^{***}, ou seja, antes do número 1 temos 13 zeros – o que demonstra grande significância estatística da variável PN para o processo em análise. Dessa maneira, PN deve permanecer no modelo.

```
# Modelo sem consujeito
```

```
multi6 <- glmer(CONCORDÂNCIA~COMUNIDADE+PE+PN+SALIÊNCIA+ (1|ENTREVISTADO)  
+ (1|VERBO1), family="binomial", data=bdnovo, nAGQ = 0, control = glmerControl (optimizer =  
"nloptwrap"))
```

```
summary(multi6) #cnsujeito fica
```

```
anova(multi3, multi6, test='Chisq')
```

Analisando o multi 3, com a variável concordância nominal no sujeito, em relação ao multi 6, sem a variável concordância nominal no sujeito, vemos que o teste Anova apontou o valor de 2.624e-07 ***, com 7 zeros antes do número 2, demonstrando que esta variável deve permanecer no modelo por conta de sua significância estatística.

```
# Modelo sem saliência
```

```
multi7<- glmer(CONCORDÂNCIA~COMUNIDADE+PE+PN+CNSUJEITO+ (1|ENTREVISTADO)  
+ (1|VERBO1), family="binomial", data=bdnovo, nAGQ = 0, control = glmerControl (optimizer =  
"nloptwrap"))
```

```
summary(multi7) #saliência fica
```

```
anova(multi3, multi7, test='Chisq')
```

Aqui testamos a variável saliência fônica do verbo para o processo em estudo. Comparando o multi 3, com a variável saliência, com o multi 7, sem a variável saliência, através do teste Anova, obteve-se o resultado de < 2.2e-16 ***, isto é, 16 zeros antes de menor que 2, temos então a variável mais significativa para o fenômeno da concordância verbal até o momento. Chegamos, assim, ao melhor modelo sem interação (multi 3). Os modelos a seguir testarão a possível interação entre as variáveis sociais.

```
# Modelo com interação
```

```
multi8 <- glmer(CONCORDÂNCIA~COMUNIDADE*SEXO+PE+CNSUJEITO+SALIÊNCIA+PN+  
(1|ENTREVISTADO) + (1|VERBO1), family="binomial", data=bdnovo, nAGQ = 0, control =  
glmerControl (optimizer = "nloptwrap"))
```

```
summary(multi8) # comunidade*sexo
```

```
anova(multi3, multi8, test='Chisq')
```

Acima testamos se a variável comunidade e a variável sexo apresentam interação e observamos através do teste Anova que o valor de p foi de 0.4638 (maior que 0,05), o que responde negativamente ao nosso questionamento. Pois, comparando o multi 3, sem a interação, com o multi 8, com a interação, o

modelo selecionado como mais relevante foi o multi 3, sem interação – uma vez que o modelo novo, com interação, não obteve significância estatística.

```
multi9 <- glmer(CONCORDÂNCIA~COMUNIDADE*IDADE+PE+CNSUJEITO+SALIÊNCIA+PN+(1|ENTREVISTADO) + (1|VERBO1), family="binomial", data=bdnovo, nAGQ = 0, control = glmerControl(optimizer = "nloptwrap"))
```

```
summary(multi9) # comunidade*idade
```

```
anova(multi3, multi9, test='Chisq')
```

Aqui testamos se a variável comunidade e a variável idade apresentam interação, e vimos que não, pois o resultado obtido foi de 0.1405 (maior que 0,05). Ou seja, entre o modelo novo (multi 9) e o modelo sem interação (multi 3), o programa selecionou o último como mais representativo do processo em análise – já que multi 9 não apresentou significância do ponto de vista estatístico.

```
multi10 <- glmer(CONCORDÂNCIA~SEXO*IDADE+PE+CNSUJEITO+SALIÊNCIA+PN+(1|ENTREVISTADO) + (1|VERBO1), family="binomial", data=bdnovo, nAGQ = 0, control = glmerControl(optimizer = "nloptwrap"))
```

```
summary(multi10) # sexo*idade
```

```
anova(multi3, multi10, test='Chisq')
```

Agora testamos se a variável sexo e a variável idade apresentam interação. Porém, por meio do teste Anova, o resultado obtido foi de 1 (maior que 0,05), mostrando que não há interação entre essas variáveis. Isto é, como não houve significância estatística, o programa seleciona o modelo anterior (multi 3) sem interação como mais relevante para a explicação do fenômeno em estudo.

```
multi11 <- glmer(CONCORDÂNCIA~COMUNIDADE*SEXO*IDADE+PE+CNSUJEITO+SALIÊNCIA+PN+(1|ENTREVISTADO) + (1|VERBO1), family="binomial", data=bdnovo, nAGQ = 0, control = glmerControl(optimizer = "nloptwrap"))
```

```
summary(multi11) # comunidade*sexo*idade
```

```
anova(multi3, multi11, test='Chisq')
```

Nesse modelo, testamos se há interação entre as três variáveis sociais estudadas quantitativamente e obtivemos o resultado de 0.004459 ** (menor que 0,05), ou seja, finalmente chegamos ao modelo final da rodada, composto por todas as variáveis estatisticamente significativas para o fenômeno da concordância verbal (posição e elementos agrupadas, concordância nominal no

sujeito, saliência fônica do verbo, pessoa e natureza do sujeito amalgamadas) mais a interação entre comunidade*sexo*idade. Ao comparar o modelo anterior (multi 3) com o modelo novo (multi 11), o resultado da testagem apresentou relevância estatística – o que imediatamente deve fazer com que o pesquisador descarte o modelo antigo, sem interação, e adote o modelo novo, com interação. Vejamos a seguir os desdobramentos dos resultados encontrados com o modelo final ou melhor modelo.

5.12 As variáveis estatisticamente significativas

Em trabalhos sociolinguísticos, os resultados costumam ser apresentados de acordo com o seu grau de significância estatística em relação ao processo linguístico investigado, seguindo uma sequência ou escala hierárquica. Assim, após a checagem dos dados e a testagem das variáveis controladas por meio do modelo de regressão multinível, com o auxílio do pacote de programas matemático e computacional R e Rstudio, obtivemos os resultados seguintes:

Tabela 8: Tabela de variáveis independentes significativas para o processo variável de concordância verbal.

Variável independente	Significância medida em p-valor
1. Saliência Fônica (SALIÊNCIA)	< 2e-16
2. Pessoa e natureza do sujeito amalgamadas (PN)	1.37e-09
3. Concordância nominal no sujeito (CNSUJEITO)	6.64e-07
4. Posição do sujeito e elementos intervenientes agrupadas (PE)	4.74e-07
5. Comunidade*sexo*idade	0.011482

Fonte: elaboração própria, 2020.

A saliência fônica foi selecionada como primeira quanto ao critério de significância estatística, na equação ‘menor que 2 elevado a 16’, ou seja, antes do número dois tem-se dezesseis zeros – o que, tomando como base a medida (0,5), apresenta o menor p-valor de todas as variáveis analisadas; por essa razão, ela domina o ranking de relevância para o comportamento da variável dependente e o condicionamento da variante padrão – quanto menor o valor encontrado em relação ao valor de p, maior a significância estatística da variável.

Nessa linha sempre vertical, a variável PN, que apresenta nove zeros antes do dado numérico 1.37, é a segunda mais significativa; a variável concordância nominal no sujeito, que apresenta sete zeros antes de 6.64, é a terceira mais significativa; a variável PE, com sete zeros antes do número 4.74, é a quarta mais relevante e a interação entre comunidade*sexo*idade²⁷ é a última variável selecionada como importante nesta análise estatística, com 0.011482 de significância, número que mais se aproximou do valor de medição 0,5 – maior número de p, menor significância estatística.

Vamos então aos resultados e discussões respeitando a ordem hierárquica dada.

5.13 Saliência Fônica

Estudos de análise linguística e estatística, como os clássicos trabalhos de Lemle e Naro (1977), de Naro (1981) e Naro e Scherre (2007), bem como, todos os outros que levam em consideração a variável independente linguística ‘saliência fônica’ para a análise da sintaxe de concordância verbal do PB, têm verificado que ‘níveis mais acentuados’ de saliência na oposição singular/ plural dos verbos tendem a favorecer a aplicação da variante explícita (com cv);

(1) “Tal dia nós *vai* buscar” [FIMA2015A]

(2) “Aí eles num *vieram* mais não” [FIFA2015B]

enquanto o contexto contrário, ‘níveis menos acentuados’ na oposição singular/ plural tendem a selecionar a variante zero (sem cv):

(3) “Nós *assiste* pelos rádio” [FIFA2015A]

(4) “Aí eles *ganham* mais lá” [MUMJ2015B1]

²⁷ Aqui cabe uma observação: a de que a variação na concordância verbal pode estar mais ligada ao nível de escolaridade da população, de modo geral, já que as comunidades quilombolas apresentam pouca escolaridade.

Em um estudo recente sobre concordância no PB falado em Alagoas, de Vieira (2019), o contexto ‘mais saliência’ se demonstrou significativo para o condicionamento da variante padrão, com PR. de .61. Assim, conforme esperado, encontramos resultados semelhantes na fala dos quilombolas alagoanos, com formas mais marcadas favorecendo a aplicação da CV na terceira pessoa do plural. Vejamos:

Tabela 9: Tabela da variável saliência fônica.

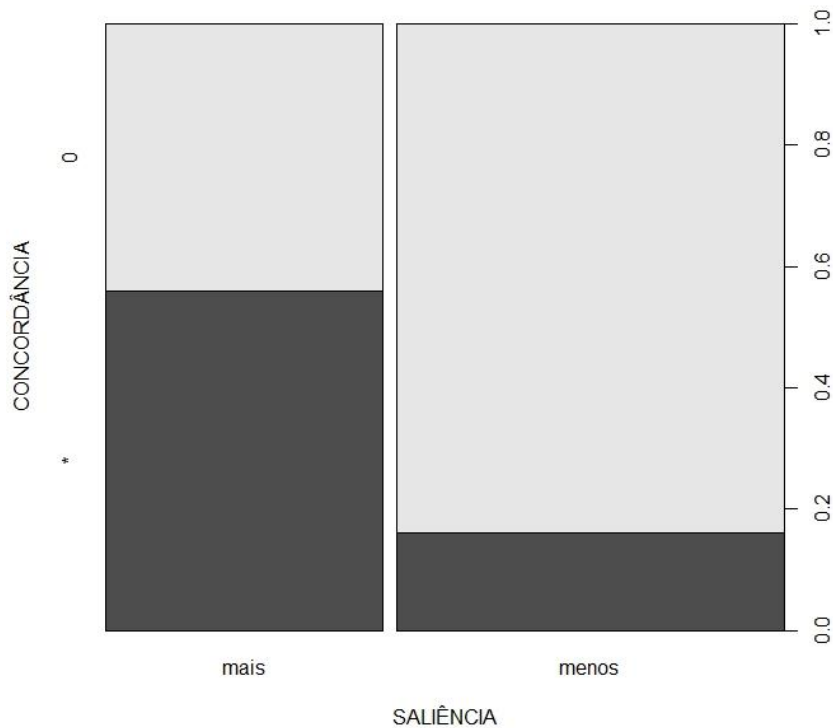
Saliência	Ocorrência de com cv	Percentual	Peso relativo	p-valor	Total
Mais	404	56%	.78	0	721
Menos	163	16.1%	.22	0	1.011
Total					1.732

Fonte: elaboração própria, 2020.

Na Tabela 9, o fator linguístico ‘verbos mais salientes’, que corresponde aos níveis mais acentuados de saliência na relação singular/ plural, apesar de ter ocorrido em menor quantidade no banco analisado, 721 ocorrências ao total contra 1.011 do fator ‘verbos menos salientes’; foi o contexto que se demonstrou mais significativo para o condicionamento da variante explícita (com cv), com peso relativo (PR.) de .78 e p-valor de 0.

Para ilustrar esses resultados, o Gráfico 4 feito a partir do pacote boxplot no R:

Gráfico 4: Gráfico da variável saliência fônica.



Fonte: elaboração própria, 2020.

O Gráfico 4 mostra a dimensão da relevância estatística de contextos verbais mais salientes para o condicionamento da variante padrão, representada aqui pelo símbolo (*). Estes resultados vem corroborar à perspectiva teórica apontada em outros estudos sobre a sintaxe do PB de que verbos mais salientes na oposição singular/ plural na terceira pessoa do plural tendem a ser condicionantes da variante explícita de CV.

5.14 Pessoa e natureza do sujeito amalgamadas (PN)

Trabalhos realizados sobre o português do Brasil, como os de Castilho (2010) e de Lucchesi (2006; 2009), por exemplo, têm mostrado que há uma preferência para o sujeito ser preenchido pronominalmente e que tal contexto tende a favorecer a variante explícita de concordância verbal. Não é à toa que a variável controlada 'pessoa e natureza do sujeito amalgamadas' foi a segunda a ser selecionada como mais relevante:

Tabela 10: Tabela da variável pessoa e natureza do sujeito amalgamadas.

PN	Ocorrência de com cv	Percentual	Peso relativo	p-valor	Total
Quantificadores	186	55.7%	.74	0.000	334
3ª pessoa plural	90	20.1%	.37	0.002	447
1ª pessoa plural	29	60.4%	.66	0.035	48
2ª pessoa plural	34	27.2%	.34	0.003	125
Substantivos	228	29.3%	.38	0.049	778
Total					1.732

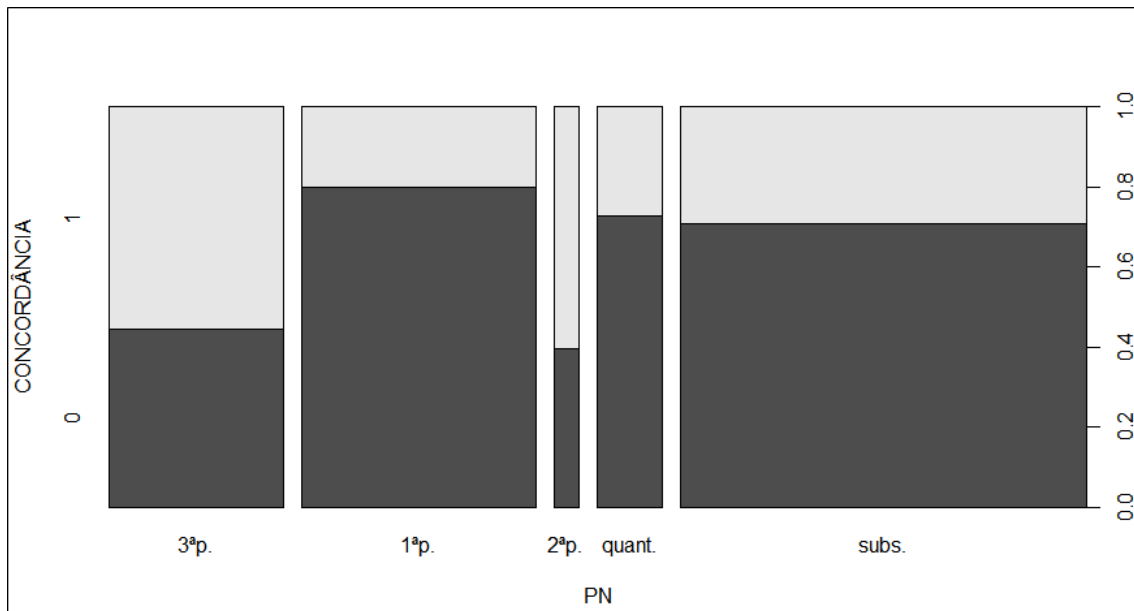
Fonte: elaboração própria, 2020.

Na Tabela 10, vemos que a variável amalgamada pessoa e natureza do sujeito (PN), com os contextos: quantificadores (“Todos três terminaram os estudo deles” [JUMI2015A]); 3ª pessoa do plural (“Eles vão ter sustento né” [JUFJ2015B]); 1ª pessoa do plural (“Nós nunca tivemos esse espaço” [GUFI2015A]); 2ª pessoa do plural (“Vocês viram uma veiota” [JUFJ2015B]); e substantivos como núcleos de SN-sujeitos simples (“Meus pais falavam muito” [GUFA2015B]) – selecionou os fatores quantificadores na posição de sujeito (com PR. de .74) e 1ª pessoa do plural ‘nós’ (com PR. de .66) como mais condicionantes da variante explícita de concordância.

Importante ressaltar que, em se tratando do valor de p e ignorando o peso relativo, PN passa a ocupar o primeiro lugar no ranking de significância estatística para o condicionamento da variante padrão (com p-valor de 0.035) – isto pode ser explicado pelo fato de o morfema -mos (viveMOS) favorecer a realização do ‘nós’ na posição de SN-sujeito; enquanto verbos na terceira pessoa do singular favorecem a realização do ‘a gente’ na posição de SN-sujeito. Assim, com a exclusão de tais contextos (3PS e ‘a gente’), o ‘nós’ na posição de sujeito passaria a ser condicionante da variante padrão.

Para uma melhor visualização desse quadro, vejamos o Gráfico 5:

Gráfico 5: Gráfico da variável pessoa e natureza do sujeito amalgamadas.



Fonte: elaboração própria, 2020.

No Gráfico 5 fica claro a relação de hierarquia estabelecida entre os fatores para o condicionamento da variante padrão, na sequência '1ªp.' (1ª pessoa do plural), 'quant.' (quantificadores), 'subs' (substantivos), '2ªp.' (2ª pessoa do plural) e, por fim, '3ªp.' (3ª pessoa do plural). Outros estudos sobre o fenômeno sociolinguístico de CV em variedades do PB apontam para resultados semelhantes, como:

- Monguilhott (2001; 2009), em seu estudo de (2001) aponta como tipo de sujeito condicionante da variante padrão 'pronome pessoal + pronome demonstrativo', com PR. de .59; no estudo de (2009) pronomes pessoais na posição de sujeito continuaram tendo o maior percentual de marcação de concordância, com 98%.
- Souza (2009), que contempla a variável 'tipo de sujeito', verifica que sujeitos retomados por pronomes relativos são os que mais condicionam a variante padrão, com PR. de .65.
- Rubio (2008), averigua que tipos de sujeitos pronominais lideram o ranking de condicionamento da variante padrão, com PR. de .71.

5.15 Concordância nominal no sujeito

É consenso na literatura linguística a perspectiva teórica de que ‘marcas levam a marcas’ e ‘zeros levam a zeros’, conforme Bagno (2011), Castilho (2010), Perini (2010), Naro e Scherre (2007), por exemplo. Desse modo, esperamos que variante explícita no SN-sujeito leve a variante explícita no sintagma verbal da sentença consolidando o que convencionamos chamar de CV. Vejamos como a variável independente linguística concordância nominal no sujeito se comporta na análise multivariada realizada:

Tabela 11: Tabela da variável concordância nominal no sujeito.

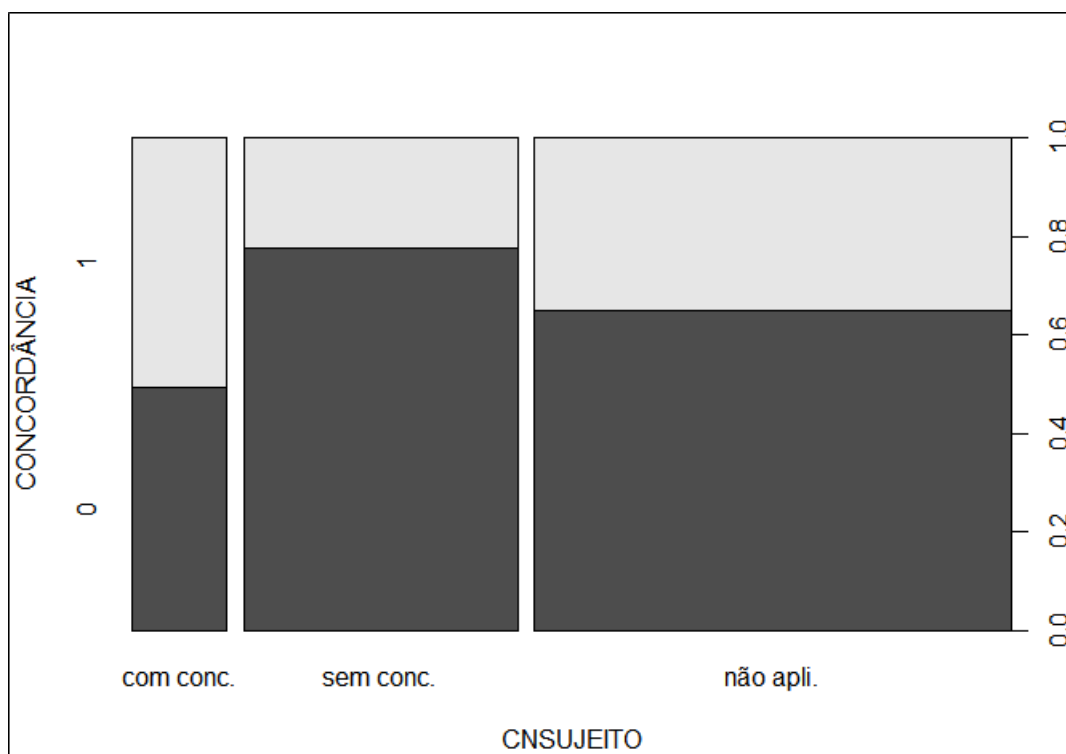
Cnsujeito	Ocorrência de com cv	Percentual	Peso relativo	p-valor	Total
Com concordância	98	50.8%	.69	0.000	193
Sem concordância	125	22.2%	.36	0.000	562
Não se aplica	344	35.2%	.44	0.215	977
Total					1732

Fonte: elaboração própria, 2020.

Na Tabela 11, vemos que o fator linguístico ‘com concordância’ (“Outras pessoas foram convidada” [JUFA2015A]) entre os elementos que compõem o sintagma nominal sujeito e o sintagma verbal é o contexto que mais favorece a aplicação da variante explícita de CV – com percentual de 59.8%, PR. de .69 e significância de 0.000, menor p-valor, o que leva à maior significância estatística. Já o fator ‘não se aplica’ (“Vocês foram domingo num foi?” [FIFA2015A]), com PR. de .44 e o fator ‘sem concordância’ (“Essas professora num vieram mais” [GUFA2015B]), com PR. de .36, não favorecem o condicionamento da variante padrão.

Este resultado reverbera o princípio teórico de que ‘marcas levam a marcas’, conforme o que mostram trabalhos realizados sobre esta variável em variedades do PB. Nesse caso, a hipótese inicial foi confirmada. Vejamos o Gráfico 6 como forma de ilustração:

Gráfico 6: Gráfico da variável concordância nominal no sujeito.



Fonte: elaboração própria, 2020.

Como a rodada no pacote de programas R e Rstúdio foi feita com base no valor de não-aplicação de CV, o contexto (sem conc.) lidera o condicionamento da variante zero, seguido do contexto (não apli.) e, por fim, o contexto com menos significância estatística para o condicionamento da variante não-padrão, que é o contexto (com conc.). Dessa forma, verificamos que marcas de concordância no SN-sujeito é o contexto que menos favorece a não-aplicação de CV, sendo o mais favorecedor da aplicação da variante padrão, ou seja, 'marcas levam a marcas'.

5.16 Posição do sujeito e elementos intervenientes agrupadas (PE)

A literatura linguística sobre o processo variável de CV tem apontado que sujeitos antepostos e imediatamente próximos dos verbos representam o contexto mais favorável para o condicionamento da variante padrão, enquanto o contexto contrário, com sujeitos pospostos e distantes dos verbos dificultam a aplicação da regra variável.

Os resultados sobre CV no PB falado em Alagoas, como os de Santos (2010) e de Vieira (2019) mostram que o fator ‘sujeito antes do verbo na sentença’ favorece a aplicação da concordância, com peso relativo de .52 em ambos os trabalhos, enquanto que o contexto contrário – ‘sujeito posposto ao verbo’, desfavorece a aplicação da concordância.

Para Santos (2010), que investigou a variável controlada ‘elementos intervenientes na relação entre sujeito e verbo’, o fator ‘ausência de elementos intervenientes entre sujeito e verbo’ apontou, ainda, um favorecimento para a aplicação da variante padrão com PR. de .60.

Nesse sentido, esperamos que em relação à variável agrupada posição e elementos (PE), sujeito antes de verbo e imediatamente próximo a ele seja condicionante da variante explícita; enquanto sujeito depois de verbo e dele distante, seja o contexto menos significativa para o processo em análise. Vejamos a Tabela 12:

Tabela 12: Tabela da variável posição do sujeito e elementos intervenientes agrupadas.

PE	Ocorrência de com cv	Percentual	Peso relativo	p-valor	Total
Antes e próximo	482	34.5%	.65	0.000	1399
Antes e distante	49	31.6%	.52	0.636	155
Depois próximo ou distante	36	20.2%	.33	0.000	178
Total					1732

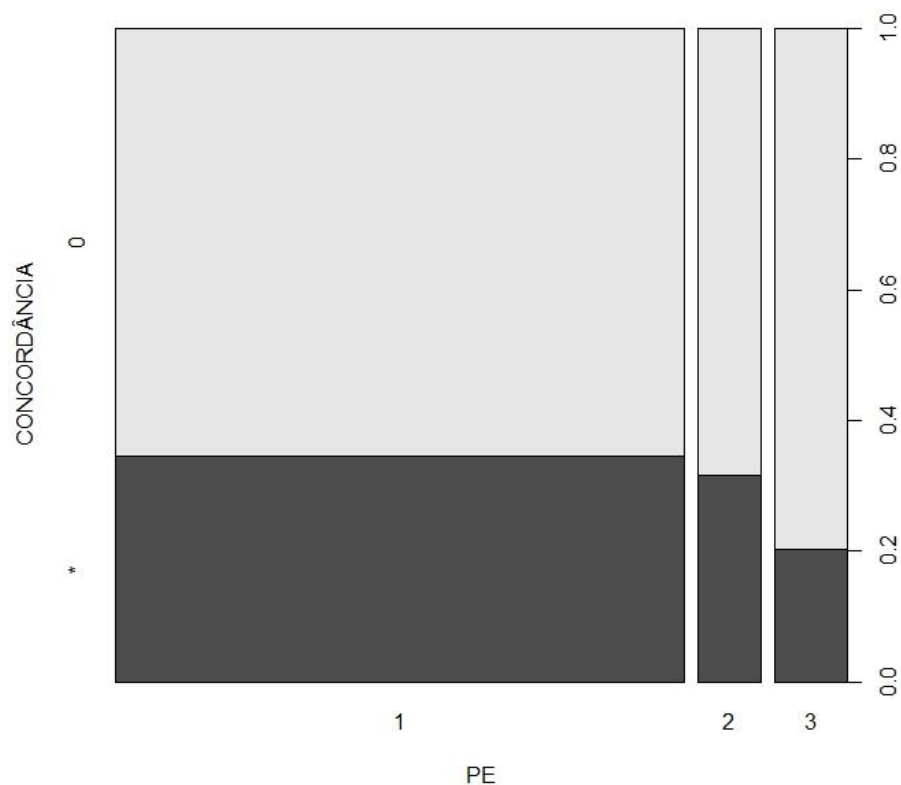
Fonte: elaboração própria, 2020.

Com base na Tabela 12, verificamos que o contexto 1, sujeito anteposto e próximo do verbo (“Porque as terra são poquinho minha filha” [FIFA2015B]) é o mais significativo do ponto de vista estatístico para o condicionamento da variante explícita, com valor percentual de 34,5%, PR. de .65 e p-valor de 0.000; o segundo contexto mais favorável para a aplicação das marcas de CV é o identificado como 3, sujeito posposto próximo ou distante do verbo (“São pessoas conhecida né” [MAMJ2015A]), com p-valor também de 0.000; já o contexto 2, sujeito anteposto, mas distante do verbo (“Os mais velho já já fa faleceram né” [GUMA2015A]) é o fator menos significativo para a variante

padrão, com valor de p de 0.636 – maior do que 0,5 e, portanto, menos significativo estatisticamente.

Vejamos o Gráfico 7 para uma melhor visualização desse processo variável:

Gráfico 7: Gráfico da variável posição do sujeito e elementos intervenientes agrupadas.



Fonte: elaboração própria, 2020.

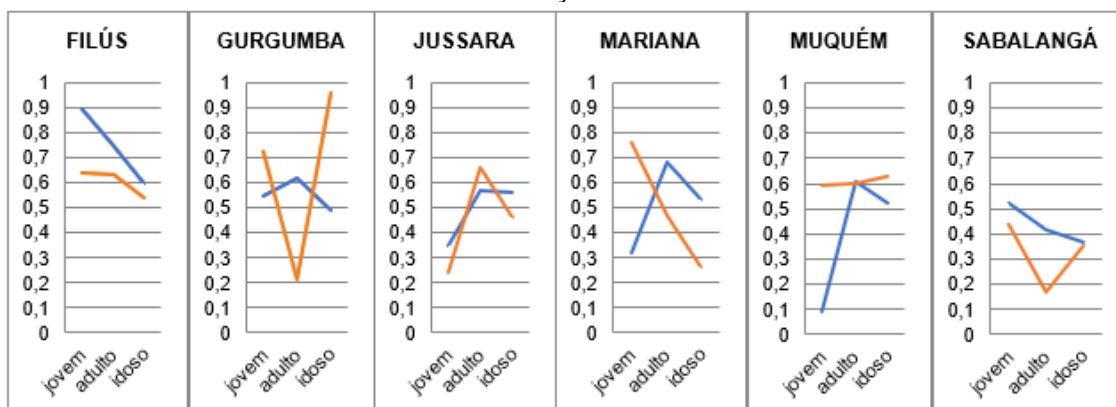
Mais uma vez a hipótese formulada foi confirmada, a de que sujeitos antes dos verbos e próximos a eles (1) condicionam a variante explícita; resultado encontrado no estudo de outras comunidades quilombolas do Brasil, conforme visto no capítulo anterior, enquanto que sujeito antes dos verbos, mas distantes deles (2) e sujeitos depois dos verbos próximos ou distantes deles (3) desfavorecem a aplicação da concordância padrão.

5.17 Interação entre comunidade*sexo*idade

O processo de interação entre variáveis independentes sociais é bastante comum em análise de variação, uma vez que as informações particulares dos colaboradores da pesquisa tendem a se entrecruzar. Por exemplo, levando-se em consideração os resultados apresentados pela variável 'escolaridade' (análise qualitativa à parte), verificamos que, de modo geral: mulheres são mais escolarizadas que homens; jovens são os mais escolarizados, seguidos de adultos e, por último, de idosos; e comunidades mais urbanizadas, com maior contato com falantes da zona urbana e acesso aos meios de comunicação de massa, como Muquém, Sabalangá e Gurgumba são também as mais escolarizadas. A partir desse quadro geral, podemos prever/ estimar que 'mulheres jovens mais escolarizadas de comunidades mais urbanizadas' tendem a ser o contexto mais propício para a realização da concordância.

No entanto, conforme o que é mostrado no gráfico 8:

Gráfico 8: Gráfico de interação sexo*idade*comunidade.



Fonte: elaboração própria, 2020.

A linha de cor laranja representa sexo feminino e a linha de cor azul representa sexo masculino, assim vemos que mulheres idosas de Gurgumba são as que mais fazem concordância, seguidas de homens jovens de Filús, mulheres jovens de Mariana e mulheres adultas de Jussara – tratando-se de um caso de variação estável nas comunidades investigadas, no qual os falantes das faixas jovem e idosa apresentam maior frequência de uso da variante de prestígio.

Para referendar os contextos sociais observáveis, é provável que o percentual de uso da variante explícita seja superior em Gurgumba por se tratar de uma comunidade praticamente urbana, com acesso aos meios de comunicação de massa, aos bens de consumo essenciais e contato frequente com falantes da zona urbana. Em relação aos homens jovens de Filús fazerem mais concordância do que as mulheres idosas, por exemplo, podemos dizer que por conta da comercialização dos produtos agropecuários, eles apresentam maior contato com falantes da zona urbana de Santana do Mundáu.

Em terceiro lugar, as mulheres jovens de Mariana, que não por acaso é a terceira comunidade com falantes mais escolarizados, conforme visto no capítulo anterior, fazem mais concordância em relação aos homens jovens da comunidade, por exemplo. E, em quarto lugar, as mulheres adultas de Jussara, comunidade rural com acesso aos meios de comunicação de massa, escola, transporte escolar e bastante contato com falantes da zona urbana de Santana do Mundaú.

Apesar de os gráficos apresentarem poucas possibilidades de generalizações, podemos dizer que o sexo 'feminino', a 'segunda faixa etária' e 'terceira faixa etária' e comunidades com acesso aos meios de comunicação de massa, mais urbanizadas, condicionam o uso da variante padrão.²⁸

²⁸ Deixamos a análise variacionista das comunidades quilombolas em separado para trabalhos posteriores, bem como uma abordagem sobre a formação do PB nessas comunidades, tendo em mente seu contato linguístico com línguas africanas e indígenas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho a que nos prestamos nesta análise sociolinguística foi o de descrever e analisar o comportamento linguístico observável de afrodescendentes alagoanos no que diz respeito ao padrão de concordância verbal. Nesse sentido, acreditamos ter realizado uma empreitada satisfatória sobre os fatores internos e externos condicionantes da variável de CV.

Apresentamos dados numéricos que comprovam o caso de variação vivido pela concordância verbal entre variante explícita e variante zero na fala de quilombolas alagoanos, com forte inclinação pela preferência de variante zero, cujo uso percentual foi de 67%. Este resultado parece ser o reflexo do que Baxter e Lucchesi (2009) chamam de processo de ‘transmissão linguística irregular’ que levou a uma ‘polarização sociolinguística do PB’, entre uma norma culta e uma norma popular – na qual o apagamento do plural nos sintagmas nominais e verbais seria uma tendência do português popular, como resultado da influência de línguas africanas para o processo de formação do PB.

Constatamos que os contextos mais favoráveis para o condicionamento da variante padrão, no nível linguístico, foram: saliência fônica; pessoa e natureza do sujeito; concordância nominal no sujeito e posição do sujeito e elementos intervenientes; já no nível extralinguístico, foi a interação entre comunidade*sexo*idade.

Assim, para desenhar o quadro do comportamento sintático de CV do PB falado por comunidades quilombolas de Alagoas, verificamos que ‘verbos mais salientes’ na oposição singular/ plural das formas verbais de terceira pessoa são condicionantes da variante padrão, com PR. de .78; há uma preferência pelos falantes de preencherem o sujeito pronominalmente, com PR. de .74 (quantificadores) e .66 (1ª pessoa do plural); marcas de concordância nominal no sujeito levam a marcas de concordância verbal, com PR. de .69; sujeito imediatamente anteposto (PR. de .65) e anteposto e próximo do verbo (PR. de .52) condicionam a variante explícita enfatizando a preferência dos falantes por sentenças do tipo SVO; a interação entre os fatores sociais comunidade (mais urbanizadas, com mais acesso aos meios de comunicação de massa e contato

social), sexo (feminino) e idade (adulta) favorecem a variante explícita apontando para um caso de variação estável.

Esses resultados, porém, apenas vem a corroborar com praticamente todos os trabalhos sobre CV no PB falado em todo o país. Já o baixo percentual de uso da variante padrão, na verdade, representa a influência da variável escolaridade para esse processo independentemente da variedade do PB estudada – assim, defendemos que a possível tendência no português popular brasileiro para o uso de variante zero está ligada ao baixo índice de escolaridade de seus falantes, sobretudo em comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. N. **Aspectos Legais envolvidos na coleta de dados linguísticos**. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2014.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas/Alagoas**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2015. 44p.

ALMEIDA, A. P. **A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS**. 2006. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ALTAVILA, J. **História da Civilização das Alagoas**. 8ª Ed. Maceió: EDUFAL, 1988.

ARAÚJO, S. & LUCCHESI, D. A teoria da variação linguística. In: **Vertentes do português popular do estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica>. Acessado em agosto de 2020.

ARAÚJO, S. S. F. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana – BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro**. 2014. Tese (doutorado em linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

_____. O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): a história externa em foco. In: **Colóquio da Lusofonia**, v. 13, 2010.

BAGNO, M. **Gramática Pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BAXTER, A. A Concordância de número. In: BAXTER, A.; LUCCHESI, D. & RIBEIRO, I. (Orgs.) **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009 (p. 269-293).

BAXTER, A. & LUCCHESI, D. A Transmissão Linguística Irregular. In: BAXTER, A.; LUCCHESI, D. & RIBEIRO, I. (Orgs.) **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009 (p. 101-121).

BAXTER, A.; LUCCHESI, D. & SILVA, J. A. A. A Concordância Verbal. In: BAXTER, A.; LUCCHESI, D. & RIBEIRO, I. (Orgs.) **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009 (p. 331-370).

BAXTER, A. & LOPES, N. S. A concordância verbal variável no português dos Tongas. In: **PAPIA 21 (1)**, p. 39-50, 2011.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. ver., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRANDÃO, S. F. & VIEIRA, S. R. A concordância nominal e verbal no português do Brasil e no português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. In: **PAPIA 22 (1)**, p. 7-39, 2012.

CAMPOY, J. M. H. & ALMEIDA, M. **Metodología de la investigación sociolinguística**. Málaga: Editorial Comares, 2005.

CANGIRANA, J. L. & GONÇALVES, E. A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular da comunidade rural de Rio das Rãs – BA. In: **IX Seminário de Pesquisa e Estudos Linguísticos**, p. 57-510, 21 e 22 de setembro, 2017.

_____. Concordância verbal de P6 no português afro-brasileiro na comunidade quilombola Rio das Rãs no território Velho Chico. In: **Web – Revista Sociodialeto – NUPESD/ LALIMU**, v. 10, n. 30, p. 155-179, abril, 2020.

CARDOSO, C. R. **Variação da concordância verbal no indivíduo: um confronto entre o linguístico e o estilístico**. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

CARMO, S. D. S. A pesquisa sociolinguística em comunidades rurais baianas. In: **Circuito Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**, Rio de Janeiro, CIFEFIL, v. XIX, n. 12, 2015.

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Y. P. A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: **Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura da Cidade do Salvador**. (Organização). Pasta de textos da professora e do professor. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. **Dialectology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

DUARTE, L. F. D. **Ética igual pesquisas diferentes**. Instituto Ciência Hoje, set 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Dariana/Downloads/OpenAccess-ABREU-978-85-8039-086-5-1cap.pdf>. Acesso em: setembro de 2020.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In: ROBERTS, I. e KATO, M. A. (orgs.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro**. Tese de Doutorado em Linguística - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 1995.

FEITOSA, G. J. & VITÓRIO, E. G. S. L. A. Variação nós/ a gente no sertão alagoano: restrição e avaliação. In: Rev. **A cor das letras**. Vol. 19. Nº 2. Feira de Santana, 2018.

FIGUEIREDO, C. F. G. A configuração do SN plural do português reestruturado de Almojarife – S. Tomé. In: **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola 1:1**, p. 28-55, 2009.

FREITAG, R. M. Idade: uma variável sociolinguística complexa. In: **Línguas & Letras: Estudos Linguísticos**. Vol. 6. Nº 11. 2º sem. 2005.

FREITAS, D. **República de Palmares: Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII**. Maceió: EDUFAL: IDEÁRIO, 2004.

GALVES, C. C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I. e KATO, M. A. (orgs.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. In: **Cad.Est.Ling.**, Campinas, (34): 19-32, jan/jun, 1998.

GEERTZ, C. 1988a "**Anti anti-relativismo**", Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 3, nº 8, pp. 05- 19.

GONÇALVES, V. de F. **A ausência de concordância verbal no Vale do Rio Doce–MG**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradutor Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

_____. Estágios na aquisição do inglês standard. In: FONSECA, M. e NEVES, M. (orgs.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

_____. **Some Further Steps in Narrative Analysis To Appear in Special Issue of The Journal of Narrative and Life History**. Tradutor Waldemar

Ferreira Netto. v. 7, p. 1-4, 1997. Disponível em: <http://www.ling.upenn.edu/wlabov/sfs.htm>. Acessado em novembro de 2018.

LEMLE, M.; NARO, A. J. **Competências básicas do português**. Rio de Janeiro: MOBREAL/Fundação Ford, 1977.

LIMA, I. F. **Geografia de Alagoas**. Editora do Brasil S.A, 2ª Ed. São Paulo: 1965.

LUCCHESI, D. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. In: **Revista da ABRALIN**, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, dez. 2006.

_____. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

_____. A Concordância de Gênero. In: BAXTER, A.; LUCCHESI, D. & RIBEIRO, I. (Orgs.) **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009 (p. 295-316).

_____. História do contato entre línguas no Brasil. In: BAXTER, A.; LUCCHESI, D. & RIBEIRO, I. (Orgs.) **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009 (p. 41-71).

_____. A importância de se estudar a fala das comunidades rurais afro-brasileiras. **Revista do GELNE**, v. 4, n. 2, p. 1-6, 2 mar. 2016.

_____. A teoria da variação linguística. Disponível em <http://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica>. Acessado em junho de 2020.

MARROQUIM, M. **A Língua do Nordeste – Alagoas e Pernambuco**. 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2008.

MELO de Araújo, F. **Estudos Sobre o Negro Brasileiro**. Obra comemorativa do 1º centenário da abolição da escravatura, 1ª Ed: 1988.

MONGUILHOTT, I. O. S. **Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos**. 2001. Dissertação (Mestrado

em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

_____. **Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE.** 2009. Tese (doutorado em linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MOURA, D. (Org.). **Resquícios de Palmares: O que uma comunidade quilombola nos diz.** Maceió: EDUFAL, 2009.

MOURA, G. Quilombos contemporâneos no Brasil. In: CHAVES, R; SECCO, C. & MACÊDO, T. (Orgs.) **Brasil África: como se o mar fosse mentira.** São Paulo: Editora UNESP; Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006, pp. 327-362.

NARO, A. J. **The social and Structural Dimensions of a Syntactic Change.** Language, LSA, v. 57, n. 1, 1981.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do Português Brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, G. (org.) **Dialettologia, geolingüística, sociolinguística.** (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509-523, 1998.

_____. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. In: **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v.9, n. 18, p. 107-129, 1º sem. 2006.

_____. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. In: **D.E.L.T.A.**, vol. 9, n. 1, p. 1-14, 1993.

NASCIMENTO, M. B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: **Afrodíaspóra 6-7 - Revista do mundo negro**, Rio de Janeiro, Ipeafro, ano 3, n.º 6 e 7, 1985, pp. 41-49.

OLIVEIRA, A. J. **‘Comendo o final das palavras’: análise variacionista da haplogia, elisão e apócope em Itaúna/ MG. 2001.** Tese (Tese de doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

OLIVEIRA, F. B.; D’ABADIA, M. I. V. Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. In: **Élisée, Rev. Geo.** UEG – Anápolis, v.4, n.2, p.257-275, jul. /dez. 2015.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever.** Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1996, v. 39, nº 1.

PERINI, M. A. **Gramática do Português Brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PETTER, M. M. T. & ZANONI, D. Quilombos do Vale do Ribeira: variação e mudança na concordância de gênero e de número. In: **PAPIA – Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico**, 2005.

QUERINO, M. **A raça africana e seus costumes.** Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

RAMOS, A. **O negro brasileiro.** 2º ed. 1934/1940.

RAYMUNDO, J. **O negro brasileiro e outros estudos.** Rio de Janeiro: Record, 1936.

RODRIGUES, A. C. S. Concordância verbal, sociolinguística e história do português brasileiro. In: **Fórum linguístico.** Vol. 4. Nº 1. Florianópolis, 2004.

RODRIGUES, N. **Os Africanos no Brasil.** 5º ed. São Paulo, 1977.

RUBIO, C. F. **A concordância verbal na língua falada na região noroeste do estado de São Paulo.** 2008. Dissertação (mestrado em linguística) – Instituto de biociências, letras e ciências exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

_____. Regularidades no fenômeno da concordância verbal em variedades do português brasileiro: estudo sociolinguístico comparativo. In: **Estudos linguísticos**, São Paulo, 2010.

SANTOS, D.N. **A Concordância Verbal na fala de afrodescendentes da comunidade quilombola Muquém, União dos Palmares – Alagoas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: _____. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982, pp. 9-22.

SANTOS, R. L. de A. **A concordância verbal na fala de menores carentes que vivem em entidades filantrópicas de Maceió**. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

SCHERRE, M. M. P. Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista. In: **Tabuleiro de Letras**, Bahia, junho. 2012.

SILVA, J. A. A. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do estado da Bahia**. 2005. Tese (doutorado em linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

_____. Concordância verbal em Cinzento: uma página da gramática do português afro-brasileiro. In: **PAPIA 13**, p. 115-124, 2003.

SILVA, M. A. **A concordância verbal nas comunidades quilombolas de Alcântara (MA): uma contribuição para a discussão sobre o contato linguístico no português brasileiro**. 2017. Tese (doutorado em linguística) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, C. M. B. **A concordância verbal na fala de Salvador: duas realidades sociolinguísticas**. 2009. Tese (doutorado em linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOUZA, Z. de A. **Geografia de Alagoas**. Imprensa Universitária da Universidade Federal de Alagoas, Maceió: 1977.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

VIEIRA, P. V. S. **A Concordância Verbal na fala do coruripense: uma análise sociolinguística variacionista**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

VIEIRA, S. R. Estudo sociolinguístico da concordância verbal de 3ª pessoa do plural no português de São Tomé e Príncipe. In: **Revista digital do programa de pós-graduação em Letras da PUCRS**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 18-29, janeiro-junho, 2017.

VITÓRIO, E. G. S. L. A. Crenças e atitudes linguísticas quanto ao uso dos pronomes nós e a gente na cidade de Maceió/ AL. In: **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 40, jan/abr. 2017.

WALKER, A. J. Variation analysis. In: PODESVA, R. J. & SHARMA, D. **Research Methods in Linguistics**. Reino Unido: Cambridge University Press, 2013.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Região Serrana dos Quilombos. Disponível em:

<http://dados.al.gov.br/dataset/c4466bff-5af7-4085-affd-99270ad17ef6/resource/36fd017e-6fa2-4012-bc56-90e04975420c/download/modeloderegionalizacaoparaoplanejamentoserranadosquilombos.pdf>. Acesso em: julho de 2020.

Território quilombola – uma conquista cidadã. 2012. Disponível em <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Cartilha-forma%C3%A7%C3%A3o-com-jovens-quilombola.pdf>. Acesso em: julho de 2020.

Territórios remanescentes de quilombos – Unidades de Conservação. Disponível em <https://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rios-de-ocupa%C3%A7%C3%A3o-tradicional/territ%C3%B3rios-remanescentes-de-quilombos>. Acesso em: julho de 2020.

Certificação Quilombola – Fundação Cultural Palmares. Disponível em http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: julho de 2020.

Mapa das Comunidades quilombolas de Alagoas. Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – ITERAL, 2011. Disponível em <http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/Mapa%20das%20Comunidades%20Quilombolas-2011.JPG/view>. Acesso em: julho de 2020.

ANEXOS

Anexo 1 – Ficha pessoal do colaborador

Nome completo:
Data de nascimento/idade:
Sexo/gênero:
Local de nascimento:
Vive há quanto tempo na comunidade?
Profissão:
Nível de escolaridade:
Pesquisador(a):
Tempo de entrevista:

Anexo 2 – Roteiro-guia para as entrevistas individuais programadas

1. Como surgiu a comunidade?
2. Tem quantos anos aproximadamente?
3. Quem foram os primeiros habitantes?
4. Como era a comunidade nessa época?
5. A comunidade tem representante?
6. Como eram os casamentos?
7. Qual o significado do nome da comunidade?
8. Essa comunidade tem alguma ligação com a Serra da Barriga, com o antigo Quilombo dos Palmares?
9. Como as pessoas sobreviviam antigamente? E como sobrevivem hoje?
10. Religiosidade?
11. Festas típicas, danças, brincadeiras, cantigas?
12. Há quantos moradores na comunidade?
13. Tem escola na comunidade?
14. Atendimento médico?
15. Tem transporte?
16. Como eram as casas? Como são hoje?
17. Tem associação?
18. A comunidade produz algum tipo de artesanato?
19. Quais os principais problemas enfrentados pela comunidade hoje?
20. Tem alguma história antiga sobre a comunidade?